

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM – IEL**

Um lingüista na terra da gramática

Lauro José Siqueira BALDINI

**CAMPINAS
2005**

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	T/UNICAMP
	B193L
V	EX
TOMBO BC/	65394
PROC.	6-86-05
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	11,00
DATA	24-8-05
Nº CPD	

Bib-ID. 362592

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

B193L Baldini, Lauro José Siqueira.
Um Lingüista na terra da gramática / Lauro José Siqueira Baldini. -
- Campinas, SP : [s.n.], 2005.

Orientador : Eni Puccinelli Orlandi.
Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto
de Estudos da Linguagem.

1. Língua portuguesa - Gramática histórica. 2. Lingüística -
História. 3. Autoria. 4. Análise do discurso. I. Orlandi, Eni Puccinelli.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da
Linguagem. III. Título.

Título em inglês: A Linguist in the land of normative grammar.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): History of grammar; History of linguistics;
Authorship; Discourse analysys.

Área de concentração: Análise do discurso.

Titulação: Doutorado.

Banca examinadora: Profa. Dra. Suzy Lagazzi-Rodrigues, Prof. Dr. Luiz Francisco
Dias, Profa. Dra. Maria Onice Payer e Prof. Dr. José Luiz Fiorin.

Data da defesa: 22/02/2005.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM – IEL**

Um lingüista na terra da gramática

Lauro José Siqueira BALDINI

Tese apresentada ao Curso de Lingüística
do Instituto de Estudos da Linguagem
da Universidade Estadual de Campinas
como requisito parcial para a obtenção
do título de Doutor em Lingüística.

Orientadora: Profa. Dra. Eni Puccinelli Orlandi

**CAMPINAS
2005**

Profa. Dra. Eni Puccinelli Orlandi

Profa. Dra. Suzy Lagazzi-Rodrigues

Profa. Dra. Maria Onice Payer

Prof. Dr. José Luiz Fiorin

Prof. Dr. Luiz Francisco Dias

Prof. Dr. Eduardo Guimarães (suplente)

Profa. Dra. Mónica Zoppi-Fontana (suplente)

RESUMO: o presente trabalho teve por objetivo a análise da relação entre a Gramática e a Lingüística no Brasil, no contexto dos dicionários e nomenclaturas gramaticais, uma vez que, como se verá, tais obras desempenham um papel fundamental na consolidação da autoria, tal como esta é concebida na Análise do Discurso. Para tanto, concentramos nosso foco na figura de Mattoso Câmara Jr., primeiro lingüista brasileiro. Além disso, buscamos fazer uma análise dos trabalhos e dos conceitos que amparam a História da Lingüística no Brasil, procurando contribuir para este campo.

Palavras-chave: História da Gramática, História da Lingüística, Autoria, Análise do Discurso.

ABSTRACT: this work tries to analyze the relation between normative grammar and Linguistics in Brazil, focusing on dictionaries and grammatical nomenclatures, since, as it is shown, such works have a fundamental role in the consolidation of the authorship – as this concept is seen in the theory of Discourse Analysis. To do so, our main focus is Mattoso Câmara Jr., first Brazilian linguist. We also analyze works and concepts that are on the basis of the History of Linguistics in Brazil, wishing thereby to contribute to this field of research.

Keywords: History of Grammar, History of Linguistics, Authorship, Discourse Analysis.

*A Cristina, minha mãe,
e às meninas:
Camila, Paulinha e Maria Eduarda.*

AGRADECIMENTOS

Os quatro anos que encerram este trabalho não foram anos fáceis, nem para mim nem para ninguém. Às dificuldades próprias de nosso país e de sua história, somaram-se dificuldades de outra ordem, com que as pessoas que me cercam tiveram de se envolver de um modo ou de outro. A todas agradeço o amparo que muitas vezes me foi dado sem que eu pudesse solicitá-lo.

Minha orientadora, a Profa. Dra. *Eni Puccinelli Orlandi*, teve para comigo uma relação de igual para igual, que não poucas vezes exigiu de mim mais do que eu poderia oferecer. Agradeço a ela ter tentado me elevar à sua estatura, a compreensão das dificuldades inerentes a um trabalho cujo porte me parecia às vezes grandioso demais, a indicação de possíveis soluções, o reconhecimento de erros e armadilhas ideológicas em que eu tanto caía, as discussões teóricas por isso. Nosso relacionamento nem sempre foi fácil, mas foi sempre fecundo, e nunca tive dúvidas do acerto quanto à pessoa que me orientava. Estamos trabalhando juntos há cerca de 8 anos, e seu dizer está marcado, de modo inapagável, em meu dizer.

Minha noiva, *Tatiana Hyrayama*, esteve comigo em todos os tempos, em todas as horas. Sua presença tranqüila, seu sorriso fácil e seu amor foram mais do que o alimento de que me nutri, foram aquilo de que eu não poderia prescindir em nenhum momento. A ela, não apenas um agradecimento, mas o meu amor.

Escrevo aqui um grande abraço a *José Guillermo Milán Ramos*, companheiro de todas as aventuras, intelectuais ou não, um homem que me ajudou a suportar o que estava a ser pensado. Nossa diferença de nacionalidade se anulou, dando lugar à nossa igualdade de projetos frente à vida e aos outros.

Antônio Carlos Miguel, amigo e irmão, ofereceu seu abraço amigo sempre que necessário e, mais que isso, mostrava em seus próprios atos que sempre podemos nos reinventar.

Minha amiga *Mônica Oliveira Santos* é parte integrante destas páginas, por tudo que me ofereceu e por tudo que me permitiu oferecer a ela, na construção de uma amizade feita

de cuidados recíprocos. Do mesmo modo, *Conceição Fonseca*, amiga, vizinha, protetora, fez de mim um homem mais rico ao me oferecer sua convivência.

Minha velha amiga *Maria Ribeiro do Valle* não sabe o quanto foi importante para mim o simples fato de que ela existia, trabalhava, amava e gerava coisas maravilhosas como sua escrita, seu amor, e seu filho, *Marcelo*, um pequeno e belo terrorista que ainda sairá muito com seu amigo um pouco mais velho.

A *Rosa Alves*, minha amiga, confidente, companheira, agradeço pelas palavras que nunca, nunca faltaram. E, também, pelo silêncio, quando foi necessário.

Ana Elisa Leite Ribeiro, também ela uma velha amiga, sempre soube estar presente com seu carinho e seu respeito por mim. A distância, a falta de tempo, as diferentes trilhas que seguimos, nada disso conseguiu enfraquecer a amizade que construímos. Essas mesmas palavras ofereço a *Sheila Elias de Oliveira*, de quem nunca precisei estar próximo fisicamente para sentir sua presença tranqüila e sua amizade reconfortante, mesmo quando ela saía à francesa... mas sempre voltava.

Minha amiga, *Luana Alves de Figueiredo*, e sua família, sabem bem quanto custou escrever o que deveria ser escrito. Inúmeras vezes, ela fez possível o trabalho do amor, o *dar o que não se tem*. As palavras de agradecimento que lhe cabem não têm espaço aqui, mas não posso deixar de reconhecer o quanto devo a ela o ter sobrevivido e (re)começado de novo infindas vezes.

Aos colegas do *Laboratório de Estudos Urbanos*, principalmente *Cláudia Pfeiffer* e *Maria Onice Payer* agradeço o convívio enriquecedor e o apoio e ajuda necessários, além de me presentarem com sua sensibilidade sutil para com as coisas da teoria.

Aos professores do *Instituto de Estudos da Linguagem*, especialmente *Mônica Zoppi-Fontana*, *Suzy Lagazzi-Rodrigues*, *Eduardo Guimarães* e *Cláudia Lemos*, meu agradecimento pelo muito que me deram.

Mais uma vez, e como sempre, minha tia *Rosalva Célia Siqueira Balotta* tornou possível este trabalho, mais esta viagem, mais este esforço.

*Pater noster, qui es in cœlis:
benedictus fructus ventris tui.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1. DA TEORIA.....	21
1.1. FAZENDO HISTÓRIA DA LINGÜÍSTICA.....	22
1.2. AUROUX – OS TRÊS PRINCÍPIOS.....	23
1.3. A HISTÓRIA: UM PROCESSO SEM SUJEITO.....	26
1.4. ESTRUTURA CONCRETA EM HOMENS CONCRETOS.....	28
1.5. DE ALTHUSSER A PÊCHEUX.....	29
1.6. MATERIALISMO E CONSEQÜÊNCIAS.....	30
1.7. HISTÓRIA, SINGULARIDADE; IDEOLOGIA, FANTASIA.....	32
1.8. O CONCEITO DE AUTORIA.....	35
1.8.1. A AUTORIA EM FOUCAULT.....	38
1.8.2. A AUTORIA NA AD.....	40
1.8.3. IDEOLOGIA E AUTORIA.....	42
1.9. TENTANDO COMPREENDER A TRAMA.....	43
2. HABITANDO A CONTRADIÇÃO.....	50
3. OS TRABALHOS RECENTES EM HISTÓRIA DA LINGÜÍSTICA.....	55
3.1. O PROJETO HISTÓRIA DAS IDÉIAS LINGÜÍSTICAS.....	56
3.2. SOBRE O PROJETO HISTORIOGRAFIA DA LINGÜÍSTICA BRASILEIRA.....	61
3.2.1. UMA BREVE NOTA.....	73
4. A NGB E O DICIONÁRIO DE MATTOSO CÂMARA.....	75
4.1. A NGB.....	76
4.1.1. O QUE FOI A NGB?.....	79
4.2. ESTADO E POLÍTICA LINGÜÍSTICA.....	87
4.3. A GRAMÁTICA BRASILEIRA APÓS A NGB.....	93
4.4. NOTAS FINAIS SOBRE A NGB.....	98
5. A ANÁLISE.....	103
5.1. O DICIONÁRIO DE MATTOSO CÂMARA.....	105
5.1.1. LENDO A LEITURA DE MATTOSO.....	114
5.1.2. ANTES DA LINGÜÍSTICA, LINGÜISTAS?.....	115
5.1.3. MATTOSO EXPLICA COMO LÊ.....	117
5.1.4. UM ESTRUTURALISTA PRECOCE.....	118
5.1.5. ERUDITOS E BRASILEIROS.....	119
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
7. BIBLIOGRAFIA.....	123

INTRODUÇÃO

Joaquim Mattoso Câmara Júnior nasceu no Rio de Janeiro em 1904. Morreu em 1970, cinco anos depois de a Lingüística ser incluída no currículo mínimo dos cursos de Letras, em grande parte graças a seu esforço. Há muito que se dizer sobre esse intervalo de 66 anos, principalmente sobre a engenhosa construção de uma escrita (que se inicia quando? - em 1920, quando ele passa a colaborar com poemas na *Revista Social?*), escrita filha de outros textos, e que se tornou, por sua vez, mãe de outros textos, não seus, mas de autores outros, e que graças a ele e suas lutas, puderam escrever.

Trata-se, é claro, da escrita da Lingüística. Trata-se de fazer sentido em textos que fogem à regra dominante, de criar uma ciência nova numa terra também ainda jovem. Trata-se de um lingüista no que ele mesmo chamou de *terra da Gramática*.

Um lingüista em nascimento, um lingüista que era gramático. Como se dá essa passagem, ou seja, como é que uma escrita se modifica a tal ponto de ser reclassificada, redefinida, a ponto de se tornar uma escrita outra, que ressignifica a anterior?

Seria só a partir de 1937, quando faz o Curso de Filologia Latina e Neolatina com George Millardet, que poderíamos considerar Mattoso Câmara um lingüista? Ou já havia algo de inquietante nos textos de Mattoso que o desqualificava para o posto de gramático?

Por outro lado, o que significa sua constante remissão a Said Ali e João Ribeiro? Pode-se dizer que o olhar do agora lingüista enxergava os lingüistas de antes dele, que o eram sem o saber? Ou já o sabiam, mas faltava-lhes o nome que lhes daria um lugar à parte na história? Como se vê, interrogar a esse desenhista da Inspeção de Redes e Esgotos o que há de conflituoso e palpitante sob a superfície de seus textos leva-nos a uma rede de outras perguntas, e a mais outras, num círculo tão grandioso quanto sua figura.

É por essa riqueza de significados que nos decidimos a pousar nosso olhar, a consagrar, como objeto de pesquisa, alguns aspectos dessa figura múltipla que é Mattoso Câmara. Em parte, para lançar luz sobre ele e sua história e, conseqüentemente, descobriremos mais sobre nós mesmos, ex-estudantes de Letras, e sobre como nossas incursões pelo terreno da Lingüística foram em grande medida ditadas por ele. Mas, além disso, para sabermos mais sobre a história do Brasil e de suas políticas lingüísticas. Finalmente, trataremos de “alguns aspectos”, para não nos perdermos na teia de perguntas e

respostas-perguntas a que seus textos indiferentemente nos remetem. É preciso, diante de um olhar tão forte e, de certo modo, ainda tão presente, como é o de Mattoso, baixar os olhos (posto que encará-lo nos hipnotizaria e levaria à adoração do ídolo) e investigar seus sapatos, o movimento das mãos, e daí extrair “pistas”, “traços”, que levam à compreensão. Trata-se, para nós, de sabermos nos mover em sua obra com a mesma cautela, ousadia e penetração com que ele se movia na terra dos gramáticos.

1. DA TEORIA

Começo por dois conceitos, talvez cruciais na atual conjuntura da Análise de Discurso tal como ela vem sendo desenvolvida no Brasil. Trata-se do conceito de *forma material*, que discutirei mais abaixo, e a distinção entre *texto* e *discurso*, noções muitas vezes tomadas como sinônimas. A grande contribuição nesse sentido foi a de destacar o texto como unidade de análise e o discurso como unidade teórica. Sem esquecer, é claro, que dizer que o texto é a unidade de análise não significa dizer que o texto é uma unidade empírica, concreta, enquanto o discurso seria uma unidade abstrata, meramente conceitual. Dizer que o texto é a unidade de análise em AD significa dizer que o texto deve ser tomado no modo como está organizado em relação à exterioridade, ou seja, no modo com a língua está ali representada relativamente à história. O texto, portanto, é um objeto lingüístico-histórico, integralmente lingüístico e integralmente histórico. O texto é uma “passagem” para o discurso, uma vez que a materialidade do discurso não pode ser reduzida à mera organização lingüística ou à influência mais ou menos relativa que a exterioridade exerce sobre os mecanismos lingüísticos. Levando-se em conta que a língua é relativamente autônoma, isto é, possui um real próprio, não se reduzindo a ser representação direta do real, temos também o outro lado dessa questão, que é o fato de a história também possuir seu real, confluindo assim, no texto, duas ordens diferentes de real que, em sua conjugação, revelam-nos a ordem do discurso. O discurso é fluência, movimentação, assim como o sujeito; o texto, por sua vez, é uma tentativa de estancamento dos sentidos, uma “parada” imaginária no movimento incessante da história. Portanto, um texto não é a representação de um discurso, mas um estado de um processo discursivo. É nesse sentido que se deve entender a afirmação de Orlandi (1988) de que o texto é uma dispersão do sujeito (o lugar em que o sujeito assume várias posições) e o discurso uma dispersão de textos (para compreender um discurso, deve-se buscar um *corpus* abrangente que possa nos fazer compreender os movimentos do discurso – e abrangente, aqui, significa representativo no sentido vertical, e não horizontal).

No entanto, o conceito que sem dúvida me chamou mais a atenção foi o de *forma material*. Não por ser de fácil entendimento e aplicação, mas antes pelo contrário. O conceito de forma material é um desses conceitos nunca prontos, desafiadores, que nos fazem enxergar um caminho, ao mesmo tempo em que nos revelam o mar de dificuldades a

enfrentar. O que seria a forma material? Nada menos que a tentativa, pela AD, de suplantar a forma abstrata da Lingüística, de procurar trabalhar com a forma que é num só momento lingüística e histórica, ou seja, com uma forma que não se reduz ao fenomenológico. Todavia, não se reduzindo ao fenomenológico, não é também uma abstração: é uma materialidade. Ele representa no interior da AD, se não compreendi mal, o mesmo papel que Deus representa em estudos materialistas: não se trata de provar a existência ou não desta entidade, mas aceitá-la enquanto materialidade, que, obviamente, (re)produz efeitos no interior de nossa sociedade. Mais adiante, irei tratar longamente do conceito de forma material.

1.1. FAZENDO HISTÓRIA DA LINGÜÍSTICA¹

Horta Nunes (1996) procura compreender o surgimento dos dicionários no Brasil em sua importância fundante – isto é, seu papel frente ao mundo novo que se abria às palavras. Tendo em vista que em seu trabalho o autor teve que se colocar frente a um corpus que se instituía em nosso país, julguei importante ficar mais a par de seu modo de desenvolver uma análise desse tipo. De início, procurei compreender concretamente de que modo se dava a análise, para em seguida perceber que, embora filiada à AD, o empreendimento analítico do autor talvez não seja plausível para os fins a que limitei meu trabalho de doutorado. A análise relatada em sua Tese de Doutorado², basicamente centrada em definições, como era de se esperar, opera sobretudo pela atenção dirigida aos mecanismos sintáticos presentes nas definições, por exemplo: *SN que SV para SN*. Este modo de abordagem, embora rico, não me pareceu diretamente aplicável aos textos de Mattoso, exceto talvez por seu dicionário, e mesmo assim, somente de forma parcial. Aqui, procurei ressaltar a importância que a noção de “fato” tem no dicionário de Mattoso Câmara Jr., sendo lugar importante de análise de sua filiação ao cientificismo de João Ribeiro. Além disso, desenvolvendo um ponto já abordado em minha Dissertação de Mestrado, procurei indicar de que maneira o estatuto dado à obra de Mattoso deveria ser mais bem elaborado diante da divisão que propus na dissertação. Na dissertação defendida

¹ Devo muito do que desenvolvo aqui às aulas que tive com o Prof. Dr. José Horta Nunes, na disciplina *Tópicos em História da Lingüística*.

² NUNES, José Horta, (1996).

em 1999, minha proposta era a de que os dicionários ou léxicos gramaticais anteriores à Nomenclatura Gramatical Brasileira, isto é, todos os textos diretamente concernidos ao problema terminológico até o final da década de 50, fossem divididos do seguinte modo, em relação a seu funcionamento discursivo:

- 1) dicionários e léxicos gramaticais que funcionam como discursos-sobre³ a língua, sendo portanto reguladores de sentido em primeiro nível, discursivamente muito semelhantes às gramáticas – com exceção da estrutura em ordem alfabética que lhes confere outra materialidade. Enquadram-se nesse espaço as obras de J. A. Passos (1865), Felisberto de Carvalho (1886) e Firmino Costa (1934);
- 2) dicionários e léxicos gramaticais que funcionam como discursos-sobre discursos sobre a língua, regulando os sentidos em segundo nível, na medida em que seu funcionamento não incide diretamente sobre os sentidos da língua nacional e seu sujeito, mas sobre as gramáticas, e estas sobre tais sentidos. Assim, a institucionalização de sentidos que tais trabalhos fazem funcionar se dão num nível que sobredetermina a gramática. Aqui, colocaríamos os dicionários de João Ribeiro (1889) e Antenor Nascentes (1946).

Em resumo, uma divisão entre *gramáticas dicionarizadas* e *dicionários gramaticais*. Naquele trabalho, havia inserido o dicionário de Mattoso Câmara Jr. sob a rubrica “2”, o que não é de todo inapropriado. No entanto, não se havia percebido, já que a obra de Mattoso não era o foco de minha atenção, mas sim a NGB, como, pela noção de *fato*, o autor se desvincula da querela terminológica ou gramatical, tendo como antecedente, de certa maneira, apenas João Ribeiro – e, diga-se de passagem, nenhum descendente...

1.2. AUROUX – OS TRÊS PRINCÍPIOS

Com causa e com razão, Auroux (1992:7) critica duramente um dos mitos da historiografia das ciências da linguagem que se estabeleceu no século XIX: o mito da cientificidade. Segundo o autor, o comparativismo – hegemônico na época – encontrou uma maneira muito interessante de contar a história dos estudos sobre a linguagem; tal modo de ver a questão partia do pressuposto de que os estudos sobre a linguagem só seriam verdadeiramente científicos a partir do comparativismo. Ora, como diz Auroux (idem),

³ Os “discursos sobre” são as instâncias fundamentais de institucionalização dos sentidos. É através desse tipo de discurso que a memória discursiva é organizada, disciplinada e reduzida (Orlandi, 1990).

“para definir seu próprio estatuto histórico nunca se está tão bem servido como por si mesmo!”. Essa mitologia de parcialidade notória não se restringe ao período de que trata o autor. Mesmo atualmente, não é de modo nenhum uma surpresa ou raridade encontrar lingüistas “demonstrando” como, heróica e tragicamente, Mattoso Câmara foi o pioneiro da cientificidade na Lingüística brasileira.

Acompanhando o crescimento recente que se verifica nos trabalhos que se dedicam ao estudo histórico do saber sobre a linguagem, Auroux irá procurar definir seu método de trabalho em relação a esse tipo de abordagem, assentado em três princípios que procuram responder às seguintes perguntas: a) sob que formas o saber lingüístico se constitui no tempo? e b) como essas formas se criam, evoluem, se transformam ou desaparecem? Os três princípios de que fala Auroux, por sua vez, são os seguintes: a) definição puramente fenomenológica do objeto, b) neutralidade epistemológica e c) historicismo moderado.

O primeiro ponto contrapõe-se a buscar uma definição prévia de língua, e, a partir daí, buscar na história os predecessores que já haviam tocado esse objeto. O que pode ser resumido, nas palavras do autor, no seguinte compromisso: “*seja a linguagem humana tal como ela se realizou na diversidade das línguas; saberes se constituíram a seu respeito; este é nosso objeto*”⁴.

Com a eleição do segundo ponto, Auroux procura distanciar-se do ponto de vista teleológico, que procuraria ver no passado o desenvolvimento racional e paulatino de um saber. Não é o caso de se dizer se o saber sobre a linguagem do século XV é “menos científico” que o saber do século XIX, mesmo se tais saberes são (ou não) concebidos como ciências em suas épocas respectivas. Esse ponto de vista não é o mesmo que recorrer a uma neutralidade veridiccional, e é por isso que o historicismo de Auroux é moderado, uma vez que “*podemos reconhecer, para além da diversidade, analogias*”⁵ e que há independência dos fenômenos em relação ao saber sobre estes fenômenos. Desse modo, Auroux irá considerar que o valor de um conhecimento é ele mesmo uma causa na história, ou seja, a relação entre o saber lingüístico e sua representação numa metalinguagem possibilita desenvolvimentos diferentes desse mesmo saber, e é aí que se pode encontrar

⁴ Auroux, (1992:13).

⁵ Idem, pág. 14. O autor tem o cuidado de explicar que não fala de analogias da experiência em geral, como em Kant. Para ele, a analogia é o fato de que as estratégias cognitivas para o conhecimento dos fenômenos não varia *ad infinitum*, mas apresenta semelhanças recorrentes ao longo da história, mesmo em civilizações diferentes.

seu valor. Nas palavras do autor, “*se classificamos as palavras do discurso em palavras que são utilizadas à noite, palavras que foram usadas o ano passado etc., classificação do tipo da dos maias, poderemos dar prescrições de emprego pragmático, e não regras de correção morfológica*”⁶. Portanto, o relativismo do historicismo de Aurox estará moderado por essa posição, já que, por esse raciocínio, pode-se dizer que “*existem condições objetivas que fazem com que esta ou aquela escolha – evidentemente obrigada pelas condições em que aparece – abra para possibilidades diferentes segundo a natureza própria de seu conteúdo*”⁷.

Como se pode ver, os três princípios metodológicos de Aurox estão verdadeiramente interligados decorrendo uns dos outros e pressupondo-se. O resultado dessa metodologia é que Aurox não irá dar explicações sociológicas diretas à produção de conhecimentos sobre a linguagem (historicismo moderado), nem conceber o desenvolvimento científico do conhecimento lingüístico como um dado (neutralidade epistemológica), nem, muito menos, definir de antemão o objeto de que tratam os saberes sobre a linguagem (definição puramente fenomenológica).

É, portanto, tendo em vista esses três princípios organizadores de sua abordagem que Aurox irá se colocar a questão de contar a história dos saberes sobre a linguagem. Chegará a conclusões interessantes (primazia da escrita sobre o saber metalingüístico, definição do processo de gramatização como uma tecnologia de poder de uma cultura sobre as outras) e sua análise revela uma massa documental riquíssima. No entanto, para o que nos interessa aqui, o importante é salientar a definição a que chega Aurox (ao conceituar o processo de gramatização) quanto aos dois pilares do saber metalingüístico humano segundo ele, as *gramáticas* e *dicionários*. Ele irá defini-los como *instrumentos lingüísticos*: “*do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor*”⁸. Sob esse ponto de vista, o surgimento dos instrumentos lingüísticos não deixa intacta a prática lingüística humana. Do mesmo modo que uma intervenção tecnológica qualquer, o saber sobre a linguagem ao

⁶ Idem, pág. 15.

⁷ Idem, pág. 16.

⁸ Idem, pág. 68.

produzir esses instrumentos, altera de modo profundo e a longo termo a prática de linguagem do homem.

1.3. A HISTÓRIA: UM PROCESSO SEM SUJEITO

Uma inovação nada trivial em Althusser é sua leitura de Marx em uma perspectiva anti-humanista, afastando-se da visão do marxismo tradicional, que, segundo ele, estava preso ao funcionamento primário da ideologia burguesa. Ele critica essa visão indicando seu apoio fundamental: a noção do homem como um sujeito consciente, capaz de transcender suas próprias determinações, capaz de *fazer a história*. Ora, Althusser (1973) pacientemente explicita o absurdo lógico em que tal concepção se baseia, que transforma o homem numa onipotência suprema, ancorada nessa pequena expressão: *o homem faz a história*. Expressão claríssima num primeiro momento, mas que se torna uma obscuridade exagerada se, como Althusser, perguntamos: *como é que o homem faz para fazer a história?* Não pode ser como o carpinteiro que faz uma mesa, já que, nesse caso, a madeira com que é feita a mesa não é produto do carpinteiro, é simplesmente sua matéria-prima. Não obstante, o que o humanismo esquerdista da fórmula “o homem faz a história” quer fazer parecer é que em relação à história o homem é um carpinteiro que não só produz a mesa, mas também a madeira de que ela é feita, pois, se o homem faz a história, a história que ele faz é uma história já feita por ele, que ele nega, transcendendo-a. O único ser com tal poder, debocha Althusser, é Deus. Só ele pode fazer a matéria com que faz o mundo, ou seja, só ele pode ter o poder absoluto da criação. O que se complica no caso dos homens é que “*o homem-deus criador da história não está fora da história: está dentro*”⁹. Isso significa que ele é capaz de sair de sua própria situação concreta no mundo (não se sabe como) e alterar sua existência. Para usar a imagem utilizada pelo autor, o homem “*é um pequeno deus laico, que está como toda a gente, ou melhor como todos os seres vivos, ‘mergulhado’ na existência, mas que é dotado do prodigioso poder de liberdade de a todo momento levantar a cabeça fora da água e de mudar o nível da água*”¹⁰.

⁹ Althusser (1973:25).

¹⁰ Idem, pág. 26.

A guinada teórica de Althusser é, então, sua definição de História, pela qual o conceito de homem como esse ser onipotente-transcendente-criador-consciente-de-si não se sustenta. E essa definição é: *a História é um processo sem sujeito nem fim(ns)*. Aparente paradoxo que contradiz a aparente simplicidade da afirmação humanista que ataca, o que essa definição sustenta é simplesmente que os homens (ou o Homem) são agentes da História, mas agentes sob e na forma das determinações históricas, e só são agentes se se revestem da forma-sujeito histórica, isto é, se introduzidos no complexo das relações sociais, jurídicas e ideológicas que, para existirem e funcionarem impõe a todo indivíduo a forma-sujeito. Isso significa que a História, portanto, não tem um Sujeito, nem mesmo sujeitos. Não há Sujeito porque não há uma anterioridade, uma essência ou uma identidade que seja a causa da História e que dela seja agente. E não há sujeitos porque não são os homens em geral que exercem seu papel ativo na história, mas homens concretos revestidos da forma-sujeito, processo que se dá sob a determinação do assujeitamento ideológico¹¹. A História, portanto, como afirma Althusser, não tem sujeitos ou um Sujeito, mas um *motor* – a Luta de Classes¹².

Como se vê, assim, a questão do homem enquanto entidade, unidade ou essência deixa de fazer sentido, porque o que existe são homens concretos investidos de uma forma-sujeito, ou seja, o que se define como Homem nada mais é do que o próprio processo de sujeição à História. Não há uma anterioridade subjetiva sobre o qual se aplicam as determinações históricas¹³, a subjetividade é exatamente esse processo constante e histórico de constituir indivíduos em sujeitos. O que significa que não há, nem haverá nunca, isso que se chama homem enquanto matéria constituída, pronta.

E esse motor, chamado Luta de Classes, ocorre no interior da estrutura da dialética materialista, determinada *em última instância* pelo econômico. A diferença entre a dialética materialista e a hegeliana (da qual parte Marx) é que na primeira a contradição não é nunca simples, nunca há uma essência da qual se partem e se desdobram os contrário, mas sempre uma “*contradição complexamente-estruturalmente-desigualmente-determinada*”, isto é,

¹¹ Cf. Althusser, op. cit.

¹² Não desconhecemos a resistência que essa afirmação teve nos meios marxistas nem as críticas de que foi objeto. Assumimo-la, apesar disso e por causa disso.

¹³ O que não é o mesmo que dizer que não há “os homens”. Uma posição materialista é, antes de qualquer coisa, uma posição que afirma a existência do real fora do pensamento. O que se quer dizer aí é que não há nenhuma forma identitária já definida e anterior ao processo de determinação sobre a qual ele se aplica. O indivíduo, como afirma o autor, é sempre já sujeito.

sobredeterminada. Não há um elo do qual se parte e que se reparte (como na dialética stalinista, que via no econômico a instância primeira e determinação direta das outras), mas sim um elemento central, que determina os outros, mas nunca diretamente, já que, como vimos, a contradição não é simples, o que há é sempre um todo complexo determinado *em última instância* (nunca é demais repetir) pelo econômico¹⁴.

1.4. ESTRUTURA CONCRETA EM HOMENS CONCRETOS

Mas se a afirmação marxista de que não há produção em geral, trabalho em geral, mas somente e tão-somente produção numa circunstância histórica dada, é também verdadeiro que essa estrutura definida anteriormente não é uma “abstração”, isto é, ela nada mais é que sua própria existência num momento determinado da História, em que a relação entre as contradições estará de tal ou tal maneira, organizadas e subordinadas de tal ou tal modo, e isso é que se chama, no materialismo histórico, de “condições”. É, portanto, sob o domínio desse complexo que o homem se faz sujeito.

Mas também não são os homens em geral que se fazem sujeitos. É sempre um homem¹⁵, numa situação histórica dada, que se faz sujeito, por e sob a ideologia, no estado dado dessa estrutura complexa. Vê-se aí uma contradição que talvez seja o cerne disso que se chama singularidade. Pois, se se pode falar em singularidade, é o caso então de falar em uma singularidade *determinada* por essa contradição entre a estrutura (concreta) e o homem (concreto). E o concreto, para o materialismo histórico, é a síntese de múltiplas determinações. Assim, o homem de que fala o materialismo, enquanto sujeito, é um objeto-de-conhecimento¹⁶. Não há, portanto, como falar do homem concreto, a não ser que se considere uma Ciência Régia capaz de explicar todas as determinações que o constituem. O

¹⁴ Não quis aqui fazer uma exposição pormenorizada da dialética materialista. Exigiria um desenvolvimento que extrapolaria os limites deste trabalho. Há muito o que se dizer aí, como a questão das contradições principais e secundárias e sua relação etc. Para um detalhamento maior, cf. Althusser (1965), pág. 140 e ss. O que importa é ter em mente que se trata de *um todo complexo já-dado*, isto é, anterior ao sujeito que nele se constitui, *com dominante*, isto é, sobredeterminado.

¹⁵ Repito que não estou falando em essência sobre a qual se aplica a determinação. Pode-se certamente reprovar o estatuto filosófico de “homem” e se preferir utilizar “indivíduo”, ou “animal humano” ou o que o valha. Basta que o leitor cuide de perceber que esse sempre ocorre sobre alguma coisa já existente, sobre um *Real*. O estatuto desse Real, se biológico etc., é ponto de discussão e está ligado ao fato de o homem possuir *inconsciente*, e essa estrutura não ser integralmente biológica.

¹⁶ Para uma apresentação sintética da distinção objeto-real X objeto-de-conhecimento, cf. Althusser (1976).

materialismo, nesse sentido, só irá falar das determinações históricas, uma vez que é este seu objeto-de-conhecimento, sem que essas determinações sejam vistas como as únicas. Dessa maneira, explica-se porque o materialismo não pode *prever* a história, na medida em que, enquanto Ciência, só se apropria do Real nos limites de seu objeto-de-conhecimento: “*nesse caso, então, o Materialismo Histórico não estará mais falando do Real, mas apenas de algumas de suas determinações*¹⁷”.

A relação entre a estrutura concreta (síntese determinativa) e o homem concreto (síntese de múltiplas determinações) não é, por conseguinte, inteiramente apreensível pelo Materialismo Histórico. Resta algo aí que tem a ver com os limites de um objeto-de-conhecimento e que constitui a singularidade, vista como um processo entre estrutura e estruturado.

1.5. DE ALTHUSSER A PÊCHEUX

Articulando as noções althusserianas e uma visão discursiva do processo de significação, Michel Pêcheux irá fundar a Análise do Discurso de linha francesa, doravante AD, explicitada em muitos de seus livros, e, de forma especialmente elaborada, em Pêcheux (1975). Ali o leitor poderá encontrar muitas das definições básicas da AD, tais como interdiscurso, formação discursiva etc.

Tais noções estão fortemente comprometidas com o Materialismo Histórico de Althusser, e a noção de interdiscurso só se sustenta sob a filiação da dialética materialista como o todo complexo já-dado. As formações discursivas, por sua vez, são definidas sempre em termos de classe. A grande contribuição de Pêcheux será a de radicalizar a articulação do saber psicanalítico e do saber do materialismo histórico, com sua teoria dos esquecimentos que são a síntese da subjetividade. Além disso, o autor avança algumas afirmações althusserianas, como a de que não há *sujeito da ciência*, elaborando distinções fundadoras de uma abordagem lingüística em que a exterioridade não é um acréscimo ou aquilo que está fora da língua, mas, ao contrário, Pêcheux procura investir pesadamente numa disciplina de entremeio que busca ver na língua a exterioridade sem que essa se

¹⁷ EVANGELISTA, Walter J., (1984).

esfumace numa forma sem história ou num sistema fechado. Língua e História articuladas num objeto de materialidade lingüística: *o discurso*.

No Brasil, Eni Orlandi e outros pesquisadores ligados a essa epistemologia também irão propor novos caminhos para esse compromisso. Se não há produção social em geral, primado do marxismo, também não há texto em geral, autor em geral, havendo sempre formas históricas de constituição dos processos de significação que essa corrente brasileira formulará na forma de categorias novas e de valor epistemológico e heurístico nada trivial, privilegiando o acontecimento enunciativo como lugar de encontro entre a memória e o presente.

Para finalizar essa sumária apresentação, talvez não fosse excessivamente simplista dizer que, então, o que caracteriza a AD francesa e seu prolongamento brasileiro é uma aliança teórica entre marxismo e psicanálise que se prolonga e que procura se articular sem absorção de um lado pelo outro. No entanto, não se pode deixar de perceber que continua o pressuposto materialista fundamental de que a História é um processo sem sujeito nem fim, cujo motor é luta de classes.

A questão que se coloca basicamente é como considerar o desenvolvimento althusseriano do marxismo, e o desenvolvimento de Pêcheux do projeto de Althusser numa teoria materialista dos processos de significação atravessada por uma noção psicanalítica do sujeito, com os princípios metodológicos de Auroux quanto ao tratamento da questão da gramatização.

1.6. MATERIALISMO E CONSEQÜÊNCIAS

Se não se pode dizer que o projeto de Auroux é um projeto filiado ao materialismo histórico, também não se pode dizer que se trata de um projeto idealista. Uma visão dessa natureza seria injusta e simplista em sua consideração da fundamentação teórica de que parte o autor para limitar sua abordagem.

O cuidado do autor em não recorrer a explicações sociológicas diretas, sua firme afirmação da exterioridade dos fenômenos em relação aos saber que se constitui sobre eles e sua visão do processo de gramatização como um processo de dominação que altera a própria estrutura das línguas e a ecologia da comunicação humana basta para perceber que

há aí um cuidado epistemológico que certamente não desconhece os limites entre os objetos reais e a forma de conhecimento destes pela humanidade e relação dialética entre esses dois eventos. Além disso, o político aí não é excrescência, mas está imbricado nas relações de poder que subjazem ao projeto de gramatização de uma língua dada. Há, ainda, o cuidado de também não fazer do político a causa e a explicação de todos os fenômenos – veja-se o que Auroux diz a respeito das estratégias cognitivas em relação aos objetos. Se estas não variam livremente, é quase como se houvesse, na própria estrutura do objeto a se conhecer, uma determinação dos processos de seu próprio conhecimento pelo homem.

No entanto, Auroux não irá trazer para sua reflexão a questão de classe nem a questão do sujeito. Em que pese sua fineza e rigor teóricos, pode-se perceber ali uma falta (não no sentido de algo que deva ser preenchido, mas no sentido de escolha teórica): não há nenhuma menção ao problema do sujeito. O que há são homens que vêem suas relações com a língua alteradas de acordo com os saberes que sobre ela se constituem. A *definição fenomenológica* de Auroux, portanto, resvala para os dois lados: o homem e a língua. Se ele não irá diluir seu trabalho numa definição prévia de língua, também não irá levar em conta a definição de sujeito. Não haverá, então, nenhum problema a se colocar quanto à singularidade dos homens que fazem a história do saber sobre a linguagem, uma vez que esta discussão está primacialmente eliminada juntamente com a questão do objeto desse saber, a língua. Nesse caso, a história que Auroux procura descrever e analisar é a história dos produtos daquilo que Althusser chama de efeitos ideológicos.

No caso da AD, por outro lado, seu vínculo com a epistemologia althusseriana só permite tratar da subjetividade enquanto processo histórico, e, portanto, extra-individual. A própria noção de singular, de indivíduo passa a ser considerada como uma construção histórica que regula a relação do sujeito consigo mesmo sob os efeitos imaginários da Ideologia. Assim, o modo como a gramática e o homem se apresentam enquanto objetos a se conhecer é ela própria uma forma histórica de apresentação que está ligada ao assujeitamento ideológico, uma evidência a ser desconstruída em sua aparente unidade ilusória. O modo como estão reguladas as relações do sujeito com sua língua são constitutivas de sua subjetividade e a enformam. E essa relação não é transparente já que, para a AD, a linguagem é opaca, isto é, não é possível ver diretamente na materialidade lingüística um “reflexo” dos processos históricos. A língua tem seu real próprio, assim

como a história. O discurso, sendo o lugar de encontro entre esses reais, permite compreender o funcionamento do processo histórico de constituição do sujeito.

1.7. HISTÓRIA, SINGULARIDADE; IDEOLOGIA, FANTASIA

A Análise do Discurso, disciplina de entremeio por definição, encontra seu lugar nas brechas e falhas entre fundamentalmente três saberes: o da Lingüística, o da Teoria do Discurso e o do Materialismo Histórico. Acresça-se a isso uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica que atravessa esses campos. Nessa confluência, a AD procura trabalhar, avançando na formulação de proposições teóricas e conceitos que lhe dão coerência e firmam sua disposição de continuar nesse lugar. Não é o caso, portanto, de construir uma disciplina que abandone os saberes de que se constitui, criando uma nova forma de ciência. Ficar no lugar do choque e contradição entre os saberes acima é o lugar da AD. É nesse interstício que ela pode retornar perguntas aos campos de que se origina e responder questões.

Desse modo, é tarefa do analista estar ele também pessoalmente envolvido nesse interstício, buscando nos campos que constituem seu fazer elementos para sua reflexão ou, se for o caso, indicando lugares de não-coincidência ou mesmo de necessidade de abandono de formulações oriundas desses lugares. Nesse sentido, julgo ser uma questão de responsabilidade examinar propostas como as de Žižek (1990), em que é feita uma leitura política do gráfico do desejo de Lacan. Como afirma o autor, tal gráfico possui quatro formas sucessivas, somente compreensíveis se levamos em conta que cada alteração de uma das formas demanda retroativamente alterações nas formas anteriores. Não é nosso interesse aqui fixar-nos tanto nas minúcias do gráfico lacaniano, mas sim tomar suas implicações para uma teoria do discurso.

Para Žižek, o processo de significação é retroativo e contingente, isto é, está determinado pelo *ponto de basta*, que dá coesão e sentido aos significantes soltos. Estes, dada a introdução de um certo significante-mestre, passam a possuir sentido. Assim, o processo de significação não se desenrola a partir de um núcleo inicial, mas pelo contrário, a fixação significante-significado é atribuída pela intervenção posterior de um ponto de

basta. Esse ponto de basta fixa retroativamente o sentido, gerando o efeito de evidência, como se o sentido já estivesse lá. Essa seria a forma “primeira” do gráfico lacaniano.

Para o que nos interessa, basta indicar que na última formulação do gráfico o nível de significação está abaixo do nível do gozo. Tendo isso em vista, o autor vê aí a necessidade de formular duas análises do discurso complementares: uma procuraria desconstruir o texto, evidenciando como um dado campo ideológico é totalizado pela intervenção de pontos de basta; outra procuraria ir além desse campo e buscaria extrair o núcleo do gozo, mostrando como, além do campo da significação, mas, ao mesmo tempo, dentro desse campo, uma ideologia implica um gozo pré-ideológico que a estrutura.

O exemplo típico desse funcionamento seria o do Judeu no caso do anti-semitismo. São atribuídas aos judeus toda sorte de qualificações negativas (eles são sujeitos, excessivamente gananciosos e ardilosos etc.). Eles são, nesse sentido, um sintoma, uma mensagem a ser decifrada. Determinar-lhe o sentido passa por determinar de que modo o judeu encarna, na fantasia, nosso desejo. Sendo a fantasia, como afirma Zizek, um roteiro que cobre o vazio de uma relação impossível (não há relação sexual, não há sociedade), o judeu cumpre nesse caso a função de tornar possível essa relação - sem o judeu, a sociedade pode existir, basta eliminá-lo. A fantasia, portanto, mascara o nada. Não há nenhuma coisa depois dela, e a função dela é justamente a de nos encobrir esse nada. Contudo, há dois passos a serem dados na travessia da fantasia. Atravessar a fantasia, chegar ao nada, é correlato à identificação com o sintoma: no caso acima, o judeu funciona como a figura que, se excluída, possibilitaria ao campo social retomar a ordem e a estabilidade. Esse é sua função enquanto elemento da fantasia. Enquanto sintoma, entretanto, eles são o lugar em que o antagonismo social surge de maneira positiva, como se esse antagonismo não fosse inerente ao campo social. Assim, longe de simples desvio, o judeu como sintoma nos indica nossa verdade, são produtos necessários de nosso sistema social.

Esse é, em resumo talvez excessivamente simplificador, o cerne da proposta de Zizek. Vejamos agora como Orlandi, em vários trabalhos (por ex. 1996, 1999), tem insistido num conceito bastante enriquecedor para a análise do discurso, o conceito de forma material. Por esse conceito, procura-se fugir da evidência tanto da análise empírica de dados, como da análise sócio-histórica que não leva em conta a língua. Para o analista do discurso, a forma material é justamente a forma em que o lingüístico e o histórico estão em

conjunção, em que o real da língua e o real da história se tocam. O conceito de forma material desmantela a evidência positiva da forma abstrata da lingüística, como também a evidência positiva de uma história que se desenrola de modo linear, coerentemente. Para nós, o conceito de forma material está perfeitamente de acordo com a concepção de História como um processo sem sujeito nem fim(ns) e de língua como um sistema intrinsecamente aberto à falha. Desse choque, nasce o equívoco, forma sem positividade, forma material.

É por essa compreensão que procuramos, em artigo recente, indicar o lugar da singularidade em AD. Não como resposta às constantes perguntas do tipo: “quanto a AD irá levar em conta a singularidade?”, porque responder a este tipo de pergunta leva, em primeiro lugar, a aceitar os termos em que está formulada, isto é, colocando a singularidade no nível do sujeito. Para nós, ao contrário, a pergunta deveria ser: “quanto a AD deixará de levar em conta a singularidade?”. Por que a AD faz exatamente isso se tomamos o conceito de forma material em sua espessura teórica. Esse conceito indica um momento singular em que singularmente o real da língua e da história se chocam, formando singularmente uma forma. É aí que está a singularidade em AD, completamente retirada da cabeça de algum sujeito, qualquer que seja a definição de sujeito que se queira, um resgate da singularidade, ou melhor, um resgate da singularidade pela via de um resgate do material. É um resgate da singularidade pela matéria, e não pela idéia.

Vê-se, portanto, que o lugar da AD está no lugar do funcionamento da negatividade. Toda positividade sendo, assim, produto de uma fixação imaginária significante-significado, de um funcionamento ideológico.

Tocamos aqui um ponto fundamental em que as contribuições de Žižek para a AD devem ser levadas em consideração em toda sua profundidade. Sabe-se que todo o esforço da AD, incluindo sobretudo o esforço de fazer valer teoricamente o conceito de forma material, está ligado ao tocar o real da história e da língua. Se, com Žižek, não chegamos a nenhum real, está aqui indicada uma radical incompatibilidade?

Mais de uma vez se censurou a Lacan o predomínio absoluto do simbólico em sua teoria, como se o real não existisse de fato. E, como sabemos, todo o empreendimento da AD busca justamente tocar o real - da língua e da história, em outras palavras, a forma material. Para Lacan, no entanto, como diz Žižek, não apenas o mundo não existe

(enquanto conjunto de objetos dados), como também não existem a linguagem e o sujeito. A única positividade possível para Lacan é o sintoma, sendo todo o resto uma rede de relações diferenciais, uma estrutura regida pela diferença.

Como afirmamos em outro trabalho, face ao funcionamento do significante no valor puro e à irracionalidade do acontecimento, isto é, frente ao batimento da língua e da história, toda sociedade procura mecanismos de controle que tentam domesticar a imprevisibilidade deste encontro. O sentido é a primeira forma de controle desse encontro imprevisível entre língua e história. Perguntamos, então, há possibilidade de se pensar o sintoma e o sentido de modo ordenado e coerente, trazendo a reflexão lacaniana sobre a positividade do sintoma para a reflexão sobre o discurso?

1.8. O CONCEITO DE AUTORIA

A despeito de tudo que se possa dizer do estruturalismo, seu legado deixou uma importante lição, especialmente para o campo das ciências da linguagem. Tal lição, pode-se dizer, se fez afirmar pela postura estruturalista, a qual “*consiste em desconstruir qualquer identidade substancial, em denunciar, por trás de sua aparência sólida, um jogo recíproco de sobre-determinação simbólica; em suma, dissolver a identidade substancial numa rede de relações diferenciais, não-substanciais*”¹⁸. Essa atitude frente aos seus objetos garantiu ao estruturalismo, e ao pós-estruturalismo, a capacidade de perceber o jogo de determinação que há em toda imagem evidente, em toda identidade positiva.

A Análise do Discurso inspirada por Michel Pêcheux soube de modo ímpar extrair as conseqüências do ensino estruturalista, mas isso não basta para que uma disciplina possa se configurar. Ao definir o solo teórico da AD, Pêcheux foi além da lição estruturalista. Elegendo o Materialismo Histórico, a Teoria do Discurso e a Lingüística (campos estes atravessados por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica, a bem dizer, lacaniana), Pêcheux e seu grupo de trabalho puderam conceber um projeto de estudos que se configurou na instauração de um novo objeto-de-conhecimento: o *discurso*.

E a caracterização da AD como uma disciplina de entremeio, isto é, como um campo de saber que procura desenvolver-se em meio às contradições de sua própria

¹⁸ Žižek (1990:164).

epistemologia¹⁹, sem tentar a resolução de impasses, mas trabalhando sobre eles, não deve nos enganar quanto a seu método. Situando no entremeio dos saberes que lhe sustentam, a AD ao mesmo tempo marca sua distância com relação a cada um deles. Da Lingüística, a AD marca sua emancipação ao ver de modo crítico concepções utilitaristas e/ou funcionalistas da linguagem, bem como qualquer tentativa de fechar a língua num sistema totalizado. Com relação ao Materialismo Histórico, a noção de ideologia, tal como se coloca na AD, evita o perigo de se estabelecer uma relação entre o lingüístico e o extralingüístico de modo direto e sem reservas. Com relação à teoria do discurso, especialmente a abordagem foucaultiana da linguagem, a AD irá se caracterizar por encontrar, ali onde o pensamento de Foucault esbarra num impasse, um real²⁰.

Mas não se trata apenas disso. O discurso não é a língua, nem a história, nem o texto, nem a voz. Justamente por isso é que se pode falar de um novo objeto de saber. A AD pôde encontrar sob a face evidente das positivities o lugar de um objeto novo, cuja marca não é lingüística nem muito menos institucional, mas sim de uma natureza diversa: o discurso é um processo regulado por uma memória (o interdiscurso), ao mesmo tempo em que se abre para o acontecimento. Sua materialidade é lingüística e histórica, num só movimento. Nesse ponto o analista de discurso se afasta das análises de conteúdo, para as quais o discurso é o texto + história. Ora, os estudos contemporâneos de análise do discurso nos mostram acima de tudo que o próprio texto, a própria noção de texto já são trabalhos de um processo discursivo. Um processo que constrói positivities na forma de evidências a que o olhar-leitor só se pode deparar pelo distanciamento específico que a bagagem teórica da AD lhe pode oferecer.

Isso, é evidente, não significa acreditar numa visão de ciência como neutralidade de um sujeito frente a um objeto. Tampouco significa que a análise da AD é ela também apenas um discurso sobre um outro discurso (uma desconstrução?). O que a AD pode revelar ao olhar-leitor é a opacidade da linguagem e da história²¹.

¹⁹ Como se deve saber, os 4 campos teóricos que indicamos mais acima sob a rubrica de “solo teórico” da AD não são homogêneos nem complementares.

²⁰ Sobre esse ponto iremos falar mais longamente adiante.

²¹ Aqui cabe a distinção entre o Dispositivo Ideológico da Interpretação e o Dispositivo Teórico da Interpretação, propostos por Orlandi (1999c, entre outros). Justamente por reconhecer o lugar da interpretação e por recusar a metalinguagem é que a AD pode oferecer uma leitura diferenciada que não se restringe a ser apenas mais uma leitura.

Há vários modos de se disfarçar essa opacidade. Uma artimanha é a de escamotear, pelo apelo de um estrato da língua ao outro, o equívoco como fruto do primado da diferença, como assinala Milner (1978:20):

“Mediante determinados procedimientos se puede, sin duda, expulsar el equívoco. Si es por el sonido como se constituye, recurrir al sentido; si es por la escritura, etc. En síntesis, apoyarse en el hecho de que hay estratos. Se planteará, entonces, que los fonemas articulan las palabras y las distinguen; que las palabras articulan los grupos; y los grupos las frases. Mediante esas operaciones se introducen tipos y órdenes, de una manera tan parecida al método russelliano que se podría creer que este último es una simple repetición de lo que los gramáticos siempre habían sabido. Entonces, así como las paradojas consisten simplemente en confundir los tipos, lo mismo el equívoco se resuelve en un fantasma nacido de la indebida conjunción de varios estratos: el equívoco estalla en univocidades combinadas”

As “univocidades combinadas” podem, enfim, se constituir, e o negativo como primado do funcionamento dos fenômenos deixa de ser uma questão. Desse modo, estão expulsos o equívoco, a possibilidade de ruído na comunicação, tudo aquilo que possa desmanchar o funcionamento perfeito dos objetos no mundo, sendo quaisquer “erros” e “falhas” frutos de uma “má-fé” do sujeito frente ao objeto. Gadet & Pêcheux (1981) souberam extrair as conseqüências políticas desse tipo de abordagem em ciência. Em resumo, poder-se-ia dizer que a conseqüência primeira é a de uma separação radical entre ciência e política, relegando ao campo da retórica, do discurso político, tudo que não pode ser apreendido na forma de evidências, identidades positivas.

Assim, uma das grandes tarefas da AD em seu desenvolvimento foi mostrar como, para além de toda aparência unívoca, os fenômenos se mostram na verdade funcionando sob o primado das relações diferenciais sobre qualquer positividade²².

²² Para uma discussão dessa questão, cf. sobretudo Baldini & Milán-Ramos (2000). Talvez fosse interessante

Sob um ponto de vista pré-estruturalista (ou talvez mesmo pós, dadas as recentes discussões sobre qual a relação, afinal, entre linguagem e mundo, as quais deliberadamente esquecem os avanços nesse sentido feitos pela AD), a questão da autoria não se apresenta como problema. O autor de um texto é igual ao indivíduo empírico que o escreve ou fala (quando se leva em conta o discurso oral, é claro). No entanto, se levamos em conta a questão da autoria como uma evidência cuja determinação deve ser explicitada, podemos enfim traçar alguns pontos de vista sobre a questão que não se reduzam a ser reafirmações mais elaboradas de nossa própria experiência (auto-evidente) enquanto sujeitos no mundo. Para chegar a isso, como diria Pêcheux, precisa-se de instrumentos.

Forma-sujeito, enunciador, ideologia, enfim, todos estes conceitos são instrumentos com os quais a AD trabalha. Em Orlandi (1988), encontramos a primeira formulação do conceito de autoria em AD, a partir de uma redefinição do conceito como Foucault o concebeu.

1.8.1. A AUTORIA EM FOUCAULT

No campo dos procedimentos que visam a controlar o funcionamento do discurso, Foucault (1972) propõe a *função-autor* como um elemento no processo discursivo. O autor chega à elaboração desse conceito pelo questionamento das evidências do *autor* e da *obra*: qual a “*relação do texto com o autor, a maneira como o texto aponta para essa figura que lhe é anterior e exterior, ao menos em aparência*” (idem:34)?

Foucault percebe inicialmente que essas evidências são extremamente indefinidas se as tomamos em profundidade. Tudo o que uma pessoa escreve é sua obra? Se não, qual o critério para discernir o que faz parte da obra e o que é apenas murmúrio que pode ser relegado ao esquecimento? “*A palavra ‘obra’ e a unidade que ela designa são provavelmente tão problemáticas quanto a individualidade do autor*” (idem:39). Trabalhar

marcar também aquilo que distancia o procedimento da AD da abordagem de Derrida. Embora se possa concordar com ele que “*a ausência de significado transcendental estende ao infinito o campo e o jogo da significação*” (1966:104), isto é, que está fora de cogitação a questão da origem no que se refere ao sentido, a posição da AD faz pensar no real da história e no real da língua como formas de regulação do jogo. Não como origem, mas certamente como limites. É possível, se compreendemos bem, que haja aí uma incompatibilidade.

essa problemática é para Foucault definir de que modo e em que condições a função-autor se faz presente em momentos determinados da história.

Em primeiro lugar, deve-se dizer que o *nome próprio* e o *nome de autor* têm um funcionamento bastante semelhante. Ambos são mais que meras funções indicadoras. No entanto, o nome de autor possui peculiaridades que o diferenciam do nome próprio: “*se me aperceber, por exemplo, que Pierre Dupont não tem os olhos azuis, ou não nasceu em Paris, ou não é médico, etc., mesmo assim Pierre Dupont continuará sempre a referir-se à mesma pessoa*” (idem:43). Se, por outro lado, descobrir-se que Shakespeare não escreveu algum dos textos que se lhe imputam como sua obra, o nome de autor sofre uma modificação fundamental. Isso mostra que “*o nome de autor não é um nome próprio exatamente como os outros*” (ibidem).

O que esses exemplos, entre outros que poderiam ser arrolados, demonstram é que o nome de autor não é apenas um signo indicatório, mas que ele exerce em relação aos textos um papel classificatório, ele os delimita, agrupa, sobrepõe, opõe a outros. Não se trata de vincular tais e tais textos a um autor empírico, mas em construir um princípio de agrupamento do discurso. O autor seria, conseqüentemente, unidade e origem de significações, foco de coerência (Foucault, 1971:26). Essa função faria parte dos *procedimentos internos* do discurso. Sendo o discurso um sistema em que a dispersão é parte primeira, “*em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade*” (idem:9). A função-autor seria um desses procedimentos internos do discurso que regem a sua dispersão e a dispersão do sujeito na forma de uma individualidade.

Estudar o funcionamento da autoria é ver como se dá essa relação entre os textos e a função que lhes confere o próprio caráter de unidade. Nesse sentido, a relação não é entre o indivíduo empírico e o texto, mesmo porque “*o indivíduo que se põe a escrever um texto no horizonte do qual paira uma obra possível retoma por sua conta a função do autor: aquilo que ele escreve e o que não escreve, aquilo que desenha, mesmo a título de rascunho provisório, como esboço de obra, e o que deixa, vai cair como conversa cotidiana. Todo este jogo de diferenças é prescrito pela função do autor, tal como a recebe de sua época ou*

tal como ele, por sua vez, a modifica” (Foucault:29). Em resumo, é um modo de constituir-se enquanto sujeito.

1.8.2. A AUTORIA NA AD

Neste ponto é que as reelaborações feita por Orlandi do conceito foucaultiano encontram sua pertinência. Para Foucault, por exemplo, a autoria não ocorre de modo constante nem de forma geral. Para a AD, por outro lado, “*o princípio é geral. O texto pode não ter um autor específico, mas sempre se imputa um autor a ele*” (Orlandi, 1988:77). Em AD, considera-se a função-autor sempre que o sujeito se coloca na origem de seu dizer, produzindo um texto com unidade, coerência, começo, meio e fim, isto é, marcadamente determinado pelas exigências (históricas) do procedimento de constituir-se enquanto autor²³. Além disso, Foucault faz uma distinção entre aqueles que, mais que autores no sentido que vimos tratando aqui, produzem também “*a possibilidade e a regra de formação de outros textos*” (Foucault, 1992:58) – são estes os “*fundadores de discursividade*”. Nessa distinção entrariam nomes como Marx, Freud, Saussure, todos aqueles que tornaram possível não só “*um certo número de analogias como também tornaram possível (e de que modo) um certo número de diferenças*” (Idem:60). A noção de fundadores de discursividade para Foucault distingue-se da noção que pode ser atribuída a qualquer fundador de uma ciência pelo fato de que as obras organizadas em torno destes fundadores não se situam no espaço restrito da relação que elas podem estabelecer com dada ciência, mas, pelo contrário, a ciência é que se relaciona com tais obras e está por elas limitada, organizada, coordenada. De qualquer maneira, vê-se que a noção de fundação de discursividade que Foucault propõe tem uma relação com o surgimento de novas teorias

²³ Sempre que se produz um texto, produz-se um autor. Lembrando que texto, no quadro teórico da AD, não significa escrita no sentido comum do termo. Na verdade, a produção de textos e a assunção de autoria atuam conjuntamente. Sempre que se produz um sentido, isto é, sempre que se está diante de um texto, nossa sociedade primacialmente pergunta: “quem fala?”. Evidentemente, após o surgimento da escrita a questão da autoria sofre uma modificação fundamental. Isso, no entanto, não significa que textos orais não tenham autor ou que em nossas conversas cotidianas o discurso operaria ad-libitum. Há uma diferença – e não oposição – entre escrever e falar, mas nossa sociedade imputa autoria sempre que há sentido. Um lugar exemplar para se pensar essa relação pode ser a torcida organizada de times de futebol. Há alguns anos atrás, essas torcidas foram extintas e impedidas de se constituírem por força de uma decisão legal, por serem consideradas como fontes de incitação à violência. Nesse caso, a autoria da violência, bem como dos hinos cantados nos estádios e que incitariam a esta foram atribuídos à pessoa jurídica da torcida organizada.

científicas e seu desenvolvimento. Aqui também é preciso marcar uma especificidade do campo teórico da AD. Nesse caso, a questão é saber como o sem-sentido se torna sentido, como o novo irrompe em meio ao já-dito, como se dá o *discurso fundador* e de que modo ele pode surgir.

Esse movimento se dá pela resistência do sem-sentido em apagar-se frente aos sentidos já estabelecidos, produzindo num só momento o novo e sua própria memória. Sair do *nonsense* e fazer sentido é re-significar o que preexiste e, nesse jogo, produzir a memória que sustenta o sentido novo. É um processo de confronto em que “há a necessidade de ‘filiar-se’ a uma memória política, legitimar-se, reivindicar a fundação” (Orlandi, 1993:13). Dito de outro modo, o novo irrompe do velho, de que se utiliza como memória, sustentação, ao re-significá-lo. O que permite tal procedimento é que, ao considerarmos o discurso uma *prática*, admitimos também que toda prática, todo ritual comporta falhas, que dão lugar a rupturas possíveis. É o lugar do equívoco na língua, na história. Como se vê, embora as noções de autoria e fundação de discursividade foucaultianas sejam fundamentais para a AD, é preciso reelaborá-las no conjunto das diferenças que marcam esse campo específico.

Tendo em vista as colocações acima, podemos dizer que o sujeito, ao tomar-se como autor, constrói a unidade aparente do discurso no objeto de análise: o texto. O sentido advém do texto, e não da mera seqüência de enunciados, expressões ou formas lingüísticas, mas sim do fato de essas mesmas seqüências de enunciados estarem reunidos sob a forma de uma unidade que se constitui pelo modo mais determinado pelo exterior da forma-sujeito do discurso, o autor.

Assim, o aparente fechamento do texto, sua não-contradição, sua progressão em termos de um início e um fim, são efeitos discursivos da função-autor tal como ele se dá historicamente num período dado. Pfeiffer (1995), em sua tese de mestrado, mostra como a escola não possibilita aos alunos sua constituição enquanto autores de um texto, exigindo, contraditoriamente, que os alunos se coloquem como autores (determinados por todas as exigências específicas dessa posição - objetividade, clareza etc.) ao mesmo tempo em que lhes negam a possibilidade de fazê-lo por não lhes darem condições para tanto. Nesse sentido, podemos fazer um paralelo entre a divisão social do trabalho da interpretação e o processo da autoria. Negar a autoria e também negar a possibilidade de colocar-se como

leitor, é impedir o trabalho histórico da interpretação. O sujeito fica preso no limiar da repetição mnemônica (mera repetição) e da repetição formal (mera produção de frases)²⁴. Só há autoria e leitura quanto há a repetição histórica - quando o sujeito inscreve seu dizer na rede do já-dito, do interdiscurso, e do silêncio, deslocando-o ao produzir *gestos de interpretação*²⁵.

Fundamentalmente, os conceitos que procuramos conjugar desde o início deste trabalho são tentativas de explicitar os processos que intervêm na relação do sujeito com seu dizer, relação esta marcada pelo fato de que entre o sujeito e sua fala há dois modos de existência do real que interdita e possibilitam o novo: a língua e a história.

1.8.3. IDEOLOGIA E AUTORIA

Sabe-se que Foucault não utilizava o conceito de ideologia em seu trabalho. Em mais de um trabalho, o autor procurou enfatizar que o poder, em sua concepção, dava-se através de complexas redes de micropráticas. Mesmo que se concorde com essa visão, não é demais indagar qual o modo concreto de funcionamento do poder no funcionamento do discurso. Quando indagado sobre isso, “*Foucault recorre à retórica da complexidade, extremamente suspeita, evocando a intrincada rede de vínculos laterais, à esquerda e à direita, acima e abaixo... um exemplo claro de remendo, já que nunca se pode chegar ao poder dessa maneira - o abismo que separa os microprocessos e o espectro do poder continua intransponível*”²⁶.

Por outro lado, sabe-se também que a noção de ideologia que vigora na AD deve-se ao desenvolvimento teórico que Pêcheux fez da mesma noção em Althusser. Para este, o Aparelho de Estado é a sede e o lugar por que se luta quando se fala em ideologia. Althusser, entretanto, não tratou da linguagem, e é justamente disso que Pêcheux se ocupou

²⁴ ORLANDI (1996a) difere a *repetição empírica* (exercício mnemônico que não historiciza, não coloca o sujeito na posição de autor) da *repetição formal* (técnica de produzir frases, mero exercício gramatical que também não historiciza) e da *repetição histórica* (quando o sujeito se coloca como autor, situando-se em meio ao já-dito – ao interdiscurso – e daí filiando-se a posições diversas – ou construindo novas posições a partir do existente, como comentamos anteriormente ao falar dos discursos fundadores).

²⁵ Deve-se entender que toda interpretação é um *gesto*, no sentido de ser uma intervenção do sujeito no nível do simbólico (Orlandi, 1998a:84).

²⁶ Žižek (1994a:18).

em sua teoria do (des)conhecimento ideológico. A AD trouxe o simbólico sem esquecer a história²⁷ e conjugou-os em seu objeto, o discurso.

O recurso à ideologia serviu para que a AD pudesse chegar a algum lugar após o exame cuidadoso dos efeitos de evidência produzidos pelo discurso. Em Foucault, e daí vem sua importância para a AD, o uso da ferramenta conceitual da autoria nos permite perceber os movimentos pelos quais o sujeito se vê como uno, fonte de suas palavras e, ao mesmo tempo, o modo com que o discurso regula sua relação com o acontecimento. No entanto, o próprio conceito de “procedimentos internos” e “procedimentos externos” mascara uma relação mal concebida entre a linguagem e a exterioridade que só pode ser efetivamente apreendida se se toma a ideologia como contraparte do processo discursivo.

Podemos então dizer de modo resumido que a tentativa foucaultiana de desmontar a positividade do autor e da obra e mostrar o funcionamento puramente negativo do processo discursivo nos leva a um puro vazio da forma. Não se chega a explicitar de que modo, nem por que motivo a autoria conjura, em sua positividade, o funcionamento negativo das instâncias discursivas.

Em Orlandi (1988), temos a superação dessa problemática justamente pelo vínculo que se estabelece entre a forma-sujeito e a autoria em sua relação com o imaginário e o real. Uma vez que o discurso e o sujeito são regidos pela dispersão (o real) e a autoria e o texto pela unidade (o imaginário), fica muito mais clara a relação entre o poder e os mecanismos do funcionamento discursivo. A relação entre a memória institucionalizada (na forma do arquivo) e a memória constituída pelo esquecimento (Orlandi, 1999) permitem uma abordagem do discurso que não se reduz a ser uma desconstrução das evidências positivas.

Nesse ponto, a AD toca os reais que constituem o discurso: o real da língua e o real da história.

1.9. TENTANDO COMPREENDER A TRAMA...

Tentei, em co-autoria com José Guillermo Milán Ramos, escrever algo que de certo modo resumisse essa viagem teórica pelos autores que sustentam a AD e dos quais ela parte

²⁷ Esse é um dos pontos de discordância da AD com a Psicanálise, que vê a história, nas palavras de Pêcheux (1983a), como um “narcisismo cego”.

para novas afirmações. Nossa proposta de escrita era tentar “*desenvolver algumas reflexões sobre a questão da singularidade, relacionando-a com outros nós teóricos, basicamente o significante e o acontecimento, os quais se situam, se não estamos compreendendo mal, na primeira linha de debate na conjuntura atual da Análise do Discurso no Brasil*”²⁸. Trazer à Psicanálise para a AD, sem esquecer a história, era uma tentativa...

E essa escrita assumia algumas tomadas de posição, como: “*Querendo pensar a singularidade sem deixar de considerar a História um processo sem Sujeito(s) nem Fim(ns); querendo evitar uma concepção de Língua como um mero sistema de formas à disposição de um sujeito falante que a utiliza, propomo-nos a pensar o jogo dessa contradição entre a força do presente e a resistência do passado, contradição entre estrutura e acontecimento. Isto é, pensar desde um interstício instável - sem atribuir ao acontecimento o poder de esfumegar completamente a estrutura e sem conferir à estrutura o caráter violento de uma força que subjuga qualquer acontecimento*”²⁹.

Inicialmente, pudemos perceber que a Lingüística trouxe para o lugar da cientificidade da linguagem dois conceitos fundacionais desse lugar, a forma e o valor. A AD, por sua vez, trouxe para esse mesmo lugar um terceiro elemento, a materialidade (do sentido) funcionando sob o princípio do “todo complexo com dominante”. Na conjunção e choque desses dois espaços, o do valor e o da materialidade, está um lugar incômodo na AD (para ela mesma, na forma de constantes reformulações; para os outros, na série de perguntas “impertinentes” que a AD traz à baila).

O trabalho de Orlandi (1996a) se colocou no centro desses dilemas quando se referiu à forma material, para dar-lhe um lugar teórico proeminente na AD, compreendendo o deslocamento da organização (da língua) à ordem (do discurso). O conceito de forma material tal como definido por Eni Orlandi habita a fronteira de dois espaços teóricos: aquele da forma lingüística abstrata, cuja condição de possibilidade mesma é o conceito estrutural de valor, e o da materialidade, que traz toda a espessura da reflexão marxista althusseriana, à qual Pêcheux dá continuidade, sobre a materialidade dos processos ideológicos e discursivos. Podemos formular interrogativamente o “dilema” que ali assoma: genericamente, quais são as condições de possibilidade dessa conjunção do valor puro e a

²⁸ BALDINI, Lauro, MILAN-RAMOS, José Guillermo. (2000:59).

²⁹ Idem, pág. 61.

materialidade? Qual é a materialidade do funcionamento do valor? Ou acaso só se sustenta no lugar da operação intelectual da “forma abstrata”? Poder-se-ia responder que, na realidade, toda a empresa da AD supõe um esforço de resposta para estas (e outras) perguntas.

O conceito de valor instala, então, no seio da Lingüística e da AD um princípio de funcionamento a partir da “pura negatividade” do significante que impede toda estabilidade de princípio no signo. Assim, não se sai da negatividade pura do valor para entrar na positividade do signo. Este é um dos modos, a meu ver, de (não) resolver a questão, na medida em que a escamoteia construindo duas entidades separadas. Devemos pensar o traço da matéria no valor puro e o traço do valor puro na matéria. A pureza do valor sempre-já-contaminada da materialidade lingüística e histórica. Gostaríamos de ver esta operação não como um escape daquelas formulações positivas (signo, nomenclatura), mas como um resgate de toda essa materialidade que ficou aderida nessas formulações, contra uma forma de identificar materialidade = positividade empírica que condenava a compreensão do valor puro, como conceito teórico, a um puro abstrativismo.

Althusser e Pêcheux se defrontaram com este dilema, isto é, o de conjugar o funcionamento da negatividade e da materialidade. O primeiro através de um “mal-estar”, manifesto em sucessivas voltas e reformulações, pelo modo em que era compreendida a dialética do funcionamento do “todo complexo com dominante”; o segundo, com sua autocrítica contra o “narcisismo da estrutura” que se expressava num “*modelo geral da equivalência interpretativa*” (1983: 46-7).

A própria formulação era sintoma dessa fatalidade: “o dominante” do “todo complexo” incomodava, porque se constituía como um ponto de “origem” positivo no funcionamento de um complexo-estrutura. Daí os reesclarecimentos e reformulações em torno de que a determinação é “em última instância”; daí o mal-estar de Althusser, que o levou a especificar, a circunscrever, e, no limite, a relativizar cada vez mais o papel dessa “última instância”; daí as urgentes delimitações que Althusser (em *Pour Marx*, mas também em *Elements d’Autocritique* e em *Sòutenance d’Amiens*) sempre realizou entre o “dominante” e o “determinante“. O dilema de Althusser poderia ser resumido assim: como pensar o todo complexo com dominante, como pensar a determinação em última instância, sem deslizar para o predomínio de um positivo sobre um negativo?

Althusser se opôs ao teorismo a partir da tese do predomínio da prática sobre a teoria; Pêcheux desloca o “fantasma sistêmico” dando predomínio ao acontecimento (estrutura como a fatalidade do processo-devir-estruturante do choque entre acontecimentos): em ambos os percursos, primeiro, um movimento de resgate do material sobre “a idéia”, mas, possivelmente num nível mais profundo de seus gestos teóricos, um resgate da singularidade, ou melhor, um resgate da singularidade pela via de um resgate do material. É um resgate da singularidade pela matéria e não pela idéia, como supõe a ideologia burguesa em sua forma mais primária, ao aninhar a singularidade na cabeça do sujeito, que, com *suas* idéias, *suas* intenções, *seus* pensamentos, é singular, é uno, é a-tomo.

Parte da autocrítica de Althusser supõe deixar de compreender a Filosofia como “teoria da prática teórica”, e passar a compreendê-la como “luta de classes na teoria”. A primeira formulação só deixava possível pensar o efeito da teoria sobre a prática (teorismo), mas a segunda não supõe uma simples inversão da primeira (efeitos da prática na teoria). Mais além, supõe a absoluta imersão do sujeito em um processo material, portanto, em uma singularidade.

A autocrítica de Pêcheux supõe, como dizemos, o resgate do acontecimento frente a seu apagamento sob o “fantasma sistêmico”, o “narcisismo da estrutura” ou, o “ritual sem falhas”. Aqui tampouco há um retrocesso a uma noção de acontecimento puro no tempo (jogo); ao contrário, *“não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos”* (1983: 56; o grifo é nosso). Pêcheux aqui traz a singularidade na forma de conjugar o acontecimento e a estrutura, ou seja, a conjunção entre ambos se dá numa existência (singular).

No lugar do impossível “ritual sem falhas” não há singularidade possível, desde o lugar do puro acontecimento se tem a impossível singularidade (abstrata?) fora da linguagem, fora da história, a pura irrupção de um evento no tempo.

Dessa maneira, o primado da prática, o primado do acontecimento, o primado do equívoco, isto é, o primado da matéria, supõe de uma forma obrigatória e imediata uma conceitualização muito precisa da singularidade. A singularidade necessita ser pensada no lugar de uma *“negociação entre o choque de um acontecimento histórico singular e o*

dispositivo complexo de uma memória” (Pêcheux, 1983b: 51; o grifo é nosso). Esse “choque” de que fala Pêcheux é um choque no qual o real-da-história (devir-estruturante do acontecimento) e o real-da-língua (o significante no funcionamento do valor puro) têm, ambos, um primado material (de-direito e de-fato) frente à memória-de-sentidos e à estrutura, uma vez que esta última advém deles, procura domesticá-los e, no processo da eficácia do imaginário, dá-lhes um sentido, na forma de um sujeito pragmático não meramente portador de intenções, mas investido de desejo. Ou seja, o desejo de estabilidade semântica já-ligado ao devir estruturante; o homem imerso na violência da singularidade material e seu único meio de sobrevivência: estrutura, sentido.

No real-do-sentido não se tem sentido: o sentido vem do non-sense, mas não somente do non-sense do significante: também do non-sense do real-da-história. O real do sentido é o batimento entre o significante e o acontecimento; esse batimento produz estrutura, estritamente falando, um efeito-de-estrutura. Dizendo isso, pretendemos retirar a estrutura do lugar da origem, de seu predomínio sobre o acontecimento, mas não estamos negando o princípio da eficácia do imaginário, isto é, de seu retorno nunca plenamente eficaz sobre o real, ou seja, nunca conseguindo instaurar nele a estabilidade imaginária (fatalidade do ritual com falhas). Aquele batimento que colocamos no real-do-sentido é um batimento que se dá num mundo material no qual existem-já instituições, no qual existem-já estruturas, rituais, “fixações”, que são do real enquanto efeitos da eficácia do imaginário, do retorno do imaginário sobre o real produzindo real, um real de uma estabilidade fatalmente finita por ser-real, isto é, fatalmente finita pelo primado do acontecimento, a falha e o equívoco (materialidade, negatividade).

Real como devir-estruturante de acontecimentos; real produzido pela eficácia do imaginário: o que caracteriza com maior precisão esse lugar do real é o fato de possuir materialidade, o real tem (é) materialidade (a diferença tem materialidade: é um funcionamento material; uma estrutura tem materialidade; as idéias, os pensamentos, os sonhos, os rituais são materiais; o imaginário tem materialidade).

Esclareçamos de que modo usamos os termos “estrutura”, “estruturante”. Oportunidade para alguma especificação sobre instâncias, pontos de circulação, lugares de efeitos entre o real, o simbólico e o imaginário. Em nossa reflexão aqui temos colocado ênfase sobre uma concepção da eficácia do imaginário como um efeito de retorno deste

sobre o real produzindo real. Esse é o lugar, justamente, da produção da estrutura enquanto estabilidade e homogeneidade. Estrutura-segunda que já acusa a eficácia do imaginário, que já tem dominante (todo com dominante, hierarquia), nesse espaço de retornos, de batimentos e refluxos que é o da eficácia do imaginário, real que advém-sendo-constituído (também) de imaginário. Isto é, a eficácia do imaginário produzindo real funciona sob o modo da dominância, do estabelecimento de uma origem (de sentido, de formas, isto é, de poder).

O real-estabilizado, efeito de retorno sempre de uma eficácia do imaginário, é um lugar com tendência a diluir o acontecimento numa reprodução, mas, por ser-real, também nele (de direito) “aninha-se” o equívoco (transformação). Isto é, o real-estabilizado, produto da eficácia do imaginário, supõe o apagamento de uma materialidade. Se não houvesse eficácia do imaginário nunca haveria estrutura. A eficácia do imaginário é o princípio mesmo da estabilização.

Esse lugar, o da “estrutura”, deve ser estritamente distinguido do lugar do “estruturante”, que é o do real da diferença, princípio do devir-estruturante que já-sempre-está no acontecimento e no significante, na língua e na história.

No interior desse funcionamento, a realidade sempre é realidade-para-um-sujeito, ou seja, um sistema de autoevidências que constitui a realidade para ele. Se qualquer operação de estabilização ou homogeneização produz um apagamento de uma materialidade, a realidade do sujeito, em si, supõe esse apagamento (por exemplo, aquele apagamento que trazem os “esquecimentos” descritos por Pêcheux).

O sistema de autoevidências do interior da forma-sujeito (que tem “pretensões” sobre o real) nunca coincide, no entanto, com o funcionamento de fato da eficácia do imaginário – daí não se poder pensar num sujeito que, sabendo dessa eficácia, pudesse, através de uma espécie de cálculo (heróico, nobre – ou cínico, como querem alguns teóricos da ideologia agora) controlar a efetividade dessa eficácia. No interior da forma-sujeito o que se tem é um sistema de autoevidências que certamente tem a ver com o a eficácia do imaginário. Porém, a eficácia do imaginário não está nem no sujeito, nem no real, mas na contradição entre essas duas instâncias.

A tentativa nunca plenamente bem sucedida de estabilização do real pelo imaginário produz continuamente chistes, queda de evidências – ou, dito de outro modo, o desacordo

entre o real do primado da diferença e as tentativas de diluí-lo na construção de positividade produz esse tipo de funcionamento que se nos apresenta como “anormal” pela nossa própria necessidade do lógico, homogêneo, estável. Essa é também uma forma de compreender a fatalidade e o radical materialismo daquela afirmação repleta de negação: *“não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e conseqüências”* (Henry, 1984: 51-2).

Portanto, a resposta à pergunta que formulei quanto ao pensar a singularidade (Mattoso Câmara) no processo de dizer uma “história da Linguística” só pode ser respondida fora da singularidade-origem que é pensada para (e desde) a forma-sujeito capitalista, no espaço de uma singularidade na ligação do desejo-de-estrutura - a necessidade-de-estabilidade do animal-humano - com a singularidade inerente da matéria (tal como esboçamos aqui, processo estruturante de encontro de acontecimentos). A fatalidade de uma singularidade que surge “do aninhar” (sempre-já) do desejo-de-estrutura na matéria singular. A singularidade no real.

Face ao funcionamento do significante no valor puro e à irracionalidade do acontecimento, isto é, frente ao batimento da língua e da história, toda sociedade procura mecanismos de controle que tentam domesticar a imprevisibilidade deste encontro. O sentido é a primeira forma de controle desse encontro imprevisível entre língua e história.

2. HABITANDO A CONTRADIÇÃO

O que certamente pode se dizer a respeito de Mattoso Câmara é que ele foi um habitante da contradição, tal como a formulamos mais acima. Mais ainda, ele correu todos os riscos pessoais a que estão expostos os que aceitam (?) colocar-se nesse lugar.

Não foi ele, para usar palavras de sua época, um “exímio lingüista brasileiro”, um “pioneiro”, um “filólogo brasileiro”, um “professor”, um “autor de gramáticas”? Essa confusão designativa dos outros com relação ao autor Mattoso Câmara se reflete em sua própria autoria, pois não foi também ele o autor do *Curso de Língua Pátria*, do *Princípios de Lingüística Geral*, do *Dicionário de Filologia e Gramática*, do *Manual de expressão oral e escrita*, ou seja, o seu habitar a contradição está diretamente ligado à autoria que ele tentava construir e que oscilava ambigüamente para cá e para lá, buscando solo?

Dizer que Mattoso foi uma vanguarda e que “(...) *se parte de seus contemporâneos, por essa ou por outra razão, não lhe conferiu na universidade o espaço institucional compatível com a excelência da sua produção lingüística, a geração de jovens que despontavam no cenário acadêmico brasileiro no final dos anos sessenta o fez*³⁰” pode parecer um acerto de contas justo, mas que não lembra o fato de que, hoje, Mattoso Câmara ainda pede uma leitura de sua obra para além da filosofia espontânea.

É preciso, como dissemos anteriormente, mudar de terreno e afastar-se de um lugar que “*reduz a história da Lingüística ao confronto de algumas individualidades ou à oscilação arbitrária de modas intelectuais: é preciso supor que esta disciplina está, de uma maneira que lhe é própria, exposta de seu próprio interior aos efeitos complexos do processo conjuntural histórico e político que constitui o espaço no qual sua história se produz*³¹”. É ser lingüista, mas um lingüista atento ao real da língua, ao fato de que a língua está aberta à história e que, portanto, traçar o percurso de seu desenvolvimento envolve mostrar “*que a questão do próprio da Lingüística (da especificidade de seu real) é indissociável da questão das escolhas de embasamento através das quais se constitui e se transforma a rede de suas alianças*³²”.

³⁰ Altman et al., (1996a)

³¹ Pêcheux, (1977:14).

³² Idem, *ibidem*.

Essa precaução não advém do fato de que “*a Lingüística, diferentemente da Filosofia, por exemplo, é uma ciência que tem que lidar (usualmente) com fatos empiricamente verificáveis*”, como pensa Koerner, mas sim do comprometimento teórico que assumimos de que a língua possui um real, assim como a História, e que, assim, contar a História da Lingüística não pode ser uma oscilação, um movimento pendular entre escrever uma História de um ponto de vista externo ou interno. Trata-se, a meu ver, de procurar explicitar a relação entre esse real de que a Lingüística trata e o real dos processos sócio-históricos numa tentativa de compreender as tomadas de posição no interior da Lingüística como um espaço em que estão concernidas questões que não são exclusivamente lingüísticas.

Gostaria agora de esclarecer mais exatamente de que tomada de posição estou falando aqui, uma vez que, como Pêcheux, não assumo essa posição como uma “outra via”, mais neutra, mais verdadeira, como uma “*reconfortante idéia de uma intervenção especializada na colocação de estudos, alertas filosóficos, levantamentos de precauções metodológicas, e estabelecimento de um instrumental conceitual com pretensões de adaptar-se à interpretação e à avaliação formal das teorias*”³³. Também como ele, “*não tenho possibilidade, nem vontade de me dedicar a essa espécie de exercício*”³⁴.

Para mim, a posição do Analista de Discurso que se resolve a escrever uma parte de uma História da Lingüística se resume justamente assumir o lugar de onde se fala: o lugar da contradição. E buscar não apagá-lo em complementaridades frouxas e absurdamente explicativas da história humana. É assumir um limite e dedicar-se a trabalhá-lo.

Desse modo, colocar Mattoso Câmara como um também habitante dessa contradição é contar sua história (re)viendo os lugares de onde fala, quem elege como seus pais, a quem renega, ou seja, em explicitar que lugar enunciativo ele abre – de que lugares ele parte para abrir essa nova ordem. As perguntas que fiz em meu projeto inicial continuam por responder: como se dá a ordenação do discurso de Mattoso como um discurso da Lingüística? Como se passa de uma confusão designativa que lhe atribuía diferentes autorias ao lugar que conferimos a ele hoje em nossa memória, o lugar do lingüista?

³³ Idem, pág. 7-8.

³⁴ Idem, ibidem.

Uma tentativa de responder a estas perguntas, o cerne mesmo deste trabalho, passa por considerar essa contradição de que venho falando: a contradição da Lingüística (como uma disciplina constantemente “invadida” por questões que, aparentemente, não lhe dizem respeito), a contradição de Mattoso (como um autor, exposto aos espaços discursivos de seu tempo e, ao mesmo tempo, abrindo novos espaços) e a contradição de se contar a História da Lingüística do ponto de vista da AD (isto é, um ponto de vista interno à Lingüística, que não procura refugiar-se nas “precauções metodológicas”, mas que se assume como *internamente* levado a pensar questões “*de fora*” do campo propriamente lingüístico).

Mais claramente, gostaria aqui de formular novamente que lugar proponho como o lugar do analista de discurso frente à História da Lingüística e, para isso, retomo Orlandi (1999b) quando a autora fala de nossa ilusão inescapável: “*impressão idealista da origem em si mesmo*” (p. 23). Para a autora, tal ilusão “*se assenta no des-conhecimento de um duplo movimento na compreensão da subjetividade*”. (p. 23-24).

Esse duplo movimento se dá do seguinte modo: “*em um primeiro momento, temos a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia. Essa é a forma de assujeitamento que, em qualquer época, mesmo que modulada de maneiras diferentes, é o passo para que o indivíduo (que chamaremos indivíduo em primeiro grau – I₁), afetado pelo simbólico, na história, seja sujeito, se subjetive. É assim que podemos dizer que o sujeito é ao mesmo tempo despossuído e mestre do que diz*” (p. 24). Uma vez dado esse processo, temos um segundo momento, um movimento em que ocorre a individualização do(s) sujeito(s): “*nesse passo, o estabelecimento (e a transformação) do estatuto do sujeito corresponde ao estabelecimento (e à transformação) das formas de individualização do sujeito em relação ao Estado*” (ibidem).

Neste ponto, a autora se refere aos trabalhos de Foucault. Parece-me que aqui há um ponto fundamental para que Foucault possa ser de interesse para a AD. Pêcheux (1979) já havia se posicionado a esse respeito ao dizer que os processos de individualização descritos por Foucault poderiam colocar “*à mostra o processo de individualização – normatização no qual diferentes formas de violência do Estado assujeitam os corpos e asseguram materialmente a submissão dos dominados*” (p. 302), mas se e somente se Foucault fosse retificado em seu embaraço com relação à Psicanálise e o Marxismo. Ainda segundo Pêcheux, as descrições de Foucault, que desmontam as múltiplas engrenagens pelas quais

somos organizados, submetidos, arranjados, exercitados, em uma palavra, dominados, trazem “*uma contribuição importante para as lutas revolucionárias de nosso tempo, mas simultaneamente, ele a torna obscura, ficando inapreensíveis os pontos de resistências e as bases da revolta de classe*” (idem). Para o autor, não há como distinguir em Foucault “*os processos de assujeitamento material dos indivíduos humanos e os procedimentos de domesticação animal*” (idem), o que ele chamará de “*biologismo larvado*”. Caminhando no mesmo sentido, Zizek (1994a) irá falar sobre o mesmo tema: “*a contrapartida foucaultiana dos Aparelhos Ideológicos de Estado são os processos disciplinares que funcionam no nível do ‘micropoder’ e designam o ponto em que o poder se inscreve diretamente no corpo, contornando a ideologia – razão por que, justamente, Foucault nunca usa o termo ‘ideologia’ a propósito desses mecanismos de micropoder. Esse abandono da problemática da ideologia acarreta uma deficiência fatal na teoria de Foucault. Ele nunca se cansa de repetir que o poder se constitui ‘de baixo para cima’, não emanando de um topo único (...) Entretanto, quando forçado a exibir o mecanismo concreto dessa emergência, Foucault recorre à retórica da complexidade, extremamente suspeita, evocando a intrincada rede de vínculos laterais, à esquerda e à direita, acima e abaixo... um exemplo claro de remendo, já que nunca se pode chegar ao poder dessa maneira – o abismo que separa os microprocessos e o espectro do poder continua intransponível. A vantagem de Althusser em relação a Foucault parece evidente. Althusser procede exatamente no sentido inverso – desde o começo, concebe esses microprocessos como partes dos Aparelhos Ideológicos de Estado, ou seja, como mecanismos que, para serem atuantes, para ‘captarem’ o indivíduo, sempre já pressupõem a presença maciça do Estado, a relação transferencial do indivíduo com o poder do Estado, ou – nos termos de Althusser – com o grande Outro ideológico da interpelação*” (p. 18-19).

Tendo em vista o exposto acima, pode-se dizer que a autora dá um passo importante para o aproveitamento de Foucault na AD: ela sobredetermina o segundo movimento (a individualização pelo Estado) pelo primeiro (a interpelação pela Ideologia). Assim, “*uma vez interpelado em sujeito, pela ideologia, em um processo simbólico, o indivíduo, agora enquanto sujeito, determina-se pelo modo como, na história, terá sua forma individual(izada) concreta*” (p. 25).

Para o que nos interessa aqui, essa nova abordagem do movimento de subjetivação e individualização pode ser de extrema valia para se pensar a questão da autoria e da produção de sentido, uma vez que permite pensar de um modo diferente a resistência e a revolta (ou uma nova produção de autoria). Se por um lado, temos “*o caráter irrecorrível do assujeitamento – qual seja o do indivíduo tornar-se sujeito, assujeitar-se ao simbólico pela ideologia*” (idem), por outro, surge “*a possível resistência do sujeito aos modos pelos quais o Estado o individualiza*” (ibidem).

3. OS TRABALHOS RECENTES EM HISTÓRIA DA LINGÜÍSTICA

A história dos estudos de linguagem no Brasil, até a década de 80 do século passado, é feita de estudos esparsos e iniciativas individuais de determinados autores³⁵. Em que pese a validade das informações ali contidas e mesmo o depoimento pessoal de autores que ainda desempenhavam, na época de tais escritos, um papel de ponta nos estudos de linguagem em nosso país, e que podiam, portanto, ter uma visão ampla e detalhada do desenvolvimento da disciplina, não se pode dizer que houvesse ali uma discussão acerca da metodologia a ser seguida ou uma configuração de um grupo de trabalho específico dedicado à atividade de tomar como objeto a história dos estudos de linguagem nacionais.

São sobretudo relatos, tentativas de periodização, depoimentos, e, se alguns deles ultrapassam a discussão de períodos isolados e buscam uma compreensão ampla dos estudos de linguagem em nosso país, há um ponto que permanece sem discussão: não há teoria do trabalho sobre essa periodização, esse “contar uma história”. Não há, como se diria em *Análise do Discurso*, uma discussão a respeito do “arquivo”. Mas há, e sobretudo por isso tais textos nos interessam, tomadas de posição com relação a essa história, e uma leitura superficial dos mesmos já permite localizar pontos de discordância, de aproximação, vozes que falam num texto e se calam noutra, compreensões distintas de um mesmo momento histórico, enfim, os autores fazem *gestos de interpretação* com relação à história em que se inserem e que contam.

Somente no final de década de 80 é que tal panorama irá se alterar, com a inauguração de um grupo de trabalho destinado a não só contar a História dos Estudos de Linguagem no Brasil, mas também em refletir sobre os pressupostos e métodos invariavelmente trazidos à tona diante de tal tarefa. Passamos do campo da narrativa individual para o campo do trabalho em conjunto, sustentado em afinidades teóricas e objetivos comuns. É o que discutirei a seguir.

³⁵ Por exemplo, BASILIO (1986); BECHARA (1971); BORGES NETO (1986); BOSSIER (1971); CASTILHO (1962, 1963, 1965); COSERIU (1968); ELIA (1978); FONSECA (1974); GOMES DE MATOS (1965, 1977); HAMPEJS (1961); LEITE (1986, 1991); NARO, REIGHARD (1972); NARO (1976); PONTES (1991) RODRIGUES (1980, 1986) SALUM (1986) UCHÔA (1972b; 1972c). Aqui, Mattoso Câmara (1956b, 1961a, 1961b, 1966, 1968, 1969, 1975) desempenhou um importante papel (foi um historiador da história que fazia), na medida em que escreveu obras tanto sobre os estudos de linguagem em nível nacional quanto nível internacional, abrangendo assim um amplo espectro no que concerne aos estudos de linguagem e seu desenvolvimento.

3.1. O PROJETO HISTÓRIA DAS IDÉIAS LINGÜÍSTICAS

Em 1988, temos o surgimento de um grupo de trabalho orientado para a discussão da História dos Estudos de Linguagem no Brasil: trata-se do projeto *História das Idéias Lingüísticas: construção de um saber metalingüístico e a constituição da língua nacional*, coordenado por Eni Orlandi (UNICAMP)³⁶, o qual integra professores e pesquisadores de diversas universidades do país e da França (ENS). Esse projeto tematizou a História dos Estudos de Linguagem no Brasil sobre dois eixos, principalmente: a correlação entre a produção de um conhecimento sobre a língua e o problema da língua nacional.

Desse esforço, produziu-se um grande número de trabalhos que focalizaram, cada uma a seu modo, essa correlação e buscaram explicitar a relação entre o saber sobre a(s) língua(s) existentes em nosso país e a constituição de uma língua como língua de Estado. Os *Relatos*, atualmente no número 6, foram (e são) uma importante publicação, na medida em que trouxeram textos refletindo sobre a produção de conhecimento sobre a(s) língua(s) (e a implementação de políticas lingüísticas no sentido de uma língua única para o Estado Brasileiro), além de publicarem textos já um tanto esquecidos, mas que fazem parte dessa história. Além disso, o lançamento da revista *Línguas e Instrumentos Lingüísticos* (atualmente no no. 12) foi extremamente enriquecedor para o campo da História do saber sobre a linguagem, trazendo textos que procuram compreender essa história (tomando parte nela) e textos que fizeram essa história. Some-se a isso a publicação do volume *Língua e Cidadania – o português no Brasil*, organizado por Eduardo Guimarães e Eni Orlandi, que traz textos de autores diversos sobre vários aspectos da gramatização brasileira.

Foi portanto, não apenas uma reflexão sobre *um arquivo*, isto é, sobre textos que fizeram história, mas também a tentativa de se trazer novamente textos que ficaram esquecidos (sem que, com isso, se diga que não fizeram história, mas deve-se sempre ressaltar que esses textos funcionaram - e funcionam - em nossa memória de um modo diferente daqueles textos estabelecidos como textos *fundadores*).

Vê-se, assim, que não escapou ao projeto a reflexão sistemática e aprofundada sobre a questão do *arquivo*. A própria concepção do projeto, indicada em seu título, toma a

³⁶ Mesmo um pouco antes, no início da década, alguns participantes do que viria a ser este projeto já configuravam um campo de discussão em que se podia ver a afinidade teórica que seria o cerne do projeto, através da participação em eventos nacionais e internacionais e da publicação de textos.

posição de não desvincular a questão da metalinguagem daquela da constituição de um Estado e sua língua. Nesse sentido, um evento de fundamental importância e que caracterizou, de certo modo, o fim de uma fase do projeto, foi a publicação do número 130 da revista *Langages*, totalmente dedicado à questão da língua portuguesa no Brasil em sua relação com a formação de um espaço de produção de saber(es) sobre a(s) língua(s) ligado ao estabelecimento de uma política lingüística para nosso país³⁷.

Esta fase também foi marcada por alguns trabalhos que trazem à luz acontecimentos importantes da História do saber sobre a linguagem no Brasil e, já sabendo da injustiça que será citar apenas alguns deles, podemos indicar aqui, a título de exemplificação, Horta Nunes (1996), em que se pode ver como a constituição dos primeiros dicionários brasileiros está diretamente ligada à questão do jogo entre unidade e multiplicidade que se alonga até a época imperial, explicitando a historicidade desse processo de *dar nomes às coisas* de acordo com as alianças que o saber lexicográfico faz(ia) com diferentes outros instrumentos de apreensão da linguagem e com uma certa visão de nosso país e de seus objetos; Dias (1996), ao discutir a questão do debate sobre a denominação do idioma nas décadas de 30 e 40, aborda tal discussão nos mostrando como no jogo do “nome certo” para o idioma entravam em consideração a própria identidade do cidadão e da nação que se construía – de um lado, uma posição que se apoiava na escrita, de outro, uma posição sustentada por uma visão romântica do que seria a “natureza brasileira”; Guimarães (1996a, 1996b, 1997), por sua vez, nos traz elementos para compreender de maneira mais apropriada a historicidade própria dos estudos de linguagem no Brasil, relacionando esse(s) saber(es) aos momentos históricos próprios de sua constituição, o que nos permite compreender discursivamente como se dão as diferentes filiações teóricas e seus desenvolvimentos; Orlandi (1996, 1997, 1998a, 1998b), ao trazer para o centro de debate a noção de autoria – tal como esta autora a reformula teoricamente no interior da AD – possibilita traçar os desenvolvimentos disciplinares do saber sobre a linguagem de uma perspectiva não pessoal, mas que mostra as diferenças de autoria que vão se constituindo e que permitem compreender de forma

³⁷ O número da revista *Langages* a que me refiro tratou da questão das políticas lingüísticas no Brasil e a produção de conhecimento sobre a linguagem desde questões do léxico, da gramática, da *língua geral*, das academias literárias, da relação entre língua e nacionalidade, etc. Percebe-se, logo, a construção de uma reflexão que não parte do já estabelecido como sendo nossa história; ao contrário, a leitura dos textos incluídos nesse número permite ao leitor uma compreensão de momentos de nossa história que foram, de certo modo, silenciados nos estudos anteriores sobre a História dos Estudos de Linguagem no Brasil a que me referi antes.

mais refinada os espaços de enunciação que se abrem e o círculo de alianças que são feitas no caso específico do Brasil. É a esta autora que devo o poder ter pensado a NGB de um modo diferente de quem a fez, isto é, não como uma mera questão de nomenclatura, mas uma questão de autorias – de posições possíveis - que se modificam, se abrem, se acabam³⁸.

Certamente, há muitos trabalhos que se poderão ver na bibliografia que esclarecem outros pontos de nossa história, da história brasileira no campo de saber sobre a linguagem, e que mostram como a articulação entre o saber sobre a linguagem a questão da língua que se fala, como se fala essa língua e quem pode dizer algo sobre ela não pode ser desprezada. Por razões de espaço, não os sumariizei aqui.

Atualmente, o projeto se encontra em seu segundo momento, que se caracteriza por um aprofundamento das questões debatidas em seu primeiro estágio, numa posição histórica, o que significa dizer que *“tomar uma posição histórica para tratar o conhecimento faz com que nos ocupemos dos processos de sua produção e daquilo que resulta como seu produto. Ou seja, não se toma a questão do conhecimento como lógica, nem em uma relação de causa e efeito, mas como uma prática que deixou e deixa resultados na história do homem. Mais que isso, nessa perspectiva, o saber não só é produzido pelo homem como constitui a própria humanidade³⁹”*. Tomar a questão do conhecimento como uma prática, com toda a espessura que esta palavra ganha no campo teórico da AD, leva à consequência de incluir como base para uma reflexão sobre o presente um debate sobre a ética e a política: *“Esta história inclui, assim, necessariamente o político e põe a questão da ética, como disciplina que trata do modo como funcionam os princípios que fundamentam a vida social. Neste caso, o político se caracteriza como o lugar da disputa desses princípios, na medida em que o político é basicamente a prática das diferenças sociais⁴⁰”*.

O político e o ético, dessa maneira, não se inserem na reflexão como “uma etapa posterior”, “uma adição contextual”, mas como noções que balizam o trabalho analítico

³⁸ Um dado “curioso”: o Instituto de Letras da UERJ publicou, em 1999, o no. 4 dos *Cadernos de Língua Portuguesa*, integralmente dedicado aos “40 anos da Nomenclatura Gramatical Brasileira”. Não há, nos vários artigos dessa publicação, nenhuma menção às reflexões de Orlandi sobre a NGB formuladas em vários trabalhos, nem à minha Dissertação de Mestrado. Um sinal de que o discurso da NGB continua funcionando e provendo um lugar enunciativo que têm sido ocupado, um lugar em que a questão da metalinguagem fica reduzido à adequação palavra-coisa e que tenta silenciar qualquer outra discussão.

³⁹ Projeto História das Idéias Lingüísticas: Ética e Política das Línguas, pág. 1.

⁴⁰ Idem, Ibidem.

desde seu início e lhe garantem uma unidade que se reflete na coerência (e não homogeneidade) dos trabalhos sendo feitos e já feitos.

Para mim, essa unidade e coerência se afirmam por um princípio ético e político que orientam o pesquisador desde o início de seu trabalho: *“Cabe aos que trabalham com a memória da ciência tomar o cuidado teórico e metodológico necessário para não se fazerem certos recortes que falam o já falado e só reforçam os processos de legitimação já instituídos apagando muito do real dessa história, reforçando assim, ao invés de colocá-los sob análise, os processos de inclusão/exclusão já assinalados⁴¹”*. Trata-se, portanto, de restituir à língua e à história sua opacidade próprias, sua não-transparência, ultrapassar as evidências para se alcançar uma objetividade sustentada nos instrumentos analíticos, ou seja, *“o cuidado de uma observação com dispositivos que permitam que, ao se contar, não se esteja apenas falando a partir de seu próprio dispositivo ideológico de interpretação⁴²”*.

Isso não significa, é claro, uma pretensa neutralidade do analista, nem tampouco um relativismo absoluto, mas o desconforto ético de se colocar numa posição que assume que *“não se conta uma história sem se fazerem recortes. Um cuidado importante com o efeito-leitor é o de fornecer-lhe a visibilidade dos instrumentos pelos quais esses recortes são feitos, para que o leitor possa se situar⁴³”*.

Em resumo, um contar a história que se assume inserido nessa mesma história. Um modo de contar a história, teoricamente amparado, mas que não se exime de saber que ao contar, está fazendo a história através das vozes que traz de novo ao discurso e dos silenciamentos que executa inevitavelmente⁴⁴. O que se coloca aqui como algo que deva ser explicitado a todo momento, é o fato de que o analista se assume num lugar contraditório,

⁴¹ ORLANDI, (2000b:3).

⁴² Idem, Ibidem.

⁴³ Idem, pág. 5.

⁴⁴ Rajagopalan, (1989:226), que não faz parte do projeto, já tocava essa questão a seu modo, ao afirmar a *“(...) inseparabilidade do ato de historiar do ato de fazer a própria lingüística e alguns de seus desdobramentos. Estarei, portanto, argumentando que: a) historiar a lingüística significa fazer, ao mesmo tempo, a própria lingüística e b) fazer a lingüística significa historiar-la, ou seja, todo lingüista queira ou não admitir o fato, é um historiador da lingüística, e o historiador da lingüística, por sua vez, está predestinado a participar da própria história e da própria ciência que ele deseja contemplar sem nela se envolver”*. Não é de se estranhar, portanto, que o texto inaugural da Lingüística, *O Curso* de Saussure, se inicie com uma tomada de posição frente à história dos estudos de linguagem. Do mesmo modo, Mattoso Câmara inicia sua *História da Lingüística* tomando suas posições frente ao que considerava ser ou não Lingüística. Enfim, vê-se aí uma honestidade quanto ao modo de apreensão do objeto, uma admissão do recorte.

já que “*somos colocados na posição ambígua de falar da história do conhecimento sobre a linguagem sendo parte dessa história*”⁴⁵.”

Não é caso, no entanto, de se assumir uma espécie de relativismo ideológico, de um tudo é possível, já que a posição que o analista assume na história que historia é baseada em pressupostos epistemológicos que parecem como tais, e não como evidências: “(...) *tomemos as posições teóricas em que nos inscrevemos como explicitações de nossos gestos de leitura, ou seja, do arquivo que construímos ao falar da história das idéias lingüísticas no Brasil*”⁴⁶.”

É, como fala Pêcheux (1983a), aquele batimento entre descrição e interpretação, sem que por batimento se entenda que são momentos indiscerníveis. O fato e o limite que se colocam são os de que “*constroem-se arquivos junto a maneiras de ler. O que, sem dúvida, é uma tarefa necessária, social e historicamente, mas que deve ser feita respeitando os limites da interpretação. Limites esses somente possíveis de serem situados pela relação com a teoria e com o método*”⁴⁷.”

Nesse sentido, a Lingüística não é vista como um instrumento usado pelo homem de modo científico, um “martelo conceitual”, mas em seu funcionamento relativamente à História, o que pressupõe a recusa de um historicismo funcionalista: “*Falar sobre as funções da Lingüística, ou da ciência em geral, é colocá-la fora do funcionamento social, é tomar a Lingüística, ou a ciência em geral, só como instrumento*”⁴⁸.” Tendo em vista que tal abordagem assume a política e a ética do historiar desde o início, abrem-se questões postas para o presente, tais como a de saber se “*é possível constituir outros lugares sociais, independentes do Estado, capazes de afetar o ensino de cima abaixo tal como o programa de Fausto Barreto afetou, ou tal como a NGB e as regulamentações sobre o vestibular afetam hoje?*”⁴⁹”. Uma pergunta desse tipo só pode medrar se nos embasamos em uma aventura teórica e metodológica que assume os riscos da ambigüidade (da contradição) de historiar o que se faz, trazendo assim, na forma de explicitação de funcionamentos discursivos relativos a certos momentos históricos passados, questões para o presente.

⁴⁵ Orlandi, (2000b:4).

⁴⁶ Idem, *ibidem*.

⁴⁷ Idem, *ibidem*.

⁴⁸ Guimarães (1997:7).

⁴⁹ Idem, pág. 12.

3.2. SOBRE O PROJETO HISTORIOGRAFIA DA LINGÜÍSTICA BRASILEIRA

Em 1995, é criado o grupo de trabalho em *Historiografia da Lingüística Brasileira*, coordenado pela Profa. Dra. Cristina Altman (USP), congregando pesquisadores de instituições diversas do país, cujos objetivos são os “*de promover a organização, sistematização e divulgação de material documental que possa servir de apoio ao trabalho historiográfico e de, ao mesmo tempo, estimular a pesquisa original em História e Historiografia da Lingüística*”⁵⁰.

Esse projeto, entre o período de sua criação e o momento em que escrevemos este texto, é responsável pela publicação de diversos trabalhos, individuais ou coletivos, que ultrapassam a iniciativa isolada e configuram um grupo de trabalho no sentido mais literal da palavra: autores diversos unidos num programa comum, seguindo orientações de trabalho semelhantes, produzindo reflexões sobre a história dos estudos de linguagem no Brasil⁵¹.

Um projeto de tal porte não se sustenta sem uma metodologia explícita. Nesse sentido, é interessante observar o método elegido por Altman (1998). Nesse trabalho, a autora irá afirmar, com o que estamos plenamente de acordo, que a atividade historiográfica em Lingüística “*não pode se resumir a uma simples compilação de datas, fatos, títulos e nomes relacionados com o estudo das línguas e da linguagem*” (p. 24). Tendo isso em vista, continua a autora, compreender o percurso histórico dos estudos sobre a linguagem “*presume, inevitavelmente, uma atividade de seleção, ordenação reconstrução e interpretação dos fatos relevantes*” (idem). Prosseguindo, far-se-á uma distinção entre História e Historiografia da Lingüística, as quais, segundo Altman (ibidem), têm “*estatutos e dimensões diferentes*” (p. 25). A relação entre História e Historiografia, ainda segundo a mesma autora, é a mesma que existe entre uma gramática e a língua que ela descreve, isto é, a última não esgota a primeira. Sendo assim, tal recorte caminho no sentido de “*descrever e explicar como se produziu e desenvolveu o conhecimento lingüístico em um determinado contexto social e cultural, através do tempo*” (idem).

⁵⁰ GT Historiografia da Lingüística Brasileira. III Encontro Setorial, XIII Encontro Nacional. Boletim da ANPOLL.

⁵¹ Sem ser exaustivo, posso citar: ALTMAN et al. (1996), ALTMAN (1996b, 1997, 1998, 1999a, 1999b), BECHARA (1999b), BISOL (1996), COELHO (1999), KEHDI (1996), KOERNER (1996), LEITE (1996), MATTOS E SILVA (1996), RANAURO (1999).

E tal trabalho não se contenta em focalizar apenas a dimensão interna dos desenvolvimentos dos estudos de linguagem, mas também sua dimensão externa, ou seja, o foco recai não só sobre o que a autora chama de “dimensão cognitiva”, mas também sobre os fatores individuais e sociais que estão em jogo no processo de desenvolvimento da Lingüística brasileira.

Retomando Kuhn, ela se pergunta: “*reconstruir práticas científicas passadas é rastrear seus momentos de continuidade, ou os de ruptura?*” (p. 27) Buscando parafrasear a autora, eu diria que o que se coloca em questão aí é: para além dos campos e subcampos que surgem no interior da lingüística, há algo como um núcleo que possa ser descrito num movimento progressivo e de acumulação de conhecimento?

E, nesse momento, a autora chega num ponto que nos é de especial interesse e que é formulado de modo bastante interessante: “*a supremacia momentânea de um quadro teórico em Lingüística, ao menos nos casos aqui considerados, não implicou o desaparecimento dos outros*” (p. 33) Esse tipo de constatação nos leva a, pelo menos, relativizar as proposições kuhnianas a respeito da substituição dos paradigmas no desenvolvimento do saber científico.

Se não há um guia modelar e único a ser seguido, ainda segundo a autora, parece haver pelo menos alguns pontos em que os historiógrafos estão, de certo modo, de acordo: “*um deles é que na tentativa de estruturação dos processos de unificação e diversificação em ciência da linguagem, há pelo menos três dimensões a considerar: a teórica, a temporal e a social*” (p. 35).

Num próximo momento, concernente à explicação detalhada da aplicação da dicotomia “dimensão interna / externa” dos paradigmas das ciências da linguagem, a autora irá propor, seguindo Swiggers, os seguintes tipos de programa - relativos a uma própria internalidade do fazer científico da Lingüística: a) os programas de correspondência, em que há uma ênfase sobretudo na relação (correspondência) entre linguagem, pensamento e realidade; b) o programa descritivista, que, por sua vez, considera a língua uma entidade formal passível de descrição ordenada; c) o programa sócio-cultural, que busca considerar a língua um fato, ao mesmo tempo, social e cultural e trata das análises das variações decorrentes das diferenças sociais e culturais; e d) o programa de projeção, que têm, em última análise, o objetivo de estudar a língua em seu aspecto formalizável, passível de uma

descrição do tipo lógico, mesmo essa descrição seja parcial e não abarque o todo da língua.

De forma concorde à de Murray, que considera mais vantajoso substituir o conceito kuhniiano de revolução científica, elege-se como conceito auxiliador da análise o de “retórica revolucionária”, que compreenderia o a) o estágio normal, em que a relação entre pesquisadores é mínima ou nula, com a conseqüente escassez de trabalhos em conjunto e poucos esforços coletivos; b) o estágio em que surge uma liderança, que convence aos outros pesquisadores e é capaz de aglutinar em torno de si um modo particular de produzir ciência; c) o estágio do sucesso, em que a mudança iniciada no processo anterior é aceita e julgada positiva; e d) o estágio em que um grupo é formado em torno de um referencial comum que os identifica e confere homogeneidade.

Este arrazoado, que comentaremos mais adiante, serve de amparo para a metodologia explicitada a seguir:

O *objeto material* e o *objeto formal*: entende-se aqui, o objeto material como o referente buscado pelo pesquisador em seu trabalho e, de outro lado, conceitua-se o objeto formal como o ponto de vista pelo qual se aborda esse referente.

O *autor*: aqui, busca-se definir o estatuto do autor – visto como aquele ou aqueles que escrevem determinado trabalho, embutidos aí sua formação, seu grau de socialização diante de outros autores, sua posição de liderança (ou não).

A *posição acadêmica* indica, institucionalmente, o nível do pesquisador no quadro universitário brasileiro (professor, estudante, pesquisador etc.)

Instituição: obviamente, indica-se aqui o local acadêmico de onde se origina esta ou aquela produção, na tentativa de se perceber núcleos originários de maior ou menor produção.

E, finalmente, a retórica, vista como “*estratégias de enunciação utilizadas pelo pesquisador para situar seu trabalho em relação ao trabalho dos seus predecessores e/ou contemporâneos. (...) Distinguiram-se, aqui, principalmente os dois tipos previstos por Murray (1994): revolucionária ou continuísta*” (p. 52).

Cabe ainda, finalmente ressaltar que o trabalho proposto - admitindo uma “*convergência de aspectos internos e externos*” (idem), elege duas direções de trabalho, complementares: uma, chamada (meta)teórica, em que o foco da atenção se concentra sobre os processos intelectuais que caracterizam a implantação da Lingüística Brasileira, com as

variáveis que daí derivam – a definição de Lingüística, os objetos privilegiados de investigações, etc., e uma direção sociológica, em que o foco seria, nesse caso, “*os processos de ordem pessoal, social e institucional que levaram à implantação, formação e desenvolvimento*” (p. 53) da disciplina.

Uma leitura rápida dos “norteadores de trabalho acima” pode nos levar a uma conclusão injusta, mas cabível, mesmo levando-se em conta o rigor metodológico que busca a autora. Ora, a despeito de todas as precauções formuladas acima, não ir além daquilo que está publicado, consagrado, institucionalizado, não seria o mesmo que contar uma história que já está contada, bastando apenas organizá-la? Todavia, a autora vai mais longe, e o material utilizado em seu trabalho ultrapassa em muito aquilo que seria apenas “aparente”, o amontoado de publicações e surgimento de grupos de pesquisa, a extinção de determinados tipos de orientação teórica, pois ela se entrega à leitura de um farto material que pode e deve ser utilizado na reconstituição da história de uma disciplina ou disciplinas⁵² e que permite ir além daquilo que se afigura como evidência.

Trata-se, para dizer o mínimo, de uma iniciativa de fôlego e que certamente não pode ser criticada por uma suposta falta de rigor. Voltaremos a isso mais adiante. Antes, cabe falar de outro autor que, também ele, procurou buscar nortes para o trabalho em historiografia da Lingüística: Konrad Koerner.

Koerner, desde as últimas décadas do século passado buscou traçar um programa mínimo de orientação para o trabalho de historiografar a lingüística e/ou as ciências da linguagem de modo geral. Num seu artigo recente (1996), muitas das questões de método abordadas por Altman mais acima estão tratadas de modo bastante similar, revelando uma aproximação teórica entre os dois estudiosos que irá nos interessar aqui quando tratarmos de expor nosso ponto de vista em relação à abordagem de ambos.

Analogamente à autora de que tratamos mais acima, Koerner irá defender que a historiografia da Lingüística é muito mais que um mero registro de acontecimentos passados no interior de tal disciplina. Ele irá mesmo distinguir História da Lingüística - “*o efetivo res gestae da pesquisa lingüística*” (p. 45) da Historiografia da Lingüística, que, por sua vez, é um “*modo de escrever a história do estudo da linguagem baseado em*

⁵² Obituários, currículos, relatórios, anais, entrevistas, entre muitos outros materiais de análise.

princípios” (idem), o que pressupõe a discussão de uma episteme e uma metodologia que sustentem tal trabalho.

Nesse sentido, ainda segundo Koerner, “*os historiadores da lingüística devem insistir em buscar seu próprio quadro de trabalho, sua própria metodologia e epistemologia*” (p. 46). Após um interessante sumário das diferentes abordagens quanto à relação entre o “contar” a história da Lingüística e campos extradisciplinares tais como a Filosofia da Ciência, etc., o autor irá sustentar que “*a História da Lingüística não deva ser tratada como um ramo da história das idéias (...) porque a Lingüística, diferentemente da Filosofia, por exemplo, é uma ciência que tem que lidar (usualmente) com fatos empiricamente verificáveis, assim como com (freqüentemente bastante complexas) teorias e, ao mesmo tempo, com práticas de pesquisa bastante rigorosas, e não meramente com idéias gerais sobre a natureza da linguagem*” (p. 57).

Além disso, o historiador de Lingüística deve estar atento ao fato de que, no uso de sua metalinguagem, não raras vezes confusões conceituais entre terminologias do passado e do presente podem ser consideradas análogas sem o serem:

“*As noções de Saussure sobre a arbitrariedade do signo têm sido usadas freqüentemente demais para discutir a ‘semiótica’ dos estóicos (como se estes pensadores gregos tivessem lido o Curso e os textos de Charles S. Peirce postumamente publicados ainda por cima). (...) e os objetivos pedagógicos e a sustentação lógica do argumento dos gramáticos de Port-Royal foram interpretados como os primeiros exemplos de uma abordagem ‘gerativa’ em sintaxe (como se eles tivessem lido os Aspects, de Chomsky), para mencionar alguns poucos exemplos (...)*” (p. 59).

Assim, a solução para estas e outras confusões semelhantes poderia estar resolvida pela adoção dos três princípios norteadores em Historiografia da Lingüística, que podem ser explicados como se segue:

- a) o *princípio da contextualização*, que prevê uma relação entre o “clima de opinião” ou *Zeitgeist* de uma época na explicação de teorias lingüísticas antigas, já que estas nunca ocorrem isoladas de outras correntes intelectuais do mesmo

período; além disso, “às vezes, a influência da situação sócio-econômica, e mesmo política, deve ser igualmente levada em conta” (p. 60).

- b) O princípio de imanência, por sua vez, “consiste no esforço de estabelecer um entendimento completo, tanto histórico quando crítico, possivelmente mesmo filológico, do texto lingüístico em questão” (idem). Sob esse princípio, o historiógrafo deve tomar o cuidado de não se deixar levar por sua própria formação teórica ou por desenvolvimentos contemporâneos da Lingüística no tratamento do texto objeto de análise.
- c) O princípio de adequação, subsequente aos dois primeiros na medida em que garante “que um pronunciamento lingüístico tenha sido localizado e compreendido no seu contexto original” (ibidem), permite enfim ao historiógrafo “aventurar-se a introduzir, ainda que muito cuidadosamente e de forma explícita, aproximações modernas do vocabulário técnico e um quadro conceptual de trabalho que permita uma melhor apreciação de um determinado trabalho, conceito, ou teoria” (ibidem).

Para finalizar essa apresentação bastante resumida dos argumentos de Koerner quanto aos princípios metodológicos a serem seguidos na Historiografia da Lingüística, creio ser bastante acrescentar apenas a ressalva que o próprio autor faz quanto ao fato de que abordagens diferentes são possíveis e legítimas, desde que não sejam apresentadas como história. Além disso, a questão da influência, tão presente nos relatos, histórias e historiografias da Lingüística e das Ciências da Linguagem, segundo ele, deve ser utilizada com extremo cuidado (cf. citação mais acima sobre Chomsky e Saussure), sob o risco de se detectar influências onde não as há ou, o outro lado do mesmo problema, não percebê-las e “ser iludido por aclamações de novidade, originalidade e criatividade” (ibidem).

Se essa abordagem dos fatos por Koerner pode ser considerada *positivista* – e eu a considerarei assim mais adiante, expondo minhas razões para tal – não é algo que tenho escapado ao autor, já que assume sua posição como positivista mesmo, “guiada mais pela inclinação de deixar os fatos falarem por si mesmos (tanto quanto eles podem ser reconstruídos) do que pela tendência de oferecer especulações tentadoras. Se a História da Lingüística ainda se encontra em ‘estágio descritivo’ (e não conquistou o ‘estágio

teórico'), parece desejável manter os pés no chão. Se esta atitude geral faz de mim um positivista, então, que seja" (p. 64).

Se há algo em comum nas duas propostas que buscamos resumir acima, de Altman e Koerner, trata-se de uma mesma posição frente ao objeto e o método. A busca de uma "reconstrução" do passado, como afirma Koerner, está assentada, em um e outro caso, sobre critérios e precauções metodológicas que procuram garantir alguma validade ao resultado obtido no trabalho do historiógrafo.

No entanto, ainda assim, parece-nos que o cerne da questão não foi atingido. Para usar a terminologia de Althusser, há um *ponto nodal* que permanece inatacado e que, ousamos dizer, chega mesmo a invalidar os "cuidados e precauções" estabelecidos.

E de que ponto nodal se trata? Para começar, vejamos novamente uma das últimas afirmações de Koerner que destacamos, aquela em que ele diz que a História da Lingüística ainda não atingiu o estágio teórico, permanecendo no estado descritivo – o que o leva à insuspeitada posição de "manter os pés no chão". Aqui começam os problemas: ao que tudo parece indicar, há dois momentos em História da Lingüística: um, o primeiro, o descritivo, em que todo o cuidado é centrado na melhor maneira de se obter o material necessário para se contar a História da Lingüística e distribuí-lo, organizá-lo, enfim, iniciar um trabalho na base dos três princípios norteadores que o autor expõe. Em seguida, supõe-se, chegaria o momento do tão almejado estágio teórico, em que se solicitaria então ao historiógrafo *interpretar* aquela massa documental e apresentar ao leitor um quadro mais abrangente e contextualizado da história a se *escrever*.

Em Altman, vimos que o trabalho historiográfico é considerado como algo mais que uma simples descrição de fatos e datas, nomes e títulos, e que tal trabalho pressupõe um recorte, em seguida uma ordenação dos fatos no interior desse recorte, e, finalmente, uma *interpretação*.

Tanto de um lado como de outro, de onde pode vir a crítica a tais trabalhos, isto é, em que ponto eles se deixam apanhar na rede de evidências do sentido e da história, a despeito dos infintos cuidados e precauções, e repousam no solo da pura ideologia?

Para um analista do discurso como eu, também interessado em contar a História da Lingüística, a partir de uma certa data e numa certa configuração histórica, o cuidado

metodológico dos autores - às vezes mesmo obsessivo – é em si o índice do momento exato em que se é pego pela ideologia em sua expressão atual: o sujeito universal burguês.

Ora, não há, em momento algum – em meio a tantas precauções, cuidados, alertas e recuos estratégicos – nenhuma discussão acerca da relação da língua, do homem e da história quanto ao trabalho historiográfico! Tudo se passa como se os “cuidados” devessem ser redobrados quanto ao “contar uma determinada história”, mas sobre o homem, sua língua e suas relações com essa história não há nada a ser dito. Estão aí em funcionamento evidências: aquilo que não se deve – nem se pode – discutir, pois quem discutiria o que é evidente: há *homens*, que trabalham com *línguas*, numa dada *história* – o que resta é definir de que modo contar esse fazer isso.

Tudo seria muito belo, não fossem os intransigentes pensadores que insistem em dizer que tanto a língua, como o homem e a história não são transparentes, e nem mesmo complementares (homem + sua relação com o saber sobre a língua + história = história da lingüística), mas sim estão intrincados numa relação em que o que conta tanto não são os cuidados metodológicos quanto aos “dados”, mas sim sair do circuito universalista burguês que pode ser resumido na visão do homem como um ser racional – portanto, senhor de si; da história como um movimento transparente que basta olhar para “ver”; da língua como um instrumento de comunicação.

As propostas acima descritas são assim, propostas que parecem des-conhecer (ou não conhecer) a contribuição primordial que o lingüista pode dar à História da Lingüística: trazer para esse campo aquilo que, de seu trabalho específico com a língua, pode servir de ferramenta para o contar uma história. É como se essa história estivesse sendo contada por qualquer pessoa, menos por lingüistas!

Esse espanto inicial cede lugar a uma constatação assim que nos damos conta do par habilmente descrito por Pêcheux (1977) que permeia toda a História do pensamento lingüístico: o par logicismo – sociologismo. Há entre esses dois elementos uma contradição não sentida como tal – isso é o mais importante : “*contenta-se em afirmar que a Lingüística comporta aspectos diversos e variados, e eventualmente complementares na sua diversidade*” (p. 5)

Poderíamos, com o mesmo autor, descrever esse par – sem pretender que existam em sua forma “pura”, mas sempre havendo dominância de um ou de outro num dado

momento e/ou teoria – do seguinte modo: em ambos, há um recobrimento da questão da política e da diferença; num caso, o do logicismo, “*considerando as determinações jurídico-políticas inscritas no funcionamento do aparelho do estado como se se tratasse de propriedades psicológicas e morais inerentes à ‘uma natureza humana’ universal e eterna*” (p. 14); no outro, o viés sociologista, “*substituindo a análise das relações de produção por uma teoria das relações sociais que não é outra coisa que uma psicossociologia das relações inter-individuais*” (idem).

As propostas de trabalho de Koerner e Altman se situam exatamente no ponto intermediário entre as duas tendências, e o índice disso é justamente o “excesso” de precauções quanto ao método e ao tratamento do dado que recobrem a denegação do político e as considerações sobre a construção do “arquivo”⁵³.

Em Altman, por exemplo, essa questão é sentida de vários modos, como exemplifica bem a questão da dicotomia entre a dimensão “interna” e a dimensão “externa” a que deveria estar atento o historiógrafo, o fato de a supremacia de um quadro teórico não fazer com que os outros desapareçam, a questão das dimensões a considerar (teórica, temporal e social), a posição acadêmica, o autor, as estratégias de enunciação, as direções de trabalho (meta-teórica e sociológica), o que nos poderia levar a pensar que o objeto de análise (a historiografia da Lingüística) está sendo pulverizado em suas múltiplas facetas para que possamos melhor compreendê-lo quando se trata justamente de escamotear o real do homem, da língua e da história através dessa pulverização em complementaridades que se adicionam: a teoria + o contexto + a enunciação + tempo + autor, etc... a fim de chegemos a um suposto “núcleo” da História da Lingüística quando é este mesmo núcleo que está sendo “apagado” pelo recurso à complementaridade. Freud, Marx e Saussure – que nos alertaram justamente para o real da língua, da história e do inconsciente - estão mortos. Seus continuadores, mais ainda. Foi essa complementaridade que Henry (1977:114) resumiu habilmente ao dizer: “*do humano, tudo aquilo que não é da ordem do psicológico,*

⁵³ O que escapa aos autores aqui é que a construção do arquivo já pressupõe interpretação. Lendo o Pêcheux de *Ler o arquivo hoje* a respeito da construção de arquivos textuais, pode-se dizer que os procedimentos de Altman e Koerner não reconhecem que o problema está em “*questionar os recursos da inteligência humana em luta com o arquivo textual, e não de disciplinar o exercício desta através de dispositivos (de classificação, de indexação, etc.) que derivam mais da gestão administrativa e do sonho logicista de língua ideal que da pesquisa científica fundamental*” (p. 64).

é social e reciprocamente”, “salvo para os maus espíritos que se obstinam em negar essa bela unidade da Lingüística” (Pêcheux, 1977:09).

Em vez de negar que há aí uma questão a ser pensada, nem tampouco entrar nesse debate, essa dualidade (empirismo – racionalismo) deve ser considerada um falso debate, e o que nos resta *“é um debate sobre a questão do real da língua e do real da história, ou seja, da posição materialista em Lingüística” (Orlandi: 1999:53).*

Passar para esse debate pressupõe três pontos que não podem ser elididos: *“a. a não transparência da linguagem; b. a historicidade do sentido; c. a passagem da noção de homem para a de sujeito” (id.: 54).* Considerar esses três pontos é não pulverizar os reais que constituem o trabalho (não só, mas do lingüista em geral) daquele que se propõe a trabalhar com a História da Lingüística. Em vez de pensar que

“(…) há, na história da ciência, e, conseqüentemente, também na história da Lingüística, teorias que se propõem, em alguma medida, diferentes das que a antecederam, e que acabam por ser julgadas como tais por uma comunidade científica que as julga e, eventualmente, as ratifica.

Nesse sentido, a multiplicidade e diversidade dos materiais, enfoques, teorias e métodos que têm caracterizado a produção lingüística brasileira pode ser vista, também ela, como um reflexo particular desse processo mais geral de pulverização das ciências da linguagem em múltiplas direções que, no espaço de poucas décadas, sofreram várias descontinuidades. Parece razoável supor que a produção lingüística brasileira refletiria, em certa medida, os sucessivos movimentos por que passaram os centros de convergência e propagação de linhas de investigação em que mais se espelhou: principalmente, Estados Unidos e França. Mas, embora a ciência da linguagem – como, aliás, qualquer outra ciência – não tenha nacionalidade, enquanto discurso público e social, ela termina por se imbuir dos valores da sociedade que a produz e sustenta, e constrói, eventualmente, tradições próprias. De fato, poucos lingüistas brasileiros parecem ter tido a oportunidade de levar suas proposições às últimas conseqüências, já que o contínuo formular e

reformular dos modelos que adotaram, inevitável no percurso das ciências – e, para alguns, até mesmo desejável – nem sempre se deveu a critérios puramente técnicos. A lingüística brasileira, no contexto específico em que se desenvolveu, revestiu-se, pois, de inúmeras particularidades que podem relativizar sua propalada condição de simples eco de esferas de produção científicas mais poderosas, ou ao menos, que podem nos ajudar a compreendê-la melhor” (Altman, op. cit.: 35-36)

O analista do discurso passa à consideração de que *“a Lingüística não chega nunca a cumprir esse seu destino que seria, segundo seu fundador, o de reconhecer e explorar o seu domínio específico que é o próprio da língua, seu real. Ao contrário, a Lingüística não pára, desde sua origem, de se denegar através de uma alternância de errâncias e reunificações enganadoras”* (Orlandi, op. cit., 54). No caso específico desse movimento no Brasil, também não se trata de *“relativizar sua propalada condição de simples eco de esferas de produção científicas mais poderosas”* – para falar mais propriamente: em repetidora de tradições internacionais – mas em pensar em como essas questões se deram em nosso país tendo em vista a configuração própria de nosso Estado com relação às políticas lingüísticas e a questão da língua nacional. Para nós, isso significa *“não pensar a ordem humana como estritamente biossocial (...) Colocar em questão essa articulação dual é destituir a reflexão que reduz o simbólico e que é surda ao significante”* (id., 57).

Desse modo, a posição materialista em Lingüística (em História da Lingüística) não chega a ser (nem pretende ser) uma terceira via que finalmente resolveria os dilemas dicotômicos em questão, mas como um campo em que se podem abrir novas questões, escapando das “filosofias espontâneas” que só fazem girar em falso a reflexão científica. No que concerne aos compromissos, trata-se de pensar a língua como um sistema relativamente autônomo aberto à falha, fato estrutural implicado por sua relação com a História, e, quanto ao homem, trazer a noção de sujeito, um sujeito clivado, com inconsciente, em sua acepção lacaniana. Trata-se de mudar de terreno.

Mudar de terreno, mudar de lugar. E qual o lugar do analista de discurso? Talvez a seguinte afirmação de Orlandi (id. 59), possa nos fazer pensar a respeito:

“(...) o homem – seja ele definido por sua essência, algo que lhe é previamente próprio, ou constituído por sua própria existência, sua

experiência - está sempre tenso, quando se trata do conhecimento, entre o campo das disciplinas ditas exatas e aquele das disciplinas ditas humanas e sociais, e por que finalmente essas diferentes disciplinas são sempre consideradas desigualmente em sua capacidade de dizer o homem. Não estaria aí justamente um dos efeitos do equívoco necessário, que constitui todo dizer, colocando-nos, enquanto analistas da linguagem, na impossibilidade mesma de não podermos sê-lo senão pela falha que nos constitui face ao simbólico?”.

Não seríamos nós, aí, o corpo, a matéria dessa contradição?”
(ênfase nossa)

Essa afirmação, em conjunto com a de Henry (1993) sobre a “loucura” de Saussure e Kruszweski, explica como esse lugar, o do analista de discurso, é um lugar de risco, pois retira de nós, narcisos frágeis, todo e qualquer amparo:

“Interpreto o psicologismo sob todas as suas formas como uma defesa contra um atentado, insustentável, a nossos fantasmas de domínio e soberania sobre nossas palavras e pensamentos” (p. 156-7)

Esse psicologismo, e suas formas “disfarçadas”, o biologismo e o sociologismo, ou ainda, a complementaridade dos três campos numa ordem em que nada falta e se vai do nucleotídeo à interação social são, a nosso ver, justamente a maneira de não nos expormos, a nós mesmos, nosso corpo, nossa matéria, ao perigo de pensar o sentido, isto é, uma maneira de nos prevenir de habitar⁵⁴ a contradição:

*“E não devemos constatar, ainda uma vez, que só nos aventuramos nessas regiões porque não podemos nos desviar delas, por razões que, paralelamente, **não vêm sem riscos pessoais para aqueles que as habitam?”*** (id., 162, a ênfase é minha).

Não se trata, dessa maneira, de “manter os pés no chão”, como quer Koerner – para justificar seu positivismo – mas de ousar olhar para o chão onde mantemos nossos pés: pode não haver nada ali além do fato estrutural da ordem humana que é a busca de sentido.

⁵⁴ No sentido mesmo de “ocupar como residência”.

3.2.1. UMA BREVE NOTA

Além das ressalvas mencionadas acima, é preciso dizer ainda mais algumas palavras a respeito do viés tomado por Koerner no que concerne aos estudos de linguagem no Brasil. Se nossa crítica acima pode ser considerada uma crítica a um certo modo de tratar a questão de historiar a Lingüística, agora a oportunidade que se nos apresenta não é a de uma crítica, mas de uma correção.

Segundo Koerner (1996b)⁵⁵, *“no Brasil, em particular, se é que estou vendo as coisas corretamente, o déficit em questões de método parecer ser ainda maior do que na América do Norte ou na Europa Ocidental, situação que pode ser atribuída ao interesse ainda bastante recente que a Historiografia Lingüística aqui tem despertado”* (p. 96). Esse não-conhecimento do que já se fazia então em nosso país em matéria de estudos sobre a história do saber sobre a linguagem não merece maiores considerações, até onde posso conceber. Trata-se mesmo de uma afirmação que merece revisão, para usar uma palavra leve.

Afirmar que *“até o momento, além do manual póstumo de Joaquim Mattoso Câmara (1904-1970), poucas opções se ofereciam aos pesquisadores brasileiros para guiá-los no seu trabalho, a não ser que se consultassem os livros publicados fora do país”* (p. 96) leva o leitor a considerar que, enfim, agora, a Europa nos presenteia (juntamente com os EUA) com os métodos que nós, silvícolas, tanto precisamos para poder contar nossa própria história. O capítulo em que mencionamos o projeto de que fazemos parte é suficiente para, mais uma vez, colocar em seu lugar esse tipo de colocação (como erro, para usar também uma palavra singela).

Mas isso não é tudo. Além de decretar que a história dos estudos de linguagem começa consigo, Koerner vai além e passa agora a decidir, também por decreto, o que é e o que não é uma atividade de historiográfica: *“por exemplo, eu não faço objeções a alguém interessado em estudar o trabalho dos Modistas no período medieval, porque eles podem ter sido os primeiros a conferir estatuto teórico à gramática e porque ‘sua gramática especulativa parece satisfazer ao requisito moderno de adequação explicativa’, pelo menos*

⁵⁵ Portanto, no momento de encerramento da primeira fase do Projeto História das Idéias Lingüísticas, o que invalidada qualquer “desconhecimento” quanto ao que se produzia em nosso país. Mais uma vez, as mesmas tomadas de posição surgindo como evidências e não enquanto tais. Foi o que tentei não fazer aqui, daí a razão dessa nota e do capítulo que a precede.

enquanto isto não for apresentado como história” (p. 115). De minha parte, também não faço objeções que se faça este ou aquele trabalho e nem mesmo assumo a ressalva final de Koerner. Creio que qualquer pessoa pode, a qualquer tempo e de qualquer maneira, apresentar seu trabalho como sendo um trabalho de História da Linguística. O que decidirá ou não o cabimento da denominação não são argumentos de tipo autoritário, mas o confronto com outros trabalhos, na base da crítica e da objetividade. Nesse sentido, parece-me razoável que os trabalhos do Projeto Historiografia da Linguística Brasileira se apresentem como trabalhos históricos, assim como me parecem cabíveis as críticas que faço ao tipo de abordagem adotada no referido projeto e as derivações que tal abordagem implica. Isso, se não julgo mal meu próprio discurso, está longe de um mal disfarçado silenciamento de trabalhos que não se afinem com o meu ou com proposições mais assemelhadas a de um magistrado. Prefiro ler, tentar compreender, e traçar uma crítica que não esconda nem os trabalhos criticados nem meu próprio ponto de vista sobre os mesmos.

4. A NGB E O DICIONÁRIO DE MATTOSO CÂMARA

A não ser talvez para os poetas, nunca encontramos as palavras em “estado de dicionário”, como diria Drummond. Elas nunca estão mudas, inertes, mas demandam interpretação. Por outro lado, a interpretação também não é livre; ao contrário, as palavras vem encharcadas de história e não há face neutra. Toda sociedade é pródiga em criar formas –sociais de controle de interpretação, dizendo quem, quando e como se deve interpretar⁵⁶.

Portanto, a não ser na fantasia de certos lingüistas, a palavra em sua “forma”, límpida e abstrata, sem as corrupções de nosso tempo, é pura ficção. O que temos são palavras em relação com outras palavras, hierarquizadas, bem vistas ou malditas, possíveis ou impossíveis, sustentadas sem risco ou cujo pronunciamento exige coragem. Isso é o mesmo que dizer que as palavras são *discursos*, no sentido de que produzem efeitos de sentido, bem entendido, escondem por trás da aparente fixidez significante – significado todo um jogo de sobredeterminação simbólica.

Dizer ou não dizer uma palavra, assim, não é uma questão insignificante. Como diria Orlandi (1995), há várias formas de se proibir uma palavra. Além da interdição própria do simbólico, que o impede de se estender como uma malha que cobriria todo o Real, o que se pode chamar com a autora de *silêncio fundador*, há também o *silêncio local*, a censura, o impedimento de dizer. Aqueles habituados a ver na linguagem o cerne do político sabem que não se trata apenas de uma questão de palavras. Trata-se de impedir certas histórias de acontecer, certos discursos de fazerem sentido.

No entanto, não se deve, em vista dessa compreensão, fantasiar sobre um mundo onde tudo poderia ser dito. Dizer é, sempre, mostrar que outra coisa poderia ser dita, ao mesmo tempo em que, ao não dizê-la, a conduzimos ao silêncio. Esse funcionamento, como a autora citada acima bem soube demonstrar, pode ser fruto do próprio ato de se falar, mas também pode ser a forma menos nobre do confronto: a censura explícita, quando as palavras são postas em silêncio autoritariamente.

A meu ver, a NGB e Mattoso Câmara se inserem nesse funcionamento do silêncio. A primeira, mostrando a força do Estado, que pode fazer calar às vezes. O último,

⁵⁶ Os trabalhos atuais em Lexicografia Discursiva já demonstram que, mesmo em “estado de dicionário”, as palavras não estão fora da História. Consultar, a esse respeito, entre muitos outros, Nunes (1996).

indicando que ser condenado ao silêncio não significa calar. Para citar mais uma vez Orlandi (idem), *o silêncio não fala, mas significa*. É o que tentarei mostrar aqui.

4.1. A NGB

Desde os tempos de garoto, aprendendo os rudimentos da gramática, já ouvia a sigla que delimitava o que era e o que não era preciso saber. “Isso não consta da NGB”, “a NGB não reconhece este tipo de oração”, entre outras, eram as frases que se ouviam (e se ouvem) nas aulas de gramática. Embora eu não soubesse exatamente o que esse conjunto de letras significava, entendia muito bem sua força invisível – tudo o que era dito em sala de aula era dito em referência a ela.

Mas nem sempre. Havia uma forma mais insidiosa de essa sigla pairar sobre os estudos de gramática do português: ela simplesmente não era mencionada, não se sabia dela... para todos os efeitos, ela não existia. E então o estudo da gramática nada mais era que a exposição de um saber que se originava não se sabe onde, e que se mantinha não se sabe como, mas que estava lá, como se fosse a expressão exata de tudo que há na língua.

Mais tarde, já na graduação, pude notar que, mencionada ou não, tudo o que eu sabia de gramática das aulas do colégio era a NGB. Foi então que minha inquietação, agora a inquietação de um “graduando”, me fez ir até a NGB em si mesma. O que poderia ser aquela sigla de que agora eu já sabia o nome? Imaginava um alfarrábio respeitoso, em volumes anciãos e eruditos, um tesouro guardado em algum lugar e do qual agora eu poderia perscrutar os mais diversos mistérios.

Encontrei-a num canto de biblioteca, esquecida, desimportante. O nome figurava em letras grandes: Nomenclatura Gramatical Brasileira. Mas longe de ser a enciclopédia que me dava a direção e que agora eu iria ver em toda sua magnitude, era um magro livreto de 29 páginas, repleto de nomes. Nenhum discurso imperial, nenhuma folha escrita a ouro. Apenas uma coleção de nomes, estruturados numa certa ordem, como uma receita de bolo. Evidente que me decepcionei. Não conseguia imaginar como aquela simples árvore taxonômica poderia ser a “Gramática”.

Havia uma portaria concisa, assinada pelo Ministro da Educação, e a recomendação de que fosse adotada nas atividades pedagógicas e nos exames de português. Em seguida,

uma apresentação, também breve, feita pelo Diretor do Ensino Secundário. O nome dos membros da comissão, um ofício elogioso ao Ministro dando-lhe a conhecer o trabalho, e... nomes.

É certo que a decepção não durou muito, pois se o aspecto do material não me satisfazia as expectativas, ainda havia sua importância indiscutível. Outro desconcerto, porém, veio tomar o lugar da decepção que havia se instalado. Como “estudar” aquilo? O que poderia ser dito a respeito daquele volume subnutrido e de ar indiferente? Que tipo de análise poderia empreender para restabelecer, de modo visível, a relação entre aquelas folhas classificatórias e toda a atividade do professor de português na sala de aula? Poderia, é claro, indagar as páginas iniciais, e, delas, chegar a outras, refazendo o percurso da nomenclatura desde a comissão elaboradora até o Ministério da Educação, e de lá até as escolas. Enfim, eu poderia fazer aquilo que Foucault (1987:7) diz a respeito do método tradicional em História:

“(...) desde que existe uma disciplina como a História, temo-nos servido de documentos, interrogamo-los, interrogamo-nos a seu respeito; indagamo-lhes não apenas o que eles queriam dizer, mas se eles diziam a verdade, e com que direito poderiam pretendê-lo, se eram sinceros ou falsificadores, bem informados ou ignorantes, autênticos ou alterados. Mas cada uma dessas questões e toda essa grande inquietude crítica apontavam para um mesmo fim: reconstituir, a partir do que dizem estes documentos – às vezes com meias palavras -, o passado de onde emanam e que se dilui, agora, bem distante deles; o documento era sempre tratado como a linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio: seu rastro frágil, mas, por sorte, decifrável”.

Uma tarefa dessa natureza não é certamente inútil; poderíamos enfim observar os movimentos que constituíram a NGB, as vozes que falavam nela, suas supostas intenções (e os resultados fatídicos dessas), o que havia ficado de tudo isso e o que havia perecido ao tempo. Aquele elenco de nomes poderia ver-se por detrás, revelando as mãos que os haviam escrito ali, as divergências de trabalho, em suma: obteríamos os documentos que compunham a NGB. Saberíamos de que peças se montava aquele quebra-cabeça sem força aparente.

Deixaríamos de lado, é claro, a linguagem: os textos seriam apenas fontes de informação que nos permitiriam reproduzir os acontecimentos passados e já esquecidos, talvez até por seus protagonistas. Depois do exame da linguagem, finalmente chegaríamos ao que importava: o que estava por trás dela, toda a encenação, os atores, seus lugares, as falas que se lhes atribuíam. Aberta a cortina, poderíamos ver toda a peça, desde seu início. O preço a pagar não é difícil de discernir: *“Os textos de arquivo são fontes que permitem, por uma organização apropriada, o conhecimento do referente, das estruturas sociais. Nenhuma teoria do texto, da leitura. Sua decodificação repousa sobre o postulado da evidência, da transparência do sentido. O sentido já está lá”* (Régine Robin, citada por Pêcheux, 1994:65). De modo que, por negar qualquer trabalho quanto à constituição do sentido, colocar-nos-íamos na perspectiva do sentido tomado como produto, o que equivale a não pensar a relação entre a linguagem e o mundo, mas apenas indicar o mundo que a linguagem esconde (ou mostra falsamente) em seus códigos – usados por nós. Entre o mundo e a linguagem, apenas uma tênue névoa que, se por um lado era o que fazia os objetos indistintos, por outro era facilmente dissolvida e permitia ao olhar a visão plena das coisas que compõem a paisagem.

Porém, nosso interesse era precisamente a linguagem: afinal, formamo-nos para isso – somos graduados em Letras. Mas que mágicas de sintaxe revelar naqueles nomes, que arranjos de morfologia, que sutilezas fonéticas? Se todas essas ordens do sistema apenas encobriam o que estava em outro lugar e não se submetia a elas – e, mais que isso, determinava-as, parecia claro então que o menos interessante eram justamente as *letras*. Não havia de ser esse o caminho; o caminho havia de ser o da significação. Indagar o significado daquilo tudo era a maneira de trabalhar aqueles textos sem esquecer a questão da linguagem.

Todavia, e paradoxalmente, chegava-se ao mesmo lugar: o significado era apenas uma porta, talvez até incômoda e desnecessária, para que se pudesse chegar aos fatos, aos homens, ao drama que se desenrolava além das páginas. Assim, dois caminhos extremos e ao mesmo tempo semelhantes – num, a linguagem era vista apenas como um reflexo ou invólucro da realidade, que bastaria decodificar para se chegar à verdade dos fatos – ou à mentira do texto; noutra, a linguagem era posta em primeiro plano, mas apenas e tão-

somente para que revelasse também a existência do que estava fora dela e que não lhe pertencia a não ser como conteúdo.

Ou língua, ou história. Para não perder nenhum dos termos da relação, que poderia ser feito? Como relacioná-los, sem contudo perdê-los um no outro, sem absorção de cada um pelo seu par... A resposta a essa questão só poderia ser respondida se alterássemos não o modo de formulá-la, mas o entendimento dos componentes da pergunta. O que é a língua, e o que é a história? Através desses questionamentos chegamos à Análise do Discurso.

É nesse ponto que minha reflexão ainda tateante sobre a NGB encontrou um trabalho de peso já sendo desenvolvido acerca das idéias lingüísticas no Brasil. Foi com Orlandi (1993, 1997, entre outros) que pude encontrar o viés pelo qual poderia pensar a NGB sem dicotomias: através da questão da autoria e da relação entre fazer linguagem e fazer política.

4.1.1. O QUE FOI A NGB?

Analisar a NGB é, a nosso ver, um trabalho que primeiramente passa por dividi-la enquanto instrumento lingüístico e enquanto instrumento político. Não se pode negar a existência do real da língua – e, conseqüentemente, a possibilidade de sua descrição, mas deve-se explicitar o modo como os instrumentos lingüísticos investem de maneiras diversas nessa tentativa de descrição, jogando com o político no científico.

A NGB faz parte do processo de gramatização brasileira e esse processo se insere no quadro mais amplo das políticas (científicas) públicas. O conceito de gramatização é dado por Aurox (1992:65): “(...) *processo que conduz a descrever e instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário*”. Sob essa perspectiva, “*o estudo das idéias lingüísticas no Brasil tem entre seus objetivos abordar a produção de tecnologias como dicionários e gramáticas que se fazem no Brasil desde o século XVI*⁵⁷”, num viés que considera que “*a gramatização de uma língua é parte da história da língua, não sendo, simplesmente, uma produção de instrumentos sobre ela*⁵⁸”.

⁵⁷ Guimarães (1996:127).

⁵⁸ Idem, *ibidem*.

Guimarães (1996), em sua proposta de dividir os estudos de língua no Brasil em 4 grandes períodos, situa a NGB no 3º desses períodos, que se caracteriza por uma valorização das especificidades do Português no Brasil (no 2º período descrito pelo autor é que se inicia propriamente a gramatização brasileira – dessa maneira, a NGB já é um desenvolvimento desse processo). Por outro lado, é nesse período que se define o resultado da controvérsia na denominação do idioma falado no Brasil: língua brasileira ou língua portuguesa? Como se sabe, a comissão designada para estudar esse assunto acabou por determinar que o idioma falado no Brasil era a língua portuguesa, encerrando o debate sobre essa questão. Desse modo, ao mesmo tempo em que nesse período há uma valorização dos estudos sobre a especificidade do Português no Brasil, admite-se a unidade com Portugal⁵⁹.

Por outro lado, a nomenclatura também se insere em outro recorte que o autor propõe, que é o de trabalhos sem filiação teórica definida. Assim, a NGB, além de ser uma tentativa de valorização do que é específico no Brasil, não se filia rigorosamente a nenhuma teoria. Mas o importante é ressaltar o papel do Estado, que, como sabemos, é o lugar da administração dos conflitos. No Brasil, a constituição do Estado é, ao mesmo tempo, a constituição da língua. O Estado age sob o princípio da unidade, a partir de um sistema jurídico centralizado e um sociologismo que negocia a diversidade. Em outras palavras: no caso específico da língua, as diferenças, embora sejam reconhecidas, anulam-se no processo de constituição da identidade nacional e do sujeito que ela pressupõe. A maneira como se define que língua se fala, como se tem acesso a ela, que estatuto ela tem é uma política lingüística que, ao mesmo tempo em que faz isso, produz o conhecimento sobre a língua e a configura (Guimarães e Orlandi, 1996:14).

Como afirma Orlandi (1997:5), ser um autor de gramática no século XIX é “*assumir a posição de um saber lingüístico que não reflete meramente o saber gramatical português. Nesse momento, o da irrupção da República, não basta que o brasileiro saiba sua língua, é preciso que, do ponto de vista institucional, ele saiba que sabe*”. Dessa maneira, o “saber sobre a língua” que se constitui nesse período é um saber que ao mesmo tempo em que se configura, configura a especificidade da língua portuguesa do Brasil.

⁵⁹ Para um estudo bastante interessante sobre a questão da língua nacional, consultar Dias (1996).

Uma vez constituído esse saber sobre a língua e constituído o Estado brasileiro, temos uma modificação na posição de autor que os gramáticos assumem. Agora já não se trata de definir a especificidade da língua portuguesa no Brasil, mas sim de manter essa especificidade (Orlandi, 1997:8). Podemos, por conseguinte, estabelecer dois movimentos de autoria⁶⁰:

- no século XIX e início do século XX, um investimento na função-autor que se faz pela busca de uma especificidade. Assim, ser gramático brasileiro, ser um autor de gramática, é ser aquele que, do ponto de vista de quem pode falar sobre a língua, de quem a sabe, coloca-se numa posição de quem faz a própria história. Ao fazer essa história, o gramático necessariamente silencia outras questões, que se apagam para o fortalecimento da questão da língua portuguesa do Brasil. Silenciando, Estado e língua se constituem, e estabelecem os efeitos de pré-construído que garantem o sentido das referências. Nesse sentido, as diferentes filiações teóricas de cada gramática são os pontos de apoio que servem de base para a afirmação do específico da língua do Brasil;
- no século XX, a questão já é garantir essa especificidade. A partir de então, não se trata mais da língua portuguesa *do* Brasil, mas da língua portuguesa *no* Brasil (Orlandi, idem:9). Desse modo, se antes tínhamos diferentes filiações teóricas garantindo essa especificidade, agora temos diferenças de análise, de descrição. Duas referências já estão parcialmente garantidas: Brasil e língua portuguesa.

Nesse segundo momento, dá-se lugar a uma profusão de gramáticas. Câmara Jr. (1969:56) chega mesmo a dizer que “(...) *no Brasil, que é a terra da gramática, todo professor de português se acha obrigado a criar uma nomenclatura gramatical sua*”. Aqui chegamos a um ponto que merece maiores considerações. Por que as gramáticas brasileiras, nesse período, estão repletas de nomes? O que significa dizer que cada gramático dá o nome que quer aos fatos que analisa?

Como vimos, no primeiro período a busca da especificidade do português do Brasil se dá pela filiação a diferentes concepções teóricas. Veja-se o caso de Said Ali, por exemplo. Oliveira (1997:6) mostra como o recurso deste a esta ou àquela teoria se explica

⁶⁰ No sentido dado a este termo pela reelaboração teórica do conceito de autoria foucaultiano estabelecido por Orlandi (1988).

não pelo fato de uma incongruência teórica, “*mas de uma arregimentação de elementos que legitimam a língua nacional*”. Ora, se nesse período as diferentes filiações teóricas (e os diferentes nomes que colocam) se justificam pela constituição de uma especificidade lingüística, no segundo período isso já não pode ocorrer, pelo fato de que tanto a língua como o Estado brasileiro já estão constituídos. Tem-se, portanto, a necessidade de se uniformizar a nomenclatura, já que, no embate dos sentidos, a língua que se fala no Brasil já é uma referência bastante estável. Sabemos, no entanto, que a relação de designação nunca é totalmente estável, sendo constituída pelos discursos que se relacionam. A exterioridade produzida pela linguagem, isto é, as referências que se tornam evidentes, nunca estão plenamente garantidas, sendo necessário um esforço para que se mantenham como tais. A NGB é uma iniciativa nesse sentido.

Trata-se agora, como dissemos, de manter os limites de nossa identidade, através da especificidade da língua portuguesa no Brasil. Para isso, o recurso a diversos elementos teóricos que poderiam sustentar essa especificidade não se faz mais necessário, e sim a uniformização desses elementos. O Estado, conseqüentemente, nomeia uma comissão para uniformizar a nomenclatura, ou, em outras palavras, uniformizar o discurso gramatical.

Se adotarmos a definição de gramática de Aurox (1992:66), veremos que o anteprojeto inicial se aproxima bastante dessa definição. Ele possui uma categorização das unidades, exemplos e regras mais ou menos explícitas para construir enunciados. Veja-se, por exemplo, a definição de adjetivo:

“Adjetivo

Adjetivo é a palavra que, posta ao lado de um substantivo com o qual concorda em gênero e número, exprime a aparência exterior, o modo de ser, ou uma qualidade de tal substantivo.” (Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, 1957:25)

Dessa maneira, podemos dizer que o anteprojeto inicial tem a pretensão de ser uma gramática da língua portuguesa no Brasil. Mais especificamente, a estabilização do discurso gramatical se daria pela construção de uma gramática oficial.

As críticas ao anteprojeto inicial, entretanto, não foram poucas. Cândido Jucá (filho), membro da comissão elaboradora da NGB, é autor de um livro lançado logo em seguida à publicação do anteprojeto, intitulado *132 restrições ao Anteprojeto de*

Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira. Não deve ter sido ele o único a criticar o anteprojeto, na medida em que as mudanças entre o anteprojeto inicial e anteprojeto final são gritantes. Vejamos o anteprojeto final.

A principal diferença entre os dois anteprojetos é que o anteprojeto final abandona por completo a tentativa de ser uma gramática. Nele encontraremos apenas uma divisão da gramática e os nomes que fazem parte desta. No caso do adjetivo, por exemplo, teremos apenas:

III – Adjetivo (Nomenclatura Gramatical Brasileira, Rio de Janeiro: Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário – CADES, 1958, pág. 16)

Como se pode notar, as definições são completamente excluídas dos quadros da NGB. A NGB, ao excluir qualquer definição ou conceituação dos termos que apresenta, conseqüentemente, não se filia a qualquer posição doutrinária. A filiação a esta ou aquela doutrina passa, sem dúvida, pela questão da definição. Retomemos Auroux (idem:104): “*se o nome e o número das partes do discurso permanecem relativamente estáveis, as estruturas de classificação e as definições (com exceção de um núcleo cuja função é muito convencional) vão variar largamente no curso dos séculos (grifo nosso)*”. Ora, as definições variam devido precisamente às posições que seus autores assumem. Esse é um campo de conflito.

Desse modo, parece-nos que 3 questões se nos põem na análise das diferenças entre o anteprojeto inicial e a NGB. A primeira diz respeito ao modo com a comissão tratou de conciliar as divergências certamente presentes. A outra, quanto ao abandono das definições. A terceira, quanto à definição de gramática da própria NGB.

O primeiro e segundo pontos estão inextricavelmente ligados. A maneira de se conciliarem as divergências é retirar as definições. Se a referência se estabiliza pela formação discursiva em que se encontra a palavra, não estabilizar a referência é procurar não se filiar a nenhuma formação discursiva. Note-se que, logo após a NGB, é feito um concurso de Interpretação da Nomenclatura Gramatical Brasileira. As gramáticas, do mesmo modo, em seus subtítulos, dizem que exemplificam, definem, interpretam e explicam a NGB. Ou, em outras palavras, remetem as palavras a doutrinas, estabelecendo referências. Veja-se como está modificado o papel do autor: não é mais aquele que “faz” a

gramática, isto é, a autoridade responsável por um saber sobre a língua, mas aquele que interpreta, define, comenta e exemplifica um saber oficialmente instituído.

O terceiro ponto, ou seja, a definição do que seja uma gramática, é também bastante frutífero para uma análise. No anteprojeto inicial, temos:

“Introdução: Gramática

Gramática Normativa, Gramática Histórica

Divisão da Gramática:

Fonética, Morfologia, Sintaxe” (Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, op. Cit., pág. 13)

O anteprojeto final, por sua vez, dá apenas a divisão da gramática:

“Divisão da Gramática:

Fonética, Morfologia, Sintaxe” (Nomenclatura Gramatical Brasileira, op. Cit., pág. 4)

O termo “gramática histórica” se desloca para o apêndice da NGB. O remanejamento do termo “histórica” e a exclusão do termo “normativa” é índice de um processo que dá historicamente lugares diferentes ao saber descritivo e à aplicação desse saber no tocante aos estudos do Português. O que se silencia nesse momento é uma divisão em que sobre o normativo está o estudo descritivo da língua (como em Said Ali, por exemplo). Na NGB, há apenas um campo, a Gramática, fundamentalmente normativo, que pode também ceder lugar ao estudo histórico. Está excluída dessa divisão a contraparte descritiva da Gramática. Se considerarmos que na gramatização brasileira há duas tendências de certo modo opostas em relação ao papel e função da Gramática, não é difícil perceber que partido toma a NGB. Há, por um lado, aqueles que como Said Ali e Mattoso Câmara não negam a necessidade de um instrumento lingüístico de normatização, mas o subordinam ao estudo descritivo. E, de outro lado, aqueles que vêem a normatização como a função fundamental do estudo da linguagem. Há, nesse mesmo recorte, aqueles que atribuem à Gramática um papel descritivo, que no entanto se apaga pela desconsideração de tudo que não seja texto escrito, e autorizado – Jucá Filho, por exemplo, é mestre nessa contradição: diz, como veremos, que à Gramática não compete ensinar a falar ou a escrever corretamente, porém o faz em suas gramáticas ao utilizar apenas exemplos da linguagem dita “cultura”. A NGB, como facilmente pode se notar, filia-se a esta última tendência.

Nesse sentido, podemos dizer que, a partir da NGB, um outro momento de autoria se estabelece no discurso gramatical. Nesse outro momento, o gramático não é mais a autoridade do saber sobre a língua, mas um comentador desse saber. E esse é um deslocamento proporcionado pela NGB. Mais especificamente, com a NGB, *“a autoria do saber sobre a língua deixa de ser uma posição do gramático e será patrocinada pelo lingüista. Saber como a língua funciona dá autoridade para o lingüista dizer como a língua é (português no Brasil / português europeu). A autoria da gramática passa a necessitar da caução do lingüista, já que este tem o conhecimento científico da língua. Há uma transferência do conhecimento do gramático para o lingüista⁶¹”*. Essa transferência, no entanto, é bastante específica, na medida em que ao Gramático resta apenas o plano normativo, ficando este impedido de incluir-se dos estudos descritivos sobre a língua.

Após a NGB, o discurso gramatical ganha uma consistência que impede o processo de autoria, tal como ele funcionava antes, a não ser de forma marginal. Desse modo, o acontecimento discursivo que a NGB constitui é precisamente este: trata-se de um texto que se desvincula de seus criadores, que se impõe (pelo Estado, nesse caso) e que limita o acaso do discurso. Após a NGB, toda gramática deve citar e cita a NGB, ou melhor, tem como corpo de seu texto a NGB.

Recusas, restrições ou negações a ela, no entanto, se todavia acontecem, seguem o princípio do comentário. Notas de rodapé, quadros no canto da página, apêndices, tudo que a NGB não prevê só pode aparecer de forma marginal, e contanto que a própria NGB, enquanto texto, seja realizada primordialmente. Os pontos de não-contato, todavia, são pequenos gestos do autor, encerrados em partes menos visíveis do texto e que revelam o retorno de sentidos silenciados pela NGB e que agora ressurgem para, paradoxalmente, torná-la mais forte, na medida em que só podem dizer algo se esse algo é dito depois da afirmação da NGB e em complemento a ela⁶².

⁶¹ Orlandi (1997:9).

⁶² Mas, se por um lado esses gestos fortalecem a NGB, por outro se mantém como a brecha que torna possível deslocamentos no discurso que a própria nomenclatura impõe. Agradeço a Profa. Dra. Suzy Lagazzi Rodrigues a observação dessa questão que relativiza a dominância da NGB quanto ao processo de constituição dos discursos. De fato, é mesmo preciso ver que, como já dissemos anteriormente neste trabalho, toda prática discursiva comporta espaços falhos onde o sujeito pode trabalhar além da mera repetição. Ver nosso gramático “oficial”, o Prof. Pasquale, dando suas “aulas televisivas”, porém, mostra o quanto a repetição se mantém.

O silêncio que a NGB impõe é o silêncio da história da gramatização brasileira. Despida de autores, a gramática passa a falar por si mesma. Aí reside o papel da Ideologia, no apagamento do enunciador. Como diria Orlandi (1995), o esquecimento é estruturante na AD, pois só quando esquecemos quem formulou a NGB, como, para que e para quem é que os sentidos da NGB produzem seus efeitos. O apagamento do “autor” da NGB funciona de maneira a instituir um efeito de validade nas gramáticas posteriores. A NGB passa a ser a “Gramática”, o que se pode dizer a respeito da língua portuguesa, ou seja, “esquece-se” que ela é um produto histórico, produzido por um determinado grupo de pessoas, dentro de uma dada conjuntura histórica. Com esse esquecimento, com esse apagamento do sujeito, o discurso gramatical torna-se mera descrição do objeto, ou melhor, a descrição do objeto. E o objeto é a língua que falamos no Brasil, a evidência das evidências: a língua portuguesa. Como se vê, as referências são historicamente construídas, mas isso é esquecido, e é esse esquecimento que estrutura o discurso. História de esquecimentos que constitui nossa identificação enquanto brasileiros. A unidade da língua, na NGB, é constituída a partir da unidade sobre a terminologia que “descreve” essa língua. Mas essa unidade não é a unidade garantida por uma filiação teórica, é uma unidade garantida pela assunção, por parte do Estado, do papel de autor da NGB.

O Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, que doravante chamaremos de anteprojeto inicial, em seu próprio nome, já suscita algumas questões em relação à investida do Estado nesse campo. Fundamentalmente, nota-se que o anteprojeto não diz de qual língua é a nomenclatura a ser uniformizada e simplificada. Isso reforça a questão do silenciamento a que vínhamos nos referindo. Não é preciso nomear a língua, pois nos silenciamentos que nossa gramatização impõe a língua nacional já é uma evidência, um pré-construído.

Trata-se agora, como já dito, de manter os limites de nossa identidade, através da especificidade da língua portuguesa no Brasil. Para isso, o recurso a diversos elementos teóricos que poderiam sustentar essa especificidade não se faz mais necessário, e sim a uniformização desses elementos. O Estado, conseqüentemente, nomeia uma comissão para uniformizar a nomenclatura, ou, em outras palavras, uniformizar o discurso gramatical.

4.2. ESTADO E POLÍTICA LINGÜÍSTICA

Sabemos que a constituição dos Estados independentes no final do século passado está intimamente relacionado à definição de uma língua nacional e de políticas pedagógicas que invistam nesse sentido. No caso da NGB, pode-se dizer que ela vem na esteira de políticas anteriores tais como o Programa de Português de Fausto Barreto em 1887.

No caso particular do Brasil, as políticas lingüísticas são em geral determinadas pelo Estado de modo autoritário. Os programas são impostos pelos departamentos educacionais, restando muito pouco aos professores, diretamente concernidos na tarefa de lidar com o aspecto pedagógico da questão. Mattoso Câmara, em 1940, insurgia-se contra o modo autoritário com que os programas eram impostos aos professores. A resposta a ele é extremamente interessante e explicativa:

“Queríamos o ensino inteiramente livre, sem nenhuma tutela do Estado; mas somos forçados a reconhecer que essa liberdade ainda não pode ser outorgada sem que periclitem importantes interesses nacionais” (Jornal do Brasil, 12 de junho de 1940).

O modo como a NGB apaga as diferenças, dando a impressão de se tratar apenas de uma questão de nomenclatura, é parte do desenvolvimento desse tipo de política estatal. A imposição de doutrinas (ao mesmo tempo em que isso se nega) só pode ter um nome: Positivismo.

Positivismo que impregna o processo de gramatização brasileira de forma difusa sem poder ser localizado apenas em um lado da questão. Pode-se, todavia, distinguir dois movimentos distintos na história de como no Brasil se constitui o saber sobre a língua. Temos, de um lado, uma posição marcadamente positivista, que vê na construção de gramáticas mera descrição da língua “como ela é”. De outro lado, uma posição que assume a historicidade da gramatização e que tenta construir procedimentos de inserção nessa historicidade.

No segundo funcionamento, colocaríamos João Ribeiro, Said Ali e Mattoso Câmara Jr., por exemplo, sem que isso signifique que o discurso que perpassa seus textos não deslize para o tom do primeiro funcionamento por vezes. No primeiro funcionamento, estão

Cândido Jucá (filho), Antenor Nascentes, entre outros. Para que fique clara essa distinção, vejamos o modo conflitante de conceituar a gramática no período em que se dá a NGB:

“Convém observar que a gramática ‘normativa’ (chamada por outros ‘expositiva’ ou ‘descritiva’) corresponde à ‘lingüística sincrônica’ de F. DE SAUSSURE, e a gramática ‘histórica’ à ‘lingüística diacrônica’”.(OLIVEIRA, José Luís de. Interpretação da NGB. Rio de Janeiro: BibliEX, 1965, pág. 21.)

“Gramática é uma disciplina, didática por excelência, que tem por finalidade codificar o uso idiomático, dele induzindo, por classificação e sistematização, as NORMAS que, em determinada época, representam o ideal da expressão correta” (LIMA, Rocha. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Briguiet, 9ª Edição, 1963, pág. 9.)

“Pois mesmo nos tempos de antanho (ou principalmente naqueles tempos), não tinha sentido epitetar-se de normativa a tão mofina disciplina, que justamente o que nunca fez, nem nunca fará, foi ensinar a falar e escrever corretamente” (JUCÁ (FILHO), Cândido. 132 restrições ao anteprojeto da simplificação e unificação da NGB. Rio de Janeiro: [s.ed.], 1958, pág. 5.)

Se Rocha Lima assume a normatividade da Gramática, Oliveira e Jucá assumem a Gramática como a expressão de um estado da língua. A posição de Rocha Lima é intermediária à de Said Ali e Mattoso Câmara Jr., que dão lugar ao instrumento normativo, mas o colocam sob a determinação de um estudo descritivo. Para Ali, a “Gramática Prática” está ao lado da “Gramática Científica”, ambas apêndices da “Gramática Descritiva”. Já Mattoso Câmara subordina a Gramática à observação “desinteressada” do fenômeno lingüístico tal como previa Saussure, isto é, a construção de gramáticas fica na dependência dos avanços do estudo descritivo da linguagem pela Lingüística.

Essas duas posições, uma em que se assume que fazer gramáticas é intervir historicamente e outra em que essa questão está apagada, se entrecruzam em toda a história da gramatização brasileira. Após a NGB, parece evidente que a última posição é que se estabelece em dominância. Ela tem que, no entanto, lidar sempre com a primeira, na forma

de um discurso outro que se estabelece fortemente pela figura de Mattoso Câmara: o discurso da Lingüística.

Assim, a relação do Estado com a gramatização em suas políticas lingüísticas está sempre permeada por um falar outro de fora do Estado, ao qual ele tenta responder, na maior parte das vezes na forma de programas impostos tais como a NGB.

Como mostra Auroux (1992), o processo de gramatização nos países descobertos na época das navegações se dá sempre nos modelos da tradição greco-latina, contemporaneamente à própria gramatização das línguas européias. Em nosso caso, a constituição do Estado brasileiro se inicia apenas após o processo de independência, e é só aí que se pode falar seguramente de um investimento estatal na gramatização. É claro que antes da ocasião da independência já havia políticas lingüísticas em andamento (Pombal, por exemplo), mas essas ainda estão vinculadas ao Estado português. Depois da independência, essas políticas estarão vinculadas ao Estado brasileiro, e a identidade com Portugal se dará sempre, mas de forma a estabelecer diferenças. No início do século XX, a questão é ligar o conhecimento atual da língua a seus estágios passados. Essa relação assume uma certa homogeneidade e administração de conflitos na divisão gramática – filologia. O gramático, encarregado de “descrever” o estado atual da língua, e o filólogo interessado em sistematizar estados anteriores. A homogeneização desses dois aspectos de uma mesma questão acontece pelo recurso da escrita. Dias (1996) mostra como nas décadas de 30 e 40 os defensores da denominação “língua portuguesa” ao idioma falado no Brasil estabelecem seu eixo argumentativo na tematização da escrita, com o apagamento ou depreciação da oralidade. Ora, é o mesmo funcionamento discursivo que sustenta a divisão entre Gramática e Filologia. Dessa maneira, o aspecto principal da posição positivista de que falamos acima é sua mobilização da escrita como “dado” que sustenta suas posições. O que Mattoso Câmara faz ao sustentar um discurso outro e oposto a esse é justamente trazer a oralidade e as línguas “silenciadas” (indígenas) como temas. Essa posição, no entanto, fica fora do Estado, sustentada marginalmente e com muito custo.

Se o Estado é positivista, o discurso de oposição fica excluído, mas faz efeito. Embora haja muitas razões a se levar em consideração no estabelecimento dos programas oficiais, um deles sem dúvida é a de responder a esse discurso outro que com ele se relaciona. A posição de Mattoso Câmara a respeito da relação Gramática – Lingüística

coloca esta última como núcleo central dos estudos sobre a linguagem, no qual todos os outros desenvolvimentos (Gramática Normativa, Gramática Histórica etc.) devem se apoiar.

A NGB, por outro lado, reconhece apenas duas maneiras de abordar a linguagem: a Gramática e a Gramática Histórica. Repare-se que o primeiro termo não possui qualificativo, o que revela bem como a Gramática é vista como a única maneira de se saber a língua, sem que a normatividade que se estabelece pela relação com a escrita seja sequer abordada. Num primeiro momento (o anteprojeto inicial), aliás, a NGB reconhece que há duas gramáticas: a normativa e a histórica. Mesmo essa posição silencia muita coisa: a Linguística e tudo o que daí deriva.

Porém, o anteprojeto final aprovado é ainda mais radical nesse silenciamento. A retirada do qualificativo “normativo” assenta-se em argumentos como os de Cândido Jucá (cf. pág. 42, acima).

A seguir, procuraremos mostrar essa distinção entre as duas posições que percebemos nos modos de abordar o fenômeno linguístico através das nomenclaturas ou dicionários gramaticais.

4.3. AS NOMENCLATURAS E DICIONÁRIOS ANTERIORES À NGB⁶³

A NGB se insere (de modo muito particular, porém) no desenvolvimento de trabalhos anteriores, tais como o *Léxico Gramatical* (1934) de Firmino Costa ou o *Léxico de Nomenclatura Gramatical Brasileira* (1946) de Antenor Nascentes. Há ainda o *Diccionario Grammatical Portuguez* de José Alexandre de Passos, publicado em 1865 ou o *Diccionario Grammatical* de Felisberto de Carvalho, de 1886. Esses trabalhos procuram, como a NGB, uniformizar a nomenclatura para fins pedagógicos. Já o *Diccionario*

⁶³ Não pretendemos aqui analisar ou indicar todas as obras anteriores à NGB que caminham no mesmo sentido que a Nomenclatura. Falaremos aqui apenas das obras que consideramos mais representativas. Na verdade, abrangeremos aqui todas as obras publicadas entre a segunda metade do século passado e a primeira metade de nosso século, pois a partir da década de 50 trabalhos do tipo da NGB proliferaram, mas nem sempre possuem algum valor historicamente maior. Fica aqui apenas a menção ao fato de que, a partir de 1950, os Dicionários Gramaticais começam a surgir em maior número. É justamente nessa década que o Estado assume para si a tarefa de “uniformizar” e “simplificar” a nomenclatura utilizada, tirando das mãos dos gramáticos esse papel. É também justamente nessa década que Mattoso Câmara inicia a publicação de seu dicionário, que no entanto não é instrumento do Estado. Isso mostra porque o dicionário de Mattoso Câmara pôde se desenvolver e ampliar, enquanto a NGB se cristalizava. Trata-se de modos muito diferentes de se organizarem os discursos, pois um fala do lugar do Estado e o outro, não. São modos distintos de autoria.

Grammatical (1889) de João Ribeiro ou o dicionário de Mattoso Câmara (1956) procuram marcar posição no quadro dos estudos lingüísticos de sua época. Temos aí uma separação que perdura a seu modo até hoje: a separação entre os trabalhos dedicados ao ensino da língua e os trabalhos de investigação sobre a língua, geralmente de nível universitário. Essa divisão, por si só, não é boa nem ruim, nem é feita de uma vez por todas (o trabalho de João Ribeiro, mais que o de Mattoso, ainda se vincula à pedagogia do Português), mas é claramente negativo que ela tenha se desenvolvido de modos tão diferentes ao longo da história brasileira. Por isso, não é de se espantar que haja hoje um certo mal-estar entre a figura do gramático e os lingüistas de modo geral.

Uma possível explicação para essa divisão dos discursos sobre a língua pode ser a de que os trabalhos dedicados ao ensino da língua tenham tido dificuldade em sair do normativismo, visto que se inseriam no processo de construção da identidade nacional com todos os apagamentos que aí se estabeleceram. Os trabalhos descritivos, por sua vez, acabaram se desenvolvendo em âmbitos extra-escolares, além de não terem conseguido se impor sobre os primeiros de modo marcado.

Isso levou a gramatização brasileira a viver no confronto e no diálogo de dois discursos: o discurso das gramáticas (normativas) e o discurso das gramáticas (descritivas). Essa divisão bipartite se mantém após a NGB, mas assume um caráter totalmente diverso, dado o estancamento da função-autor que a NGB acaba por determinar.

Como vimos, há muitos pontos de contato entre esses trabalhos precursores da NGB, assim como lugares de afastamento. Segundo seu papel discursivo, podemos reconhecer algumas formas diversas em que esses trabalhos se organizam:

1a) dicionários e léxicos gramaticais que funcionam como discursos sobre a língua, sendo portanto reguladores de sentido em primeiro nível, formalmente muito semelhantes às gramáticas – com exceção da estrutura em ordem alfabética. Discursivamente, desempenham o mesmo papel da gramática, instituindo sentidos quanto à língua nacional e ao sujeito dela. Enquadram-se nesse espaço as obras de J. A. Passos, Felisberto de Carvalho e Firmino Costa;

1b) dicionários e léxicos gramaticais que funcionam como discursos-sobre discursos sobre a língua, regulando os sentidos em segundo nível, na medida em que seu funcionamento não incide diretamente sobre os sentidos da língua nacional e seu sujeito,

mas sobre as gramáticas, e estas sobre tais sentidos. Assim, a institucionalização de sentidos que tais trabalhos fazem funcionar se dão num nível que sobredetermina a gramática. Aqui, colocaríamos os dicionários de João Ribeiro, Antenor Nascentes e Mattoso Câmara.

Quando aos espaços que abrem em relação ao estudo da língua, podemos dividi-los segundo o lugar que dão à norma e descrição:

2a) dicionários e léxicos gramaticais que instituem um sentido dividido para as gramáticas, sempre no sentido normativo. Um deles, vinculado à “descrição” de um estado presente, outro de um estado anterior da língua. Enquadraria aqui a obra de Firmino Costa;

2b) dicionários e léxicos gramaticais que instituem apenas um sentido para as gramáticas, seja ele normativo ou descritivo. Aqui se colocam os dicionários de J. A. Passos, Felisberto de Carvalho e Antenor Nascentes;

2c) dicionários e léxicos gramaticais que atribuem à gramática um estatuto diferenciado segundo os objetivos a que esta se proponha. Assim, ao estudo normativo pode contrapor-se o estudo histórico, descritivo, etc. Entram aqui Mattoso Câmara Jr. e João Ribeiro.

Desse modo, pode-se dizer que o anteprojeto inicial da NGB filia-se diretamente ao funcionamento explicitado em 1a, e seu projeto final, ao contrário, filia-se de modo mais direto aos trabalhos descritos sobre 1b. Certamente a entrada do Estado de modo marcado no processo de constituição de uma terminologia, como acontece na NGB, explica que o anteprojeto inicial tenha sido profundamente alterado. De fato, sua aprovação provocaria um silêncio local sobre os trabalhos lingüísticos, e a figura do gramático seria altamente prescindível. A relação se daria apenas entre NGB e professor, sem a intermediação do gramático que ocorre logo após sua implementação (cf. Mais abaixo). O projeto final aprovado, em vez de incidir diretamente sobre o saber lingüístico, é um discurso sobre esse saber, funcionando em segundo nível e permitindo assim ao gramático um espaço de trabalho de que ele soube se ocupar muito bem ao longo da história. Diríamos que a NGB, nesse caso, passa a ser um silenciamento constitutivo. É através deste silenciamento que os gramáticos podem se constituir enquanto autores. Essa constituição, é claro, é diferente daquela que sustentava os gramáticos do final do século passado e início deste, justamente

porque aquilo que limita e organiza seu dizer não é o mesmo. A NGB, nunca é demais dizer, funciona a partir do Estado, e não a partir da Ciência.

Isso pressupõe que os silêncios signifiquem em (de) outro lugar, e eles significam. Trabalhos como os de Mattoso Câmara e João Ribeiro serão continuamente reeditados, e sua posição em relação à constituição de uma terminologia, frontalmente oposto ao da NGB, continuará a fazer sentido, mesmo que fora do Estado.

4.3. A GRAMÁTICA BRASILEIRA APÓS A NGB

As modificações que a NGB introduz na história da gramatização brasileira estão relacionadas a sua forma enquanto objeto simbólico. Nas relações de significação, o estatuto dos objetos simbólicos é determinante das alterações/reproduções de sentido que ele introduz no campo discursivo.

Nesse sentido, a NGB pode ser considerada como um *discurso fundador* (Orlandi, 1993), já que se trata de um texto que abre (e fecha) espaços no formulável, restringindo ou abrindo seus limites, produzindo as regras de constituição de novos textos. A materialidade da NGB (uma nomenclatura) é diferente da materialidade de uma gramática ou de um dicionário, por exemplo, e isso é relevante na análise discursiva desse objeto.

As nomenclaturas gramaticais, como é o caso da NGB, são instrumentos bastante específicos em sua forma. Antes da NGB, havia aquela divisão de que falamos, entre obras de cunho gramatical mesmo – diferindo da gramática apenas pela forma alfabética - e dicionários gramaticais. Os dicionários, como os de Mattoso Câmara ou João Ribeiro, significam tomadas de posição do autor em relação aos nomes que organiza em seu corpo. Assim, a função autor aparece de modo mais claro, e filiada a uma teoria (ou a teorias) que a sustentam. O primeiro anteprojeto da NGB se insere nesse quadro. Os nomes vêm, como vimos, todos acompanhados de uma definição. A diferença é que aqui as filiações teóricas são bastante díspares, e só adquirem uniformidade por serem objeto de uma política estatal. Como no final do século XIX, em que as diferentes filiações teóricas ganhavam unidade pelo seu investimento na questão da língua nacional, a NGB só é uniforme no sentido de ser sustentada pelo Estado. A diferença desse tipo de objeto e uma gramática estaria no fato de não apresentar exemplos, parte essencial do discurso da gramática (Auroux, 1992:66). O

anteprojeto final da NGB, contudo, abandona todas as definições e deixa de aproximar-se dos dicionários gramaticais e das próprias gramáticas dicionarizadas.

Devido a isso, é razoável atribuir à NGB um estatuto diferenciado em relação a todas as obras anteriores. Se ela se filia ainda aos dicionários de J. A. Passos, Felisberto de Carvalho, Firmino Costa e Antenor Nascentes por não apresentar definições múltiplas, afasta-se deles por não apresentar definição nenhuma.

Um outro ponto em que ela se distancia também dessas obras é a estruturação hierárquica de cada categoria e de suas divisões. O que se pode depreender disso tudo é que as nomenclaturas são instrumentos inovadores em sua concepção e objetivos. Diferentemente das obras anteriores, a NGB precisa ser interpretada, definida, exemplificada, comentada... É apenas um esqueleto contendo aquilo de que deve tratar uma gramática.

Em seu aspecto discursivo, as nomenclaturas gramaticais funcionam como um *discurso sobre a metalíngua e regulam o papel da autoria* no discurso em segundo nível. Elas não são, como as gramáticas, um discurso sobre a língua. Elas, como instrumentos que explicitamos em 1b, são discursos sobre as gramáticas. Assim, o fato de elas operarem num segundo nível, condiciona o modo de apreensão das mesmas pelo discurso gramatical.

O que ocorre é que o discurso da NGB, após um período *interpretativo* que é negado – como mostramos mais acima – se torna, após esse período, a *memória* que permite às gramáticas fazerem sentido. São, portanto, espaços de remissão que permitem aos autores de gramáticas se afirmarem enquanto tais. Nesse sentido é que a NGB é um discurso fundador, no sentido de que *funda uma memória*, inaugurando um saber discursivo que passa a ser referência para que a terminologia faça sentido. Seu acontecimento, no entanto, por situar-se em um momento diferenciado da constituição do Estado brasileiro, dá-se numa configuração e numa forma diversas àquela em que se dão as obras anteriores.

No momento de formulação da NGB, “*la question de l’Etat étant déjà réglé avec l’indépendance et la République, la production des grammaires prend un autre sens et une autre forme au Xxème siècle*”⁶⁴. Assim, “*l’explicitation progressive de l’image de l’Etat s’accompagne de la caractérisation de la question linguistique comme une question*

⁶⁴ Orlandi (1998:3).

*scientifique*⁶⁵”. Temos, então, a constituição cada vez mais consolidada do Estado brasileiro e, em consequência, sua explicitação progressiva através de políticas (no caso, lingüísticas) que se fazem sob a égide do “científico”. É em resposta a esse movimento que a NGB opera, e é só sob tal configuração que ela poderia fazer sentido. Note-se que uma das “Normas preliminares de trabalho” da nomenclatura preceituava a “*exatidão científica do termo*”. O científico tomado aqui em seu sentido Positivista, é claro, pois há outras posições “científicas” como as de Mattoso Câmara que são deixadas de lado.

Um dos efeitos mais evidentes da NGB é que seu objetivo de padronizar a gramática brasileira foi atingido de forma bastante eficaz. Uma rápida olhadela pelas gramáticas posteriores a ela basta para que nos certifiquemos de que ela erigiu uma espécie de “modelo” de gramática seguido de forma bastante regular (três níveis de análise, dez partes do discurso etc.). É claro que as gramáticas não são todas iguais, mas o roteiro que a NGB sugere tem sido seguido predominantemente. Eduardo Carlos Pereira, por exemplo, cuja gramática teve o maior número de edições e leitores até a NGB, irá gradativamente desaparecer, na medida em que seu falecimento impede a adaptação de sua gramática à nova nomenclatura. Rocha Lima, ao contrário, lança logo em seguida à NGB uma gramática quase que inteiramente baseada nela e que é reeditada até hoje. O que esses fatos revelam é que a NGB impõe uma transformação no discurso gramatical. Os próprios títulos das gramáticas lançadas em seguida materializam esse acontecimento: as gramáticas *exemplificam, definem, interpretam e explicam* a NGB. O gramático passa a ser aquele que *comenta* a nomenclatura.

É aqui que entra o período interpretativo que mencionamos acima. Os termos serão explicados, comentados, interpretados. Isso se dá através da profusão de gramáticas que visam dar sentido à terminologia da NGB. São os *gestos de interpretação* que irão definir o sentido de cada termo. Como dito acima, as gramáticas publicadas no período imediatamente posterior à NGB já trazem em seu título uma pista da modificação da função-autor de gramáticas:

Pequena gramática para explicação da NGB. Adriano da Gama Kury.
1961.

⁶⁵ Idem, *ibidem*.

Gramática Metódica da Língua Portuguesa – de acordo com a NGB.

Napoleão Mendes de Almeida. 1960.

Moderna Gramática Portuguesa – com base na NGB. Evanildo Bechara.

1960.

Nomenclatura Gramatical Brasileira. Texto comentado por Antenor

Nascentes. 1959.

E seguem-se muitos títulos semelhantes... Que indicam os gestos de interpretação ocorrendo, limitando e definindo os nomes “vazios” que a nomenclatura propunha. Mais importantes ainda são os “concursos de interpretação” promovidos em seguida à implementação da NGB. Todos esses acontecimentos exemplificam bem os gestos de interpretação que fazem do texto da NGB algo muito maior que sua materialidade empírica. Às 29 páginas do texto oficial vão-se adicionando todos esses outros textos, que conferem sentidos a cada um dos “nomes”. Esses mecanismos, aliados à prática pedagógica do professor de português, são aquilo que Pêcheux (1983:57) chamou de “*enorme trabalho anônimo, fastidioso mas necessário, através do qual os aparelhos de poder de nossas sociedades geram a memória coletiva*”. E obtém sucesso: basta ver as gramáticas atuais, em que a referência à nomenclatura é quase que inexistente, embora ela seja seguida do início ao fim. Assim, a NGB é mais do que seu texto. A NGB é o resultado discursivo de todos esses gestos de interpretação que lhe atribuem um sentido.

A questão da terminologia das gramáticas, aliás, já era fruto de discussões muito antes da década de 50. Em 1921, Antenor Nascentes sugeria à Liga Pedagógica que uma comissão recolhesse em todas as gramáticas as diferentes denominações e, “*impressa a lista das denominações, será ela remetida a todos os professores de português dos quais a Liga tiver conhecimento, marcando-se um prazo de três meses para eles devolverem a lista, indicando as denominações que preferem e expondo as razões, caso o queiram*⁶⁶”. Antes disso, João Ribeiro já se irritava: “*Essa mania de arquitetar nomes técnicos na maior parte insignificantes, nasceu, ao que parece, do gênio francês e inglês que, assim, criou um vocabulário científico de grandes proporções*⁶⁷”.

⁶⁶ Nascentes (1946:109).

⁶⁷ APUD Nascentes (1946:11).

Mas, como vimos, houve modos diferentes de se posicionar frente ao problema. No caso da NGB, a redução de tudo a um problema de designação múltipla permite que se diga que ela irá uniformizar e simplificar. Feita essa uniformização e simplificação, basta aos gramáticos comentarem os nomes elegidos, esquecendo-se dos que ficam excluídos.

Assim, o momento interpretativo que se segue à NGB dá a esta um sentido, que basta ao gramático *repetir*. Se é verdade que o gramático “*ne peut plus que répéter*”⁶⁸, isso se dá no segundo momento após a NGB. No primeiro momento, ele não é o que repete, mas o que dá sentido. Depois, institucionalizado o sentido, a função do gramático deixa de ser a de interpretar ou comentar a nomenclatura, agora ele é aquele que repete o que está dito na NGB.

Isso não significa, entretanto, que não haja possibilidade de deslizamento de sentidos. Pelo contrário, as gramáticas atuais mostram que vinga “*em outros lugares o que não ‘vinga’ em um lugar determinado. O sentido não pára, ele muda de caminho*”⁶⁹. A autoria no discurso gramatical muda completamente após a NGB, mas isso não se faz de uma vez por todas nem perfeitamente. É evidente que recusas, restrições ou negações à NGB acontecem, mas seguem o princípio do comentário exposto por Foucault: são notas de rodapé, quadros no canto da página, apêndices; tudo que a NGB não prevê só pode aparecer de forma marginal, e contanto que a própria NGB, enquanto texto, seja realizada primordialmente. Mais além, o que ocorre no segundo momento é que o enunciador é apagado. A NGB passa a ser a “Gramática”, e não o projeto de uma comissão⁷⁰, seguidamente interpretado. O apagamento das referências à NGB nas gramáticas mais distantes de 1959 evidenciam esse processo, pelo qual um objeto histórico se torna a-histórico. Tudo se torna evidência: o que é um “adjetivo”, que falamos a “língua portuguesa”, etc. Por ser um discurso sobre a metalíngua, a NGB regula a autoria fixando certos sentidos. Os “discursos sobre” são as instâncias fundamentais de institucionalização dos sentidos. É através desse tipo de discurso que a memória discursiva é organizada, disciplinada e reduzida (Orlandi, 1990).

⁶⁸ Orlandi (1998b:4).

⁶⁹ Orlandi (1993:13).

⁷⁰ Dessa comissão faziam parte: Antenor Nascentes, Clóvis do Rego Monteiro, Cândido Jucá (Filho), Carlos Henrique da Rocha Lima e Celso Ferreira da Cunha, assessorados na redação final por Serafim Pereira da Silva Neto, Antônio José Chediak e Sílvio Edmundo Elia.

Embora após a NGB os lugares reservados à Lingüística e à Gramática adquiram nitidez e maior espessura em suas fronteiras, esse momento imediatamente posterior à publicação da nomenclatura ainda mostra uma certa absorção do discurso da Lingüística pelo discurso da Gramática. Que tal fato não tenha permanecido historicamente pode-se explicar certamente pela resistência de Mattoso Câmara a essa absorção, e que indica a relação entre falar do lugar do Estado e falar de fora dele. Nessa relação é que se pode pensar em uma gramática diferente daquela que a NGB impôs há três décadas.

4.4. NOTAS FINAIS SOBRE A NGB

Dentro dos limites que conferimos a nosso trabalho, podemos fazer algumas afirmações em relação à análise que desenvolvemos. A primeira, e sem dúvida a mais importante, é que a NGB institui no campo do saber sobre a língua, uma modificação fundamental no modo em que o gramático pode afirmar-se enquanto autor. Ela fixa, de modo determinante, a normatividade enquanto padrão de ensino, e por isso mesmo divorcia-se da Lingüística que começava a caminhar naquele tempo. Há também que se considerar que a NGB começa muito antes da própria NGB, isto é, a questão da terminologia gramatical surge com a própria questão das gramáticas brasileiras no século XIX, sendo a NGB o ponto culminante do desenvolvimento de uma questão em que estavam em jogo o ensino, a língua nacional, a escrita.

A NGB é parte de um processo que, a rigor, não está nem nunca estará terminado. No século XIX, os autores de gramática não só exigem uma gramática brasileira, mas começam a se organizar em torno de uma terminologia brasileira que sustente esta gramática. Conforme tentamos demonstrar, os trabalhos publicados previamente à NGB fizeram isso de modo distinto e variado. A distinção que estabelecemos anteriormente entre trabalhos que funcionavam como gramáticas dicionarizadas e outros que funcionavam como discursos sobre as gramáticas mostra que houve um desenvolvimento do problema no sentido de se criarem obras que, não sendo gramáticas, sobre elas incidissem e controlassem seu funcionamento. Para nós, em toda essa progressão, há dois momentos extremamente importantes e que revelam uma orientação diferente na resolução do problema: o lançamento dos dicionários de Antenor Nascentes e Mattoso Câmara Jr. Nos

dois casos, temos o fim das gramáticas dicionarizadas, dando lugar a obras que, como a NGB, são discursos-sobre as gramáticas. Também nos dois casos, temos a presença marcada do discurso positivista. Porém, não se trata do mesmo Positivismo... Em Nascentes, é claro o Positivismo dos nomes demais para a mesma coisa. Em Mattoso Câmara, o Positivismo dos “fatos” que podem ser “interpretados” de múltiplos modos...

A construção desses artefatos mostra a diferença que havia em relação ao século XIX no tocante à questão gramatical. No século passado, a busca de uma identidade nacional pela autoria de gramáticas; depois, a busca de controle sobre essas gramáticas na forma de discursos que visavam a controlar o saber do gramático e dar-lhe unidade. Até que se chega à NGB, em que este controle é feito de forma oficial, pelo Estado. Neste ponto cabe a distinção entre a *uniformidade* e a *unidade*. O que nossa análise nos ressaltou é que, com a entrada do Estado de forma explícita nesse processo, a questão deixa de ser a de dar *unidade* ao discurso das gramáticas, passando a ser a de lhe dar *uniformidade*. Para nós, obras como as de Mattoso Câmara ou a de João Ribeiro trabalham no sentido da unidade, pois seu discurso está perpassado por discursos outros, mesmo opostos, numa tentativa de, em meio à multiplicidade de pontos de vista, construir um lugar de tomada de posição. Em Antenor Nascentes e na NGB, o que é há é justamente o apagamento das múltiplas formas de o sujeito se colocar como autor de gramáticas. Esse apagamento funciona de modo a estabelecer não a multiplicidade de posições, mas o fato de que há, *para a mesma coisa, nomes demais*. A questão toda se reduz a uma uniformização do discurso da gramática. As diferenças se apagam, como se nunca tivessem existido, dando lugar à questão de se eleger o nome mais simples, mais claro, mais exato, mais científico.

Mas o que se apaga resiste, o que demonstra que a história é feita mesmo desses retornos, dessas vozes que falam mesmo quando se as quer calar. Logo após a NGB, como mostramos, os concursos de interpretação, as palestras, os seminários sobre a NGB demonstram que foi preciso todo um trabalho interpretativo e regulador para que se fixassem os sentidos dos nomes que a NGB impunha aos gramáticos. Era preciso indicar quais nomes caíam, por quais eram substituídos, o que significavam. Se o sentido estivesse pronto, a NGB seria realmente somente o texto que se apresenta a nós como sua unidade empírica. Ela é mais que isso porque se compõe de tudo o que se falou a respeito dela, e que de fato era mais a própria NGB falando. Esse movimento interpretativo indicava

tomadas de posição do sujeito frente ao já-dito, ao interdiscurso, e que construía ao mesmo tempo o efeito de literalidade de cada nome.

Em aparência, era um excesso. Por que se falar tanto e tanto na NGB? Porém, essa aparência esconde que não se falava na NGB, era a própria NGB que falava através das posições que os gramáticos assumiam frente àqueles nomes. Todo esse aparente excesso revelava de fato a falta, no estatuto oficial, dos mecanismos que controlariam e organizariam a NGB. Depois, como também procuramos mostrar, esse trabalho foi “esquecido”. A NGB passa a fazer sentido por ter sido saturada. Tem-se realmente a impressão de que havia mesmo nomes demais, já que os que restavam bastavam para dar forma ao discurso da gramática.

Esse mecanismo de saturação da NGB foi feito pelas paráfrases que iam se estabelecendo entre aqueles nomes e suas definições. O que é Gramática? É aquilo que Saussure chama de Linguística Sincrônica. Isso que pode nos parecer uma incongruência atualmente confirma que nas paráfrases não contam especificamente as formas linguísticas em si, mas seu valor enquanto discurso, as posições que os sujeitos assumem em relação a elas. Diante do elenco de nomes que a NGB apresentava, os gramáticos tomavam sua posição, recortavam em meio ao já-dito o sentido que se procurava estabelecer. No final das contas, apaga-se esse enorme trabalho em que os gestos de interpretação davam direção ao discurso da NGB, e institui-se o efeito de que, na própria NGB enquanto texto, empiricamente falando, já está tudo: os nomes e seus sentidos.

Ao lado disso, o dicionário de Mattoso Câmara, a nosso ver, funciona como contraponto. Ele se desenvolve, muda de título, abriga novos conceitos, entrega-se ao jogo da história ao mesmo tempo em que tenta resistir a ela. Essa é sua tentativa de unidade. Desenvolver-se, expor-se à historicidade, e tentar ainda assim permanecer o mesmo. A NGB, por sua vez, busca a uniformidade: apaga a história. Por isso ela permanece até hoje a mesma, sem ter mudado de nome ou ter incluído novos conceitos. Ela procura resistir à história, pois o que há são nomes que definem coisas que nunca mudam. Não é preciso, portanto, mudarem-se os nomes.

O período interpretativo que se seguiu à NGB e as gramáticas atuais, entanto, mostram que o que é silenciado procura falar de novo. Se a NGB não muda, as gramáticas apresentam pequenas mudanças, quadros laterais e notas de rodapé que cuidam de,

dialeticamente, trazer para a nomenclatura a historicidade ao mesmo tempo em que buscam controlar esse aparecimento. Nessas falhas abrem-se espaços para o sujeito se articular e constituir novas posições de autoria.

Nunes (1996:17) fala do sujeito que se via diante do Brasil do descobrimento: “*um momento em que as palavras faltam, o mundo está meio sem nomes (...)*”. Na NGB, como vimos, os nomes já são demasiados. É preciso então escolher apenas alguns e defini-los, interpretá-los, comentá-los, exemplificá-los. E a NGB o fez, embora reduzindo nossa história à construção de uma fauna exuberante de nomes que se excedem em relação às coisas.

5. A ANÁLISE

Somente a psicose encontra as palavras em seu estado bruto, em seu puro *nonsense*. Para nós, resta sempre, diante de qualquer objeto significativo, interpretar, isto é, atribuir sentido, ordenar, inseri-lo numa memória, resguardá-lo do perigo de sua própria mudez. Por outro lado, a interpretação também não é livre; ao contrário, as palavras vêm encharcadas de história e não há face neutra. Toda sociedade é pródiga em criar formas – sociais de controle de interpretação, dizendo quem, quando e como se deve interpretar. Isso significa que as palavras são *discursos*, no sentido de que produzem efeitos de sentido, bem entendido, escondem por trás da aparente fixidez significativa – significado todo um jogo de sobre-determinação simbólica e histórica.

Dizer ou não dizer uma palavra, assim, não é uma questão insignificante. Interpretá-la como *x* ou como *y*, muito menos. O ato de interpretar nos abre a possibilidade de atribuir sentido – *na história*, isto é, de uma dada maneira, numa dada conjuntura; ao mesmo tempo, impede-nos de sermos “livres”, de interpretar como “queremos”. Dizer *x* ou *y* por sua vez também envolve os riscos de assumir uma história – mesmo que para modificá-la. Portanto, o ato de dizer e o ato de interpretar são o mesmo, pois ambos são *gestos de interpretação* do sujeito frente à História que o determina. É por isso que os mecanismos de poder que regem toda sua sociedade e que se bifurcam desde o centro estatal nas *micropráticas* de que fala Foucault são pródigos em nunca deixar as palavras “soltas”, à deriva. “On a gagné” dito hoje... e segue-se todo um movimento de dar sentido a esse enunciado, a essas palavras, enfim, abre-se a questão do sentido ao(do) dizer.

Como diria Orlandi (1995), há várias formas de se proibir uma palavra. Além da interdição própria do simbólico, que o impede de se estender como uma malha que cobriria todo o Real, o que se pode chamar com a autora de *silêncio fundador*, há também o *silêncio local*, a censura, o impedimento de dizer. Aqueles habituados a ver na linguagem o cerne do político sabem que não se trata apenas de uma questão de palavras. Trata-se de impedir certas histórias de acontecer, certos discursos de fazerem sentido.

No entanto, não se deve, em vista dessa compreensão, fantasiar sobre um mundo onde tudo poderia ser dito. Dizer é, sempre, mostrar que outra coisa poderia ser dita, ao mesmo tempo em que, ao não dizê-la, a conduzimos ao silêncio. Esse funcionamento, como a autora citada acima bem soube demonstrar, pode ser fruto do próprio ato de se falar, mas

também pode ser a forma menos nobre do confronto: a censura explícita, quando as palavras são postas em silêncio autoritariamente.

A meu ver, Mattoso Câmara se insere nesse funcionamento do silêncio, indicando que ser condenado ao silêncio não significa calar. Para citar mais uma vez Orlandi (idem), *o silêncio não fala, mas significa*.

Diante de contar a História de um discurso, pois é nisso que a AD se diferencia de qualquer outra perspectiva “interdisciplinar” (seu contar a História parte de um objeto definido), o que faz o analista de discurso? Como descrever aquilo que está cristalizado de uma determinada maneira (por exemplo: Mattoso é o pai da Lingüística, isso ocorreu de tal modo, em tal época) sem cair no mero relato daquilo que se construiu como evidência?

Relatar as evidências, é claro, é um mecanismo ideológico amparado numa fantasia: a fantasia de que, por trás da linguagem, por trás de tudo que se diz e que ouve, há uma história ansiosa por ser contada, angustiada em estar escondida pela linguagem que usamos para falar dela, louca para se mostrar em seu real. É justamente essa fantasia que serve de esteio para a proposta de trabalho que citamos no início desse relatório. Se a proposta de Koerner é *“guiada mais pela inclinação de deixar os fatos falarem por si mesmos (tanto quanto eles podem ser reconstruídos) do que pela tendência de oferecer especulações tentadoras”* é porque ela baseia sua ideologia na fantasia da “reconstrução” de um passado para além das vozes dissonantes que falaram nele, que falam dele. Segue-se então a busca incessante de documentos, manuscritos, ensaios, artigos, de tudo que foi dito, da “massa documental” que, uma vez “lida”, pode ser colocada de lado para que a História possa ser vista em sua magnitude. De como se ler essa massa, de como se interpretar esses discursos, nenhuma palavra. Já há palavras demais, muitas “especulações tentadoras” que impedem os fatos de “falarem por si mesmos”...

Intervir nesse campo, quero dizer, contar também essa História, assumindo os limites e possibilidades da AD, é, nunca é demais dizer, falar de outro lugar. Um lugar que considera a linguagem e a história em seu funcionamento conjunto. Daí que a perspectiva do analista de discurso não é a daquele que deixa os fatos “falarem por si mesmos”, mas sim uma postura que procura descrever o funcionamento da linguagem nessa construção de fatos que falam por si mesmos, que procura explicitar o mecanismo discursivo que faz com que nos pareça que os fatos estejam sempre claros, evidentes, desde que não se fale muito

deles... As especulações tentadoras para nós, por sua vez, também são válidas como análise, pois são discursos que procuram ordenar acontecimentos discursivos numa memória, abrigá-los no interdiscurso.

O que tentei nessa primeira análise, por conseguinte, foi justamente ver o que é que os fatos “falam” de si mesmos na História da Lingüística brasileira e mostrar, para além dessa aparente evidência, a aventura humana de dar sentido ao *nonsense*.

Nesse sentido, vejamos a questão dos dicionários e nomenclaturas gramaticais tal como ela se deu no Brasil na década de 50 e 60 – pois, trata-se, fundamentalmente, de uma questão de palavras demais...

5.1. O DICIONÁRIO DE MATTOSO CÂMARA

São muitas as obras que tratam da questão terminológica no Brasil. Essa discussão pode ser localizada aqui e ali, em trechos de gramáticas, em pequenos parágrafos de artigos, enfim, quase sempre faz parte, de forma maior ou menor, explícita ou implícita, das principais obras sobre a linguagem publicadas no Brasil na primeira metade de nosso século. Seguindo esse recorte, as obras publicadas no Brasil concernentes ao problema da uniformização da terminologia a ser usada nos estudos lingüísticos podem ser periodizadas da seguinte maneira:

DICCIONARIO GRAMMATICAL PORTUGUEZ, J. A. PASSOS (1865)
DICCIONARIO GRAMMATICAL, FELISBERTO CARVALHO (1886)
DICCIONARIO GRAMMATICAL, JOÃO RIBEIRO (1889)
LEXICO GRAMMATICAL, FIRMINO COSTA (1934)
LÉXICO DE NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA, ANTENOR NASCENTES (1946)

Caracterizei as obras acima segundo dois modos de funcionamento discursivo em relação às gramáticas:

- dicionários e léxicos gramaticais que funcionam como discursos-sobre⁷¹ a língua, sendo portanto reguladores de sentido em primeiro nível, discursivamente muito semelhantes às gramáticas – com exceção da estrutura em ordem alfabética que lhes confere outra materialidade. Enquadram-se nesse espaço as obras de J. A. Passos, Felisberto de Carvalho e Firmino Costa;
- dicionários e léxicos gramaticais que funcionam como discursos-sobre discursos sobre a língua, regulando os sentidos em segundo nível, na medida em que seu funcionamento não incide diretamente sobre os sentidos da língua nacional e seu sujeito, mas sobre as gramáticas, e estas sobre tais sentidos. Assim, a institucionalização de sentidos que tais trabalhos fazem funcionar se dão num nível que sobredetermina a gramática. Aqui, colocaríamos os dicionários de João Ribeiro e Antenor Nascentes.

Como se vê, a divisão proposta acima pode ser resumida em gramáticas dicionarizadas e dicionários gramaticais. No caso da obra de Mattoso Câmara Jr., a questão se complica um pouco mais, já que seu dicionário não investe diretamente sobre a questão da terminologia como ela se colocava, mas, pelo contrário, procura abrir outros espaços de discussão com relação a esse problema.

Publicado pela primeira vez em 1956, com o título de *Dicionário de fatos gramaticais*, a obra faz frente a essa discussão sobre a terminologia colocando-se fora dela. Ciente das discussões iniciais sobre a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), e recusando-se a participar de uma iniciativa no sentido da que se deu na nomenclatura, Mattoso explicitamente coloca:

“Este Dicionário não versa a Nomenclatura Gramatical como orientação para o emprego dos termos técnicos, à maneira das bens conhecidas obras de J. Marouzeau em francês, de Lázaro Carreter em espanhol, de A. Nascentes em português. Em vez de tal objetivo – evidentemente utilíssimo mas já assim bastante ventilado – teve-se o de dar, em ordem alfabética, para consultas ocorrentes, as noções gramaticais, como base para a compreensão estrutural, funcional e histórica da língua portuguesa. Não se visou ao problema terminológico, senão a uma divulgação de conhecimentos doutrinários. O

⁷¹ Cf. nota 3.

modelo distante foi o Dicionário Gramatical de João Ribeiro, que tantos serviços prestou ao estudo do seu tempo.”

Havíamos colocado, num primeiro momento, a obra de Mattoso sob a segunda rubrica, o que não é todo incorreto. No entanto, julgamos agora que seria melhor lhe dar um estatuto diferenciado, pois, embora a obra funcione como um discurso-sobre, ela já não visa ao problema terminológico – antes, afasta-se dela. Afasta-se introduzindo a questão da doutrina, isto é, da ciência. E é por isso que se aproxima de João Ribeiro, na medida em que este, mesmo que ainda preso à questão do ensino da língua, já introduzia um novo elemento: a gramática histórica e, com ela, a questão do valor científico do estudo sobre a linguagem. Veja-se o que diz João Ribeiro:

“Systematizei opiniões diversas, expuz as que eram divergentes, ou contradictorias, ressaltando o meu juízo pessoal, que frequentes vezes não é o mesmo das autoridades que invoquei”.

Se na NGB faltava justamente a autoria da Ciência, e não do Estado, não será nela que Mattoso irá buscar seu solo. Guimarães (1996:132) diz sobre a nomenclatura: *“se reduz a ser uma organização terminológica sem teoria que a sustente adequadamente”*. E Câmara Jr. é mais incisivo (1975:216): *“não há aí [na NGB] qualquer doutrina gramatical coerente. O erro fundamental foi, mesmo, o de se querer com isso regularizar e simplificar a nomenclatura, sem intenção de firmar qualquer doutrina. Ora, a terminologia está visceralmente dependente de uma teoria e sem esta não tem real utilidade. A consequência é que o estatuto, oficialmente estabelecido, funciona como um empecilho, que cerceia e desorienta os esforços para uma teoria satisfatória em gramática descritiva”*.

Assim, seu discurso só poderia encontrar um lugar de memória em João Ribeiro. Nos dois casos, o que está em jogo não é uma adequação palavra-coisa, como no caso da NGB⁷². O que se configura aí é o lugar de um discurso possível em meio aos discursos existentes. Em resumo, trata-se da construção de uma nova autoria, e, por isso, da constituição de um discurso fundador. E que lugar de autoria é esse que está sendo construído?

⁷² Em minha dissertação, procurei demonstrar que todo o projeto da NGB (e também de trabalho anteriores cuja orientação ela seguia) estava baseado numa adequação dos termos às coisas que eles descreviam. É claro que em João Ribeiro há também algo desse tipo – entretanto, não se trata, de nenhum modo, de buscar o melhor nome para a coisa designada. Nesse autor, o problema da teoria suplanta essa abordagem.

“Este dicionário cogitou da ciência da linguagem no sentido de que os fatos da língua portuguesa foram encarados objetivamente, na sua realidade, e não para fins normativos de correção gramatical”

Isto é, contrapondo-se ao predomínio da filologia ou da gramática normativa, ambos comprometidos com uma visão do fenômeno lingüístico ligada à questão do valor, Mattoso filia-se à objetividade e ao fato. E fato, para ele, vem a ser o quê, já que é em torno dessa noção que está concentrado o esforço de seu dicionário e seu afastamento da normatividade enquanto princípio? Fato, para Mattoso Câmara, pode ser conceituado de 5 maneiras: a) em primeiro lugar, fatos são as formas da língua; b) o agrupamento dessas formas, sua classificação segundo este ou aquele critério são também fatos; c) são fatos *“processos de que se serve a língua portuguesa para estruturar sua formas e funcionar na comunicação”*; d) noções que fazem parte da gramática portuguesa, como número, tempo, etc., são considerado como fatos também; e, finalmente, e) a própria língua enquanto realidade social são fatos. Desses “fatos”, Mattoso irá dizer que não irão fazer parte de seu dicionário apenas o primeiro, na medida em que figuram em qualquer dicionário geral e tornariam o dicionário amplo e volumoso demais para sua proposta, isto é, divulgar uma doutrina.

Em seguida, o autor irá dizer que o caracteriza uma língua é a quantidade e a qualidade dos fatos que comporta. Desse modo, o português não possui todos os fatos de que poderia se servir, mas, mesmo assim, ele irá introduzir em sua obra fatos que não são propriamente fatos da língua portuguesa, considerando que há fatos inexistentes em português que, no entanto, são fundamentais para que se possa compreendê-la. Como exemplo, traz a noção de caso latina, essencial para se compreender a persistência formal do acusativo. Além disso, fatos como o feminino e masculino só podem ser compreendidos se situados numa escala mais ampla. Assim, persiste a questão da compreensão da língua portuguesa:

“em outros termos, um fato gramatical figurou tanto por existir direta como indiretamente em português”

Quanto ao formato, Mattoso irá salientar que um dicionário, por sua natureza, é fragmentário, enquanto que a língua é uma unidade intrínseca. Este problema é solucionado pela remissão dos verbetes uns aos outros e pela exposição, em cada entrada, de fatos correlatos.

Outro ponto problemático levantado pelo autor é a relação entre o seu ponto de vista e pontos diversos existentes. Considerando que um dicionário não pode ser, como uma tese, uma tomada de posição doutrinária, mas evitando, por outro lado, a abdicação de princípios, o autor procura chegar a uma “*redação essencialmente expositiva, que não quer sugerir o consulente*”. Em relação à escolha dos nomes que devem figurar do dicionário, adota-se “*uma nomenclatura determinada e de acordo com certas convicções*”. Para não se fechar numa nomenclatura, há a apresentação de nomenclaturas opostas existentes, paralelas as que foram escolhidas. Excluíram-se, no entanto, “*termos que a rigor não vingaram no uso didático e que se conservam como simples idiosincrasia de dado gramático ou professor*” ou denominações novas, a não ser como sugestões.

É esta a apresentação do dicionário de Mattoso Câmara em sua primeira edição. Em sua segunda edição (1963), o título é alterado para “Dicionário de Filologia e Gramática”. Dada, segundo Mattoso, a insistência de se ver em sua obra um Léxico de Nomenclatura (filiá-la ao discurso da NGB, portanto), tanto o título quanto a própria estrutura do dicionário foram alterados. Dessa maneira, a mudança de título procura refletir essa alteração, como também “*evitar o que no título antigo poderia sugerir profissão de fé no empirismo*”, que, diz Mattoso, “*rejeito e sempre rejeitei*”. É importante ressaltar aqui que a segunda edição é publicada já com a NGB em pleno vigor. Com a nomenclatura funcionando no uso didático, não é superficial reparar a insistência de Mattoso em separar-se dela.

Na terceira edição (1968), há a correção de erros tipográficos e de “*certos detalhes de redação e doutrina*”. Desta até a sexta edição não haverá alteração e a sétima edição, de que trataremos a seguir, é publicada após o falecimento de Mattoso Câmara Jr.

Na sétima edição (1977), o título do dicionário é alterado novamente. Desta vez, o dicionário será publicado sob o título de “Dicionário de Lingüística e Gramática”. Há acréscimo de alguns verbetes, a inclusão de uma bibliografia suplementar, um índice de universidades com pós-graduação em Lingüística e de organizações de Lingüística.

O que pensar, sob o ponto de vista da Análise do Discurso, da produção desse dicionário, de sua intervenção no universo discursivo brasileiro, isto é, de sua colocação entre a memória que o sustenta e a memória que ele mesmo cria nessa relação? Ademais, o que pensar da relação de autoria que está aí se estabelecendo em oposição a uma outra, já

constituída e, portanto, sem necessidade de um discurso que a funde, mas apenas de um discurso que a regularize e organize, como é o caso da NGB?

Penso que há aí várias questões a explorar. Uma delas, certamente, é a noção de fato que sustenta o corpo do dicionário mesmo e lhe dá uniformidade. É sobre essa discursividade que pretendo falar aqui. Porém, muitas outras questões poderiam ser levantadas, tão relevantes quanto essa. O que significa, se pensamos a relação entre o interdiscurso e os gestos de interpretação que se dão acontecimento enunciativo, as mudanças de título do dicionário? Não estaria claramente o jogo do discurso fundador? Isso para não mencionar a estrutura mesmo do dicionário, só comparável a do dicionário de João Ribeiro – e não é por coincidência que apenas os dois trazem o verbete “Linguística” – , cujo enciclopedismo o coloca à parte de todas as obras que o precederam e surgiram depois dele. Em suma, o dicionário de Mattoso Câmara pode seguramente ser considerado um acontecimento discursivo, no sentido de que ele altera as relações de contradição-subordinação-desigualdade do interdiscurso. Ao mesmo tempo em que extrai dele seu sentido, é por ele determinado. Do contrário, a obra de Mattoso seria apenas um *nonsense* a mais no campo dos textos que não fazem sentido porque sua hora ainda não chegou ou já está passada definitivamente. E, não estaria sua saída do *nonsense* justamente na contradição de seus enunciados que ora falam do lugar do lingüista, ora do lugar do gramático, ora do lugar do filólogo? Não seria essa diluição de um lugar enunciativo precisamente o ponto de estabilização que sustenta a constituição fundadora de uma autoria?

Sua identificação com Ribeiro como “modelo distante” exemplifica bem uma divisão desse tipo de dicionários em duas tradições distintas: a “pedagógica” e a “científica”. Naquela, a estabilização de designações que regulam a autoria do gramático e do professor, dando-lhes força pela própria retirada de sua autonomia e falta de uniformidade. Nesta, a construção de uma autoria distinta, que também regularia a posição dos encarregados de ensinar a língua, mas atribuindo-lhes um lugar subordinada à “*Scientia*”. É, assim, pela via do cientificismo que Mattoso escapa da gramática.

Sejamos, no entanto, menos ambiciosos e tratemos da questão do “fato” que sustenta toda a argumentação de Mattoso. Na perspectiva da AD, a argumentação não é vista como a atividade consciente de um sujeito falante que, na tessitura do texto, escolhe

seus argumentos com vistas a convencer seu interlocutor. Consideramos o discurso uma textualização do político (Courtine, 1986, apud Orlandi, 1998). Essa textualização do político é apreensível pela análise dos gestos de interpretação inscritos no texto. É por esses gestos que o sujeito se filia a um lugar e não a outro, sendo que o sujeito é ele mesmo essa filiação, isto é, uma posição “*que corresponde mas não equivale à simples presença física dos organismos humanos (empirismo) ou aos lugares objetivos da estrutura social (sociologismo). São lugares ‘representados’ no discurso, isto é, estes lugares estão presentes mas transformados nos processos discursivos*”⁷³. Essa transformação, por sua vez, se dá pelas regras de projeção presentes em toda sociedade que relacionam a situação objetiva e a posição discursiva. Formações imaginárias determinadas pelo interdiscurso pelas quais os sujeitos se atribuem lugares, constituindo as condições de produção do discurso. Isso equivale a dizer que a formulação (intradiscurso) está determinada pela constituição (interdiscurso)⁷⁴.

Isso posto, não há como se falar então de um sujeito orador que escolhe seus argumentos, sua estratégia argumentativa, uma vez que estes elementos já estão determinados pela posição que o sujeito ocupa. O Real, determinação histórica objetiva e exterior, determina a Realidade, relação imaginária do sujeito com tal determinação. Nesse sentido, se ainda é possível falar de uma intenção do sujeito quanto à argumentação, só se pode pensá-la enquanto já antes determinada pela posição que ele ocupa no jogo das formações discursivas.

Dessa maneira, não vemos aqui como a “pessoa” Mattoso Câmara, com suas “intenções” pragmáticas, sua “habilidade argumentativa”, procura “convencer” seus leitores. Ao contrário, buscaremos aqui determinar a posição a partir da qual Mattoso fala, isto é, sua posição de sujeito, posição esta que determina sua argumentação e que lhe confere um lugar ao mesmo tempo em que cria o “outro”, ou seja, aquele lugar reconhecido como oposição.

Como vimos, Mattoso inicia seu texto negando sua filiação às obras sobre terminologia anteriores: “*Este Dicionário não versa a Nomenclatura Gramatical como orientação para o emprego dos termos técnicos (...)*”. Seu único modelo dentre a tradição

⁷³ Orlandi, 1998a.

⁷⁴ Idem, ibidem.

brasileira é João Ribeiro: “*O modelo distante foi o Dicionário Gramatical de João Ribeiro (...)*”. E, não por acaso, em Ribeiro também está presente a noção de fato no conceito de Gramática: “*a sciencia que tem por objecto os factos da linguagem*”. Para este autor, o fato por excelência nada mais é que a generalização e sistematização do que é observável na língua, isto é, a constituição de regras. Todavia, essa noção de fato está ainda presa à normatividade: “*conforme o uso ou praxe deduzida da autoridade dos doutos e dos escriptores classicos*”. Há, porém, um deslizamento, porque há aí a subordinação das regras ao que se observa no uso. É, por conseguinte, uma normatividade que se assenta na observação dos fatos, e, daí, a regra – e não na primazia da regra sobre os fatos.

Percebe-se que conseqüências isto tem para Mattoso. É este o único lugar disponível de filiação. Ou, então, filiar-se ao normativismo e à noção de que é preciso dar nomes às coisas. O lugar de que fala Mattoso está, conseqüentemente, determinado pelos limites do já formulado. A saída encontrada é filiar-se à noção de fato, mas deslocando-a. Isso será feito pela subordinação do normativismo à observação: “*Mas a arte normativa tem de partir (...) da compreensão do que é a linguagem e da do funcionamento espontâneo da língua a cujo bom emprego se pretende chegar*”. Em Ribeiro, teríamos:

Fato: Uso da língua pelos “doutos”

→ *Sistematização e generalização desse Fato* → *Regras*

Em Mattoso, podemos dizer que o deslocamento se dá da seguinte maneira:

Fato: A língua

→ *Compreensão do Fato* → *Regras*

Vê-se aí um deslocamento tanto da noção de fato como da noção de regra pelo termo intermediário que se coloca em Mattoso e que o distancia do empirismo de Ribeiro. Hierarquicamente superior às regras está a compreensão do fato, equivalendo à tarefa da Ciência da Linguagem. Por fim, e determinado por esta, estão as regras. Pode-se dizer então que Mattoso subordina a Gramática à Lingüística. Resta entender qual a noção de fato que sustenta esse deslizamento.

Ora, recenseados novamente os “fatos” explicados por Mattoso não se chega à conclusão de que estão todos estes contidos no último, ou seja, a própria língua é um fato? Estamos nesse caso diante de uma afirmação que dá à língua uma existência própria, autônoma, o “*funcionamento espontâneo da língua*”. Assim, a língua pode ser colocada fora do sujeito, funcionando numa relação de si para si, isto é, internamente, e, em consequência, passível de sofrer uma “*observação interpretativa*” que chega a uma “*interpretação desinteressada*”.

Voltemos um pouco na história e retomemos a afirmação de Saussure em seu Curso de Lingüística Geral: “*A Lingüística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma*”. Não é preciso repetir a velha história de que nesse gesto Saussure retirou da língua qualquer exterioridade e, assim, pôde constituí-la enquanto objeto de uma Ciência, a Lingüística (o tão falado *corte* saussureano). O importante é ver como essa fala não chega tal como está no Brasil, é preciso uma longa preparação e sua inserção numa história própria na qual ela se insere. Penso que é possível e coerente dizer que a argumentação de Mattoso pode ser resumida nessa afirmação de Saussure. Mas, por outro lado, ela não aparece em nenhum momento⁷⁵. Sua presença no texto está indicada por sua ausência mesma, pelo fato que, para fazer sentido, ela teve que se constituir no território brasileiro, fato que lhe determina o modo de aparecimento.

Portanto, para que o discurso de Saussure fizesse sentido, foi preciso que ele se historicizasse no Brasil. Vale a pena aqui, mais uma vez, retomar Mattoso Câmara ao falar da diferença entre o português do Brasil e o de Portugal. Para ele, o problema era, fundamentalmente, o fato de que a língua estava em dois territórios diferentes. Ora, passa-se o mesmo com o discurso saussureano; ele teve de se colocar na história brasileira e, para isso, foi preciso um trabalho de deslocamento e filiação aos discursos disponíveis em que a noção de fato desempenhava um papel importante e singular. Não há nisso nenhuma concepção de um sujeito consciente que deliberadamente tornava o discurso de Saussure palatável: com mais propriedade, devemos falar de uma autoria sendo construída nos

⁷⁵ Essa minha conclusão possivelmente deixaria Koerner indignado, já que ele não enxerga como se pode ver Chomsky em Port-Royal (ver mais acima). Aparentemente, só somos influenciados pelos textos que lemos, e, como os gramáticos de Port-Royal não tiveram a oportunidade de ler Chomsky... Basta estender seu argumento: Mattoso só é saussureano quando cita Saussure ou quando se vê claramente este “transposto” naquele. Uma maneira interessante de negar a existência do interdiscurso e de tornar inexplicável o funcionamento da memória.

interstícios das posições existentes e retirando delas a possibilidade de fazer sentido. Fazer história.

É desse modo que se pode ver com clareza o lugar de “habitante da contradição” que conferimos a Mattoso. Um filólogo-lingüista-professor-pioneiro-gramático na *terra da gramática* que, em sua construção enquanto autor passa a ser simplesmente *um lingüista na terra da gramática*. E que, como aquele genebrino que invocava tanto, *ficou sozinho com seus problemas...* E que, também como ele, mas *numa história diferente* (em outra ordem discursiva, em outra memória), sofreu o infortúnio e o gozo de todo criador (de todo autor): “*uma certa exigência, escondida, permanente, que o sustenta e o devora, que lhe guia os pensamentos, lhe designa a sua tarefa, estimula-o nas suas fraquezas e não lhe dá trégua quando tenta escapar-lhe*” (Benveniste, 1966:35).

Não há melhor definição do lugar mattosiano: um corpo que sofre e sente o destino de (trans)portar um discurso e fazê-lo ter sentido numa história que, ao mesmo tempo em que lhe prevê o lugar, resiste à sua aparição. Só lhe restou, a seu modo, seguir essa exigência escondida e permanente que vinha de fora dele, mas que, paradoxalmente, o constituía.

5.1.1. LENDO A LEITURA DE MATTOSO

O risco mais provável, e também menos evidente, é o de se ler a leitura que Mattoso Câmara faz dos estudos da linguagem no Brasil segundo sua própria perspectiva, isto é, segundo um desenvolvimento linear e progressivo rumo à cientificidade. Nesse caso, a paráfrase do discurso mattosiano é o máximo que se pode alcançar.

Ora, se temos em vista uma análise do discurso de Mattoso, é preciso precaver-se contra estes percalços metodológicos: trata-se de situar-se no dispositivo teórico da interpretação, ou seja, interpretar o dizer de Mattoso segundo uma teoria que sustenta essa interpretação e que faz com que ela alcance um real, o real do processo sócio-histórico de significação, numa palavra: o discurso.

Sob esse prisma, a primeira coisa a se perguntar é o lugar de onde Mattoso fala, a posição por ele sustentada. Os principais textos em que ele trata da questão de organizar cronológica e teoricamente a história dos estudos da linguagem no Brasil são “*As idéias*

gramaticais de João Ribeiro” e “*Said Ali e a Língua Portuguesa*”, ambos de 1961, seguidos de “*Antenor Nascentes e a filologia brasileira*” e “*Os estudos de português no Brasil*”, de 1966, “*A Lingüística brasileira*” (1968) .

Nos dois últimos textos, Mattoso situa o lugar próprio da Lingüística como tendo seu início no final do século XIX. É, portanto, num lugar que vê a língua como estrutura e como sistema que o autor considera que se inicia o saber da Lingüística enquanto ciência. E é, do mesmo modo, deste lugar que ele fala. Do lugar que procura encontrar no passado o antecedente de uma posição (cf. Auroux, 1992).

É, portanto, com relação a um *lugar descritivo* que o discurso mattosiano se instaura. A eleição deste ou daquele autor não se dá por nenhum outro critério além do da correção descritiva. Vê-se, então, que é em relação a um certo modo de *falar da língua* que o discurso de Mattoso se situa, ou, para ser preciso, em relação a um funcionamento. Uma vez compreendido este ponto, muitas das (pseudo)questões sobre esta ou aquela escolha de Mattoso no que se refere à atividade de historiar os estudos de linguagem no Brasil perdem seu sentido, uma vez que se deve levar em conta não o acerto ou erro de uma dada descrição, mas sim seu modo de fazê-lo.

Assim, o que se pode afirmar com relação à atividade historiográfica de Mattoso é que se trata de um *discurso* que procura a si mesmo no passado. Se ele faz esta ou aquela ressalva relativamente a uma certa descrição de língua, isto não impede que ele situe esta certa descrição como isto que ela é: uma *descrição*. E não apenas isso, mas uma descrição que, bem ou mal, está do lado de um discurso que procura compreender a língua enquanto estrutura.

5.1.2. ANTES DA LINGÜÍSTICA, LINGÜISTAS?

Haveria, para Mattoso Câmara, lingüistas antes da Lingüística? Um resposta a esta pergunta só pode ser ensaiada se levamos em conta o lugar proeminente que ele deu a João Ribeiro e a Said Ali, uma vez que estes dois são recorrentemente citados nos textos de Mattoso acerca da história dos estudos de linguagem no Brasil. Vejamos como isso se dá.

Em “*Os estudos de Português no Brasil*”, de 1966, João Ribeiro surge como aquele que, com relação à questão da norma literária, foi “*o precursor de uma nova atitude*”. Said

Ali, por sua vez, aparece sob a rubrica “Teoria Gramatical”, e é visto, ao lado de Maximino Maciel, como um dos que atuaram no campo da gramática descritiva. Neste mesmo contexto, reaparece João Ribeiro, agora como “*uma figura curiosa*”, “*o menos gramatical de nossos gramáticos*”, caracterizado por uma “*hostilidade à orientação neogramática e grande simpatia pelo ponto de vista idealista de Vossler*”. Mattoso reprova-lhe por manifestar uma teoria gramatical em que é “*assistemático, incoerente e um tanto controvertido consigo mesmo*”, alguém que se compraz “*no particular e no anedótico*”.

Já em “*A Lingüística brasileira*” (1968), Mattoso parece ser mais incisivo quanto ao caráter inovador de ambos os pensadores. Após dizer que “*por muito tempo o Brasil apenas imitou o que era dito em Portugal, sem nenhum traço de investigação original*”, o autor irá colocar como exceção justamente João Ribeiro, que “*deu ênfase aos princípios idealistas de Vossler ao tratar de problemas da gramática história portuguesa*”. Com relação ao problema da denominação do idioma falado no Brasil, “*quase não se consultavam os filólogos, os quais, aliás, não tinham, em geral, idéias precisas e coerentes sobre o assunto*”. Mas, mais um vez, entra em cena João Ribeiro, que assim defendia a adoção da expressão “*Língua nacional*”: “*Não era a defesa nem a apologia intencional de solecismos, de barbaridades e de defeitos indesculpáveis. Era muito mais erguido e alevantado o meu propósito. Tratava-se da independência do nosso pensamento e da sua imediata expressão*⁷⁶”.

Said Ali, “*gramático dotado de aguda percepção, embora muito apegado à gramática tradicional*”, é o único digno de nota quanto à “*descrição gramatical*”, já que “*não houve nenhum progresso considerável desde a década de 20*”.

Este é, em linhas gerais, o tratamento dado por Mattoso a Said Ali e a João Ribeiro em seus artigos de maior fôlego. Do ponto de vista discursivo, como considerar o modo como são inseridos estes dois autores no discurso de Mattoso. Isto é, como funcionam?

Veja-se que tanto Ali quanto Ribeiro são vistos com uma certa ressalva, embora por razões diferentes: Ali é muito apegado à gramática tradicional e Ribeiro, por sua vez, possui um caráter tão assistemático que beira a incoerência, além de enfatizar demais aquilo em sua descrição que pode ser considerado particular, anedótico. Parece-me, em um e outro caso, Mattoso indica que os autores pagaram o preço de suas épocas, isto é, não

⁷⁶ Como se sabe, Mattoso Câmara Jr. defendia o uso do termo “*Língua Portuguesa*”.

conseguiram desvencilhar-se dos preconceitos e pontos de vista de seus tempos. No entanto, algo sobressai, fazendo com que Ali e Ribeiro possam ser vistos como antecedentes de Mattoso: ambos atingiram algo que, para Mattoso, é da ordem de um funcionamento da língua. São, deve-se dizer, exceções. Assim, ao traçar a história dos estudos de linguagem no Brasil, Mattoso filia-se àquilo que ela teve de singular e marginal. Portanto, o discurso de Mattoso não tem seu amparo no discurso que se firma no Brasil, mas pelo contrário, em discursos que *não se firmaram*.

5.1.3. MATTOSO EXPLICA COMO LÊ

Como dissemos, é com relação a um certo modo de dizer da língua que Mattoso coloca seu próprio dizer, isto é, seu discurso se apropria e se instaura sob outros discursos que lhe garantem não só uma herança, mas uma herança chamada *nacional*. Esta herança, assim, se dá pelo (re)conhecimento de uma identidade entre discursos dispersos no tempo:

“Só assim [com a tomada de consciência sobre os antecessores] se conseguirá engrenar o pensamento atual com o passado, condição precípua para desenvolvermos uma ciência lingüística bem plantada em nosso meio e sem maior solução de continuidade no tempo, o que é, por sua vez, imperativo para não cairmos no arremedo do pensamento doutrinário estrangeiro, elaborado na base de outras línguas, de outras experiências lingüísticas ou mesmo de uma filosofia da linguagem que (como, por exemplo, a do behaviorismo de Bloomfield) não se coaduna com a nossa vivência neste particular”.

João Ribeiro, o “*raciocínio agudo e penetrante*”, dono de “*erudição enorme e incansável*”, surge não como aquele que lhe garante um lugar (pela noção de “fato”), como veremos adiante, mas também e essencialmente porque possui algo que Mattoso valoriza: “*sempre ouvir e pesar as objeções, e aceitá-las de boa mente sempre que lhe pareciam afinal acertadas*”. Vê-se aqui, como em outros lugares, aquilo que se pode chamar de um rigor descritivo, que leva o discurso de Mattoso Câmara a se deter em outros discursos, mesmo que para desconsiderá-los. Trata-se de um funcionamento que, como já dissemos em outras oportunidades, faz do discurso de Mattoso algo singular e, ao mesmo tempo, semelhante a outros discursos.

Evidentemente, esta semelhança tem limites, e João Ribeiro será visto como alguém que *“não se vexa de ficar indeciso, pesando escrupulosamente os prós e os contras de cada opinião doutrinária, numa encantadora indecisão que não receia sequer a incoerência”*. Esta incoerência, por sua vez, é o que o salva *“da atitude de legislador formalístico e convencional (que é a regra geral do seu tempo e persiste ainda hoje) para se tornar o pesquisador, sereno e honesto, de uma ordem de fatos sociais - os fatos da língua”*. No entanto, esta serena honestidade às vezes torna o discurso de João Ribeiro algo tão diluído: *“é possível que tenha levado um pouco longe demais a revisão das próprias idéias”*. Isso o tornava *“pouco gramatical, não por falta de perspicácia gramatical (que a tinha muito grande), mas por tendência mental do pesquisador curioso e assistemático”*.

Todas estas precauções, todavia, não desfazem o valor de uma época, pois se olhar para o passado considerando-o em suas determinações: *“não examiná-los com a superioridade tola de quem está sobre eles adiantado, apenas, por viver numa época mais adiantada que a deles; mas estudá-los com carinho, procurando apreciá-los em sua própria época e sobretudo depreender o que há de valioso e rico numa exposição que pode nos parecer obsoleta, ou até inteiramente superada”*.

Assim, embora se possa dizer que o discurso de Mattoso veja o discurso de João Ribeiro com um certo ar de condescendência, esta se deve ao rigor do primeiro em respeitar os limites históricos de uma época. Ao mesmo tempo, Mattoso consegue enxergar, a despeito de toda e qualquer fluidez exagerada do discurso de João Ribeiro, algo que é da ordem de uma certa autoria: uma autoria que se estabelece por seu olhar sobre a língua, buscando-lhe as regularidades.

5.1.4. UM ESTRUTURALISTA PRECOCE

Said Ali, no entanto, não tem o pecado que João Ribeiro carrega: não é assistemático como este, e possui o mesmo olhar “desinteressado” pela língua: *“[Said Ali] sobreleva no grupo pela muito maior firmeza de propósitos e nitidez de doutrina”*. Além disso, esse certo modo de discurso, essa certa maneira de falar da língua pode, segundo Mattoso, ser assim descrita: *“a sua fisionomia filológica [de Said Ali] é a do que hoje chamaríamos um 'estruturalista', vendo na língua uma 'estrutura', ou rede complexa, mas*

regularmente traçada, de fatos que se relacionam e se opõem em configurações muito nítidas que ao lingüista cabe depreender". A erudição presente em João Ribeiro está aqui contemplada, pois Ali "*conheceu bem o ponto de vista saussuriano*", assim como a atitude científica deste, uma vez que o "*espírito arejado e lúcido*" de Ali é algo que não se pode não notar, para Mattoso.

Não bastassem as qualificações acima, Ali é o autor de uma gramática que, para Mattoso, não foi ainda superada por nenhuma outra, mesmo considerando-a tradicional em sua forma e propósito. É que nesta obra Ali alcança uma descrição rica e complexa do Português. Ora, mais uma vez vemos aí a questão da *descrição*. Voltaremos a isto mais adiante.

5.1.5. ERUDITOS E BRASILEIROS

Vê-se que, essencialmente, são dois os alicerces sobre os quais Mattoso erige sua leitura de João Ribeiro e Said Ali: ambos são eruditos, mestres na descrição, e não se vexam de analisar e adotar visões contrárias às suas quando se lhes parece mais adequado. Desse modo, parece-me que há dois pólos em que se fixa o discurso de Mattoso a respeito do passado: um, o do acerto descritivo, e o outro, o da atitude descritiva. Sob esse ponto de vista, para ele, tanto João Ribeiro como Said Ali se elevaram de seu tempo, pois ambos fizeram descrições acertadas de aspectos do Português do Brasil e, além disso, souberam *ouvir outros discursos* sobre a língua. Temos, portanto, não só o fato de que Ali e Ribeiro souberam *descrever*, mas também o fato de que os dois autores possuíam um *espírito descritivo*.

Ambos profundos conhecedores dos neogramáticos, dotados de uma certa atitude "germânica" quanto à Ciência, mas, por outro lado, inimigos das descrições "geométricas" e sem vida. Embora conheçam o ponto de vista dos comparatistas, não se colocam sob ele, adotando, com relação à língua, uma atitude mais idealista (João Ribeiro) ou estrutural (Said Ali).

Bem, temos aí algo que talvez se possa sintetizar como uma contradição mattosiana, não no sentido de uma defeito, mas de algo que faz funcionar um discurso e ao mesmo tempo determina seus limites. Mattoso, embora bastante simpático ao estruturalismo, traz,

em certos textos, um sujeito psicológico que não condiz com esta atitude. Como analisar esta contradição?

A resposta Mattoso mesmo a dá ao falar sobre o perigo de “*cairmos no arremedo do pensamento doutrinário estrangeiro, elaborado na base de outras línguas, de outras experiências lingüísticas ou mesmo de uma filosofia da linguagem que (...) não se coaduna com a nossa vivência neste particular*”. Como se vê, para Mattoso é importante que nossa teoria lingüística seja elaborada a partir de “nossa língua”, “nossa vivência”. Sendo assim, as possíveis heterogeneidades de seu discurso devem ser analisadas como historicizações de discursos outros, e não como incoerências ou erros de apreciação, como se faz por vezes.

A questão da erudição, assim, vê-se embutida de uma nova finalidade: não se trata de saber o saber estrangeiro, mas sim de saber o saber estrangeiro na medida em que isto propicia um saber nacional. Isto é, trata-se de estar no discurso estrangeiro para erigir um discurso nacional. Como o próprio Mattoso diz, sofreremos dos defeitos de nossas qualidades, o que pode ser dito sob a perspectiva da AD como: as contradições de nosso discurso são elas mesmas aquilo que nos permite dizê-lo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como tentei mostrar neste trabalho, o estabelecimento de uma nova autoria está ligado às condições materiais em que este novo dizer se coloca. Assim, embora Mattoso Câmara Jr. possa ser considerado o primeiro lingüista brasileiro, ele não o é no mesmo sentido em que Saussure é considerado o primeiro lingüista.

Como vimos, Mattoso teve que buscar lugares de filiação que não os mesmos que aqueles disponíveis na Europa. Imerso na história brasileira, foi nesta história que Mattoso buscou os elementos que sustentariam o seu dizer. Assim, sua vasta produção, nem sempre homogênea, não está ligada a uma aspiração individual ou a um estilo de comportamento científico, mas às condições específicas do momento discursivo que vivia nosso país. Nesse sentido, Mattoso não foi e nem poderia ser um lingüista “puro sangue”, na medida em que o dizer dessa nova ciência que surgia teve que amparar-se num dizer já estabelecido, o da gramática.

Por outro lado, como tentei mostrar, Mattoso procurou inserir seu discurso na memória de discursos outros, não tão ligados à gramática tradicional. Suas constantes referências a Said Ali e João Ribeiro, aliadas a suas também constantes críticas a outros autores, mostram que tratava-se de explicitar uma filiação, fugir do sentido que era dado aos textos de Mattoso por seus colegas filólogos, gramáticos, etc.

Desta maneira, considero que a singularidade, conceito que muitas vezes jogou este trabalho numa paralisia estéril, não está no indivíduo Mattoso Câmara, mas sim na relação entre um discurso e uma história: o modo como o discurso da Lingüística constituiu-se no Brasil foi singular exatamente por conjugar estas duas palavras encharcadas de acontecimentos... Brasil, Lingüística.

No meio disso, um homem, certamente singular, mas que escapa aos limites deste trabalho. Não há como falar do “homem” Joaquim Mattoso Câmara Jr. O que há, a positividade deste homem, é o modo como ele formulou dizeres que (re)produziam outros dizeres. Para além disso, só mesmo a fantasia de uma Ciência Régia.

7. BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis.** (1964) “Freud e Lacan”. In: EVANGELISTA, Walter J. (org.) (1984)
- ALTHUSSER, Louis.** (1965) *A favor de Marx*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 2ª edição, 1979.
- ALTHUSSER, Louis.** (1973) *Resposta a John Lewis*. Lisboa: Editorial Estampa.
- ALTHUSSER, Louis.** (1974) “Elementos de Autocrítica”. In: ALTHUSSER, Louis. (1978)
- ALTHUSSER, Louis.** (1975) “Sustentação de tese em Amiens”. In: ALTHUSSER, Louis. (1978)
- ALTHUSSER, Louis.** (1976) “Marx e Freud”. In: EVANGELISTA, Walter J. (org.) (1984)
- ALTHUSSER, Louis.** (1978) *Posições I*. Rio de Janeiro, Edições Graal.
-
- ALTMAN, Cristina F. S., BISOL, Leda, LEITE, Yonne de Freitas, KEHDI, Valter.** (1996a) “Vinte e cinco anos sem Mattoso Câmara Jr.”. In: *Estudos Lingüísticos*. Taubaté.
- ALTMAN, Cristina.** (1996b) “Memórias da Lingüística na Lingüística brasileira”. In: *Revista da Anpoll (2)*: 173-189.
- ALTMAN, Cristina.** (1997) “Fragmentos do século XX: bibliografia cronológica e comentada sobre a produção lingüística brasileira”. In: GÄRTNER, Eberhard (org.) (1997) *Pesquisas lingüísticas em Portugal e no Brasil*. Frankfurt-Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana.
- ALTMAN, Cristina.** (1998) *A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas.
- ALTMAN, Cristina.** (1999a) “Between structure and history – the search for the specificity and the originality of brazilian linguistic production.” In: EMBLETON, Sheila, JOSEPH, John E., NIEDERECHE, Hans-Joseph (orgs.) (1999) *The emergence of the modern language sciences – volume 1: historiographical perspectives*. Amsterdam – Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- ALTMAN, Cristina.** (1999b) “Silvio Elia por Silvio Elia”. In: *Boletim da ANPOLL, GT Historiografia da Lingüística Brasileira (IV)*: 11-15.
-
- ANTEPROJETO DE SIMPLIFICAÇÃO E UNIFICAÇÃO DA NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA.** (1957) Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação.
-
- AUROUX, Sylvain.** (1992) *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas - SP: Editora da UNICAMP.

AUROUX, Sylvain. (1996) *A filosofia da linguagem*. Campinas - SP: Editora da UNICAMP, 1998.

AUROUX, Sylvain. (1998) “Língua e Hiperlíngua”. In: *Língua e Instrumentos Lingüísticos (1)*: 17-30. Campinas - SP: Pontes.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. (1990) “Heterogeneidade(s) Enunciativa(s)”. In: *Caderno de Estudos Lingüísticos, (19)*: 25-42. Campinas - SP: IEL - UNICAMP.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. (1998) *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas - SP: Editora da UNICAMP, 1998.

BALDINI, Lauro. (1998) “A NGB e a autoria no discurso gramatical”. In: *Línguas e Instrumentos Lingüísticos (1)*:97-107. Campinas - SP: Pontes.

BALDINI, Lauro. (2000) “A Nomenclatura Gramatical Brasileira Interpretada, definida, comentada e exemplificada”. In: *Sínteses(5)*:59-81. Campinas - SP: IEL - UNICAMP.

BALDINI, Lauro, MILÁN-RAMOS, José Guillermo. (2000) “Algumas notas sobre o significante, o acontecimento e a singularidade”. In: *Caderno de Estudos Lingüísticos (38)*:59-70. Campinas - SP: IEL - UNICAMP.

BALDINI, Lauro. (2002) “João Ribeiro e Mattoso Câmara entre os fatos da linguagem”. In: *A institucionalização dos estudos de linguagem no Brasil*. Campinas - SP: Pontes.

BASILIO, Margarida. (1986) “A presença de Mattoso Câmara na Lingüística brasileira: estudos descritivos em morfologia”. In: *Boletim da ABRALIN (7)*: 25-28.

BECHARA, Evanildo. (1971) “J. Mattoso Câmara Jr.” In: *Littera (1)*:57. Rio de Janeiro.

BECHARA, Evanildo. (1999a) “Nomenclatura Gramatical Brasileira: um necessário passo à frente”. In: *Cadernos de Língua Portuguesa (4)*: 34-36. Rio de Janeiro: IL - UERJ.

BECHARA, Evanildo. (1999b) “Silvio Elia” In: *Boletim da ANPOLL, GT Historiografia da Lingüística Brasileira (IV)*: 11-15.

BENVENISTE, Émile. (1966) “Saussure após meio século”. In: BENVENISTE, Émile. (1966) *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas – SP: Pontes, 1995, 4ª edição.

BISOL, Leda. (1996) “Uma presença na fonologia do Português”. In: *Estudos Lingüísticos (25)*: 20-27. Taubaté.

BORGES NETO, José, POSSENTI, Sírio. (1984) “Linguística e História da Ciência: o caso do NUPE”. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos (7): 07-38*. Campinas - SP: IEL - UNICAMP.

BORGES NETO, José. (1986) “Linguística no Brasil: mera importação de modelos estrangeiros?” In: *Boletim da ABRALIN (8): 77-82*.

BOSSIER, Willem. (1971) “Evocação de um exímio lingüista brasileiro”. In: *Vértice*. Coimbra.

CÂNDIDO JUCÁ (FILHO). (1958) *132 restrições ao anteprojeto de simplificação e unificação da nomenclatura gramatical brasileira*. Rio de Janeiro: [s.ed.].

CARVALHO, Felisberto Rodrigues Pereira de. (1886) *Diccionario Grammatical*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (1962) “Estudos lingüísticos no Brasil”. In: *ALFA (2):135-143*.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (1963) “A reforma dos cursos de Letras”. In: *ALFA (3): 5-38*.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (1965) “A cadeira de Lingüística nos cursos de Letras”. In: *ALFA (7/8): 155-161*.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (1991) “O lingüista Theodoro Henrique Maurer Jr”. In: *Boletim da ABRALIN (10): 53-65*.

CHEDEIAK, Antônio José (org.). (1960) *A elaboração da Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Rio de Janeiro: [s. ed.].

CHEDEIAK, Antônio José. (1999) “Nomenclatura e Língua portuguesa”. In: *Cadernos de Língua Portuguesa (4): 9-19*. Rio de Janeiro: IL - UERJ.

CINTRA, Geraldo. (1991) “A fonologia na obra de Joaquim Mattoso Câmara Jr.”. In: *Boletim da ABRALIN (12): 181-192*.

COELHO, Olga. (1999) “Filologia e Lingüística no Brasil (1940-1960): o ponto de vista filológico”. In: ANPOLL, Plano Bienal 1998-2000 do GT de Historiografia da Lingüística Brasileira.

COSERIU, Eugenio. (1968) “Perspectivas Gerais”. In: NARO, Anthony Julius (org.). (1976)

COSTA, Firmino. (1934) *Lexico Grammatical*. São Paulo: Melhoramentos.

DERRIDA, Jacques. (1966) *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DIAS, Luiz Francisco. (1996) *Os sentidos do idioma nacional*. Campinas – SP: Pontes.

ELIA, Hamilton. (1978) “Sinopse dos estudos lingüísticos no Brasil”. In: MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. (1956b)⁷⁷.

EVANGELISTA, Walter J. (1984) “Althusser e a Psicanálise”. In: EVANGELISTA, Walter J. (org.) (1984) *Freud e Lacan, Marx e Freud*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª ed., 1985.

FONSECA, Onosor. (1974) “Mattoso Câmara Jr., pioneiro”. In: *Revista de Letras (16): 203-210*. Assis.

FOUCAULT, Michel. (1969) *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 3ª edição, 1987.

FOUCAULT, Michel. (1972) *O que é um autor?* Portugal: Veja/Passagens, 1992.

FOUCAULT, Michel. (1979) *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 12ª edição, 1996.

FRANÇA, Ângela. (1998) *Texto e contexto nos escritos lingüísticos de Mattoso Câmara (1938-1954)*. São Paulo: FFLCH – USP, Dissertação de Mestrado Inédita.

GADET, Françoise & PÊCHEUX, Michel. (1981) *La lengua de nunca acabar*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

GOMES DE MATOS, Francisco. (1965) “Bibliografia mínima para professores de Lingüística em Faculdades de Filosofia”. In: *ALFA (7-8): 151-154*.

GOMES DE MATOS, Francisco. (1977) “Posfácio”. In: MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. (1956b)⁷⁸.

⁷⁷ O texto de Hamilton Elia só aparece na edição de 1978.

⁷⁸ O texto de Francisco Gomes de Matos só aparece na edição de 1977.

GOMES DE MATOS, Francisco. (1991) “Redescobrimo Mattoso Câmara Jr. Sua contribuição à Lingüística Aplicada à comunicação escrita”. In: *Boletim da ABRALIN* (12): 175-180.

GUIMARÃES, Eduardo. (1995) *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas - SP: Pontes.

GUIMARÃES, Eduardo. (1996) “Sinopse dos estudos do Português no Brasil”. In: GUIMARÃES, Eduardo, ORLANDI, Eni Puccinelli (orgs.). (1996) *Língua e cidadania: o Português no Brasil*. Campinas - SP: Pontes.

GUIMARÃES, Eduardo. (1997) “História da gramática no Brasil e ensino”. In: *Relatos* (5): 7-13. Publicação do Projeto “História das idéias lingüísticas: construção de um saber metalingüístico e a constituição da língua nacional”. DL – IEL – UNICAMP, DL – FFLCH – USP.

HAMPEJS, Zdeneck. (1961) “Filólogos brasileiros: J. Mattoso Câmara Jr.”. In: *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 20 de agosto de 1961.

HENRIQUES, Cláudio Cezar. (1999a) “Nomenclatura hoje”. In: *Cadernos de Língua Portuguesa* (4): 42-49. Rio de Janeiro: IL - UERJ.

HENRIQUES, Cláudio Cezar. (1999b) “Quarenta anos de Nomenclatura Gramatical Brasileira”. In: *Cadernos de Língua Portuguesa* (4): 20-33. Rio de Janeiro: IL - UERJ.

HENRY, Paul. (1977) *A ferramenta imperfeita*. Campinas - SP: Editora da UNICAMP, 1992.

HENRY, Paul. (1984) “A história não existe?”. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) (1994)

HENRY, Paul. (1993) “Sujeito, sentido, origem”. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) (1993)

KEHDI, Valter. (1996) “A contribuição de Mattoso Câmara Jr. para os estudos da morfologia do Português”. In: *Estudos Lingüísticos* (25): 38-41. Taubaté.

KOERNER, Konrad. (1996) “Questões que persistem em Historiografia Lingüística”. In: *Revista da Anpoll* (2): 45-70.

LEITE, Nina. (1994), *Psicanálise e Análise do Discurso: o acontecimento na estrutura*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.

LEITE, Yonne. (1986) “O pensamento fonológico de Mattoso Câmara Jr.” In: *Boletim da ABRALIN* (7): 17-24.

LEITE, Yonne. (1991) “Unidade e diversidade na obra de Mattoso Câmara Jr.” In: *Boletim da ABRALIN* (12): 180-192.

LEITE, Yonne. (1996) “A redescoberta das línguas indígenas brasileiras, o papel de J. Mattoso Câmara Jr.” In: *Estudos Lingüísticos*: 28-35. Taubaté.

LE MOS, Cláudia. (1995) “Da morte de Saussure o que se comemora?”. In: *Psicanálise e Universidade*. São Paulo: PUC.

MAINGUENEAU, Dominique. (1990) “Análise de Discurso: a questão dos fundamentos”. In: *Caderno de Estudos Lingüísticos* (19). Campinas - SP: IEL - UNICAMP.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1996) “Sobre desencontros e encontros: filologia e Lingüística no Brasil do século XX”. In: ANPOLL, Plano Bienal 1998-2000 do GT de Historiografia da Lingüística Brasileira.

MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. (1941) *Princípios de Lingüística Geral*. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1941.

MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. (1954) *Princípios de Lingüística Geral*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1954.

MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. (1955) “Língua e cultura”. In: UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão (org.). (1972b)

MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. (1956a⁷⁹) *Dicionário de Filologia e Gramática*. Petrópolis - RJ: Vozes, 9ª edição, 1981.

MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. (1956b) “Crônica Lingüística”. In: UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão (org.). (1972a)

MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. (1960) *Nomenclatura Gramatical*. In: UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão (org.). (1972a)

MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. (1961a) “As idéias gramaticais de João Ribeiro”. In: UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão (org.). (1972a)

MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. (1961b) “Said Ali e a Língua Portuguesa”. In: UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão (org.). (1972a)

⁷⁹ Em sua primeira edição, o dicionário intitulava-se *Dicionário de fatos gramaticais*; em 1963, na segunda edição, o título é alterado para *Dicionário de Filologia e Gramática*; em 1977, já após a morte do autor, o título se torna finalmente *Dicionário de Lingüística e Gramática*. Tive oportunidade de comentar essas mudanças em Baldini (2000).

MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. (1966) “Antenor Nascentes e a filologia brasileira”. In: UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão (org.). (1972a)

MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. (1968) “A Lingüística brasileira”. In: NARO, Anthony Julius. (1976)

MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. (1969) “Os estudos de português no Brasil”. In: UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão (org.). (1972a)

MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. (1975) *História da Lingüística*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1975.

MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. (s.d.) “Os congressos internacionais de lingüistas”. In: UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão (org.). (1972a)

MILNER, Jean-Claude. (1978) *El amor de la lengua*. México: Nueva Imagen, 1980.

NARO, Anthony Julius, REIGHARD, John. (1972) “Bibliografia analítica de Joaquim Mattoso Câmara”. In: NARO, Anthony Julius. (1976)

NARO, Anthony Julius (org.). (1976) *Tendências atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

NASCENTES, Antenor. (1946) *Léxico de Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Rio de Janeiro: [s.ed.].

NUNES, José Horta. (1996) *Discurso e instrumentos lingüísticos no Brasil: dos relatos dos viajantes aos primeiros dicionários*. Campinas: IEL – UNICAMP, tese de doutorado inédita.

OLIVEIRA, José Luiz de. (1965) *Interpretação da “Nomenclatura Gramatical Brasileira”*. Rio de Janeiro: Bibliex.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. (1997) *Os sentidos da Lingüística de M. Said Ali*. Texto apresentado no Grupo de Estudos Lingüísticos.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. (1998) *Os sentidos como história nas idéias de M. Said Ali*. Texto inédito.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (1988) *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas - SP: Ed. da UNICAMP.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (1990) *Terra à Vista*. São Paulo: Cortez; Campinas - SP: Editora da UNICAMP.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (1993) “Vão surgindo sentidos”. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). (1993) *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas - SP: Pontes.

ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). (1994) *Gestos de Leitura*. Campinas - SP: Pontes.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (1996a) *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas - SP: Pontes, 2ª edição, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (1996b) “Exterioridade e ideologia”. In: *Caderno de Estudos Lingüísticos (30):27-33*. Campinas - SP: IEL - UNICAMP.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (1997) “O Estado, a gramática, a autoria”. In: *Relatos (4): 5-12*. Publicação do Projeto “História das idéias lingüísticas: construção de um saber metalingüístico e a constituição da língua nacional”. DL – IEL – UNICAMP, DL – FFLCH – USP.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (1998a) “Ética e Política Lingüística”. In: *Língua e Instrumentos Lingüísticos (1): 7-16*. Campinas: Pontes, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (1998b) *Metalangage et grammatisation au Brésil: le rapport Grammaire/Philologie/Linguistique*. Mimeo.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (1999a) “Conhecimento de linguagem e filosofias espontâneas”. In: INDURSKY, Freda, LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. (orgs.) *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre – RS: Sagra-Luzzatto.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (1999b) “Do sujeito na história e no simbólico”. In: *Escritos (4): 17-27*. Campinas – SP : LABEURB.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (1999c) *Análise de Discurso – Princípios e Procedimentos*. Campinas - SP: Pontes.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (2000a) “O estado, a gramática, a autoria: língua e conhecimento lingüístico”. In: *Línguas e instrumentos lingüísticos (4/5): 19-34*. Campinas - SP: Pontes.

ORLANDI, Eni Puccinelli, GUIMARÃES, Eduardo, FIORIN, José Luiz, BARROS, Diana Luz. (2000b) “Entrevista com Izidoro Blikstein”. In: *Relatos (6): 7-32*. Publicação do Projeto “História das idéias lingüísticas: construção de um saber metalingüístico e a constituição da língua nacional”. DL – IEL – UNICAMP, DL – FFLCH – USP.

PASSOS, José Alexandre. (1865) *Diccionario Grammatical Portuguez*. Rio de Janeiro: Antônio Gonçalves Guimarães e Cia.

PÊCHEUX, Michel. (1975) *Semântica e discurso*. Campinas - SP: Editora da UNICAMP, 3ª edição, 1997.

PÊCHEUX, Michel. (1977) “Há uma via para a Lingüística fora do logicismo e do sociologismo?”. In: *Escritos (3): 05-16*. Campinas – SP : LABEURB.

PÊCHEUX, Michel. (1983) “Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso”. In: *Escritos (4): 07-16*. Campinas – SP : LABEURB.

PÊCHEUX, Michel. (1979) “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”. In: PÊCHEUX, Michel. (1975)

PÊCHEUX, Michel. (1983a) *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas - SP: Pontes, 2ª edição, 1997.

PÊCHEUX, Michel. (1983b) “Papel da memória”. In: ACHARD, Pierre et. al. *Papel da memória*. Campinas - SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. (1983c) “Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso”. In: *Escritos (4): 07-16*. Campinas – SP : LABEURB.

PÊCHEUX, Michel. (s.d.) “Sobre a (des)construção das teorias lingüísticas”. In: *Línguas e Instrumentos Lingüísticos (2): 07-32*. Campinas – SP : Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. (s.d.) “Ler o arquivo hoje”. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). (1994)

PFEIFFER, Cláudia. (1995) *Que autor é este?* Campinas: IEL – UNICAMP, tese de mestrado inédita.

PONTES, Eunice. (1991) “A lingüística na UnB pré 1964”. In: *Boletim da ABRALIN (10): 159-163*.

RAJAGOPALAN, Kanavilil. (1989) “Sobre a indissociabilidade do historiar da lingüística do próprio fazer da lingüística”. In: *D.E.L.T.A. (5): 225-240*.

RANAURO, Hilma. (1999) “O legado de Silvio Elia: um pouco de sua contribuição ap estudo e ensino de português do Brasil”. In: *Boletim da ANPOLL, GT Historiografia da Lingüística Brasileira (IV): 16-30*.

RIBEIRO, João. (1889) *Diccionario Grammatical*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 3ª edição, 1906.

RIBEIRO, Manoel Pinto. (1999) “Nomenclatura Gramatical Brasileira: necessidade de renovação”. In: *Cadernos de Língua Portuguesa (4): 37-41*. Rio de Janeiro: IL - UERJ.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. (1980) “A obra científica de Mattoso Câmara Jr.” In: *Caderno de Estudos Lingüísticos (6)*. Campinas - SP: IEL - UNICAMP.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. (1986) “O pioneirismo lingüístico de Mansur Guérios”. In: *Boletim da ABRALIN (8): 125-129.*

SALUM, Isaac Nicolau. (1986) “A obra lingüística do Prof. Rosário Farani Mansur Guérios”. In: *Boletim da ABRALIN (8): 131-143.*

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão (org.). (1972a) *Dispersos de Mattoso Câmara Jr.* Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1975.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. (1972b) “Os estudos e a carreira de Joaquim Mattoso Câmara Jr”. In: UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. (1972a)

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. (1972c) “Mattoso Câmara Jr.e os estudos lingüísticos no Brasil”. In: *Boletim da ABRALIN (7): 9-15.*

ŽIŽEK, Slavoj. (1990) *Eles não sabem o que fazem – o sublime objeto da ideologia.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

ŽIŽEK, Slavoj. (1994a) “O espectro da ideologia”. In: ŽIŽEK, Slavoj. (org.) *Um mapa da ideologia.* Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ŽIŽEK, Slavoj. (1994b) “Como Marx inventou o sintoma?”. In: ŽIŽEK, Slavoj. (org.) *Um mapa da ideologia.* Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.